



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLITICAS PÚBLICAS

LORENA DOS SANTOS ALMEIDA

**POLÍTICAS PÚBLICAS, VELHICE E EDUCAÇÃO: AS PERCEPÇÕES DOS
PARTICIPANTES DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE**

FORTALEZA - CEARÁ

2019

LORENA DOS SANTOS ALMEIDA

POLÍTICAS PÚBLICAS, VELHICE E EDUCAÇÃO: AS PERCEPÇÕES DOS
PARTICIPANTES DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Helena de Paula Frota.

FORTALEZA - CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Almeida, Lorena dos Santos .

Políticas públicas, velhice e educação: as percepções dos participantes da Universidade da Maturidade [recurso eletrônico] / Lorena dos Santos Almeida. - 2019.

1 CD-ROM: il. ; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 125 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof.ª Dra. Maria Helena de Paula Frota.

1. Geração. 2. Idoso. 3. Universidades para terceira idade. 4. Políticas públicas. I. Título.

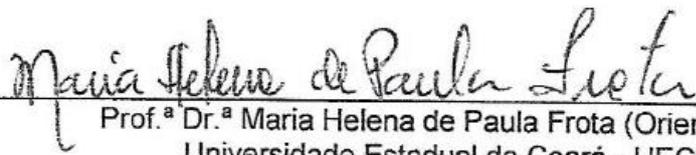
LORENA DOS SANTOS ALMEIDA

POLÍTICAS PÚBLICAS, VELHICE E EDUCAÇÃO: AS PERCEPÇÕES DOS PARTICIPANTES DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 26/06/2019

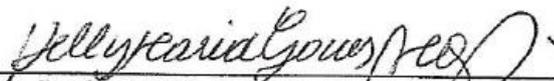
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Maria Helena de Paula Frota (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Universidade de Fortaleza - UNIFOR



Prof.^a Dr.^a Kelly Maria Gomes Menezes
Universidade Federal do Ceará - UFC

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus que me guiou, sempre iluminou meus passos e, principalmente, me deu forças nos momentos mais difíceis.

Ao meu esposo Orivaldo Junior, pelo apoio, incentivo, companheirismo, carinho e compreensão durante essa jornada.

Aos meus pais, Erivaldo e Angela, que me revestiram de amor, carinho e dedicação. Abriram a porta do meu futuro por meio da educação, revelando-a como uma transformadora de vidas.

À minha Irmã, Larissa, que sempre me apoiou e acreditou no meu potencial, compartilhando comigo os momentos mais especiais.

Ao meu sobrinho lindo, Arthur, que Deus me concedeu, e que é motivo de muita alegria na minha vida.

Aos meus familiares que, direta ou indiretamente, contribuíram para meu desenvolvimento ao longo do curso, especialmente meu tio Edilson e minha tia Ana.

A todos os meus amigos, pelo carinho, pela confiança e pelas orações.

Aos meus colegas da turma de mestrado, pela amizade e pelo conhecimento compartilhado, tornando mais agradáveis os momentos juntos vividos.

À minha orientadora Prof^a Maria Helena de Paula Frota, pela disposição e por todo conhecimento compartilhado.

À Universidade Federal do Amapá e ao sindicato dos técnicos administrativos (em especial, aos colegas Arlene, Peri, Rafael, Édico e Elian) que acredita na importância da qualificação de seus servidores e tornou possível este mestrado.

Aos colegas da coordenação do curso de Administração, em especial, professores Alexandre Galindo e Erick Franck, pelo apoio, compreensão e incentivo.

À toda equipe da Universidade da Maturidade da Unifap, em especial, ao coordenador Gerson Gurjão e ao estagiário Edgar Neves, que me receberam com atenção, me auxiliando na coleta de dados.

Aos participantes da UMAP, que se dispuseram, confiaram e acreditaram na pesquisa, compartilhando comigo momentos de suas vidas.

Aos professores e funcionários da Universidade Estadual do Ceará, pela disposição e conhecimento compartilhado.

"O que importa na vida não é o ponto de partida, mas a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher!"

(Cora Coralina)

RESUMO

O envelhecimento populacional desencadeou impactos nas dimensões sociais, culturais, econômicas, de saúde, entre outras, requerendo políticas e práticas direcionadas à pessoa idosa na sociedade. E ainda, o idoso experimenta mudanças em sua vida nos fatores biopsicossociais. Nesse contexto, surgem as universidades temáticas voltadas aos idosos nas instituições de ensino superior, com intuito de promover a inclusão social e a valorização do idoso. O objetivo geral da pesquisa foi investigar as percepções das pessoas idosas participantes do projeto de extensão Universidade da Maturidade (UMAP) como política pública. Para isso, os objetivos específicos foram averiguar como se desenvolvem as atividades do projeto; observar como se dá a inserção das pessoas idosas na UMAP; construir o perfil sociodemográfico dos seus participantes e identificar os desafios que as pessoas idosas encontram ao retomar os estudos. A metodologia utilizada foi de natureza exploratória e descritiva, com abordagem do problema feita de forma quantitativa e qualitativa, por meio de estudo de caso, pesquisa documental e levantamento de bibliografias, observação e aplicação de entrevistas semidirigidas, uma vez que estes métodos são mais adequados para atender os seus objetivos. Os resultados revelaram o perfil sociodemográfico dos participantes do programa e, especificamente, dos entrevistados, e suas percepções sobre a vida e o projeto UMAP, e se destacaram quatro categorias que indicaram a ressignificação da velhice: condição da pessoa idosa, educação em saúde, socialização e emancipação. Concluiu-se a existência de um real impacto deste projeto na vida dos seus participantes, e destaca-se a contribuição da educação para vivenciar da melhor forma possível a velhice.

Palavras-Chave: Geração. Idoso. Universidades para terceira idade. Políticas públicas.

ABSTRACT

Population aging brought impacts on the social, cultural, economic, health, and other dimensions of society, requiring politics and practices directed at the elderly. The elderly experience changes in their lives in biopsychosocial factors. In this context, thematic universities that focus on the elderly in higher education institutions emerge, with the aim of promoting social inclusion and enhancement of the elderly. The overall objective of the research was to investigate the perceptions of the elderly participants of the extension project of the University Maturity (UMAP) as public policy. For this, the specific objectives were to determine how to develop the project activities; observe how the inclusion of older people in the UMAP; build the sociodemographic profile of their participants and identify the challenges that older people face as they resume their studies. The methodology used was descriptive and exploratory nature with approach to the problem made quantitative and qualitative manner, through case studies, document search and bibliographic surveys and observation and the application of semi-structured interviews, since these methods are more suitable to meet your goals. The results revealed the sociodemographic profile of the program participants and specifically the interviews, and their perceptions about life and the UMAP project, and four categories that highlighted the resignification of old age: condition of the elderly, health education, socialization. and emancipation. It was concluded that there is a real impact of this project in the life of its participants, and the contribution of education to experience the best of old age is highlighted.

keywords: Generation. Elderly. Universities for the Third Age. Public politics.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|--------------------|---|-----------|
| Figura 1 - | Brasileiros com mais de 60 anos e de 0 a 9 anos em 2012 e 2017..... | 12 |
| Figura 2 - | Projeção da população brasileira em 2060..... | 13 |
| Figura 3 - | Distribuição da população brasileira, por sexo e grupo de idade em 2012 e 2017..... | 14 |
| Figura 4 - | Distribuição da população brasileira em 2017..... | 14 |
| Figura 5 - | Distribuição da população relativa (%), por sexo e grupo de idade em 2029 no Rio Grande do Sul e 2029 e 2059 no Amapá..... | 16 |
| Figura 6 - | Percentual de criação das UnTI em Universidades Federais por década..... | 52 |
| Figura 7 - | Quantitativo de Universidades Federais e de UnTI em Universidades Federais por região do Brasil..... | 53 |
| Figura 8 - | Realização das atividades no programa UMAP..... | 61 |
| Figura 9 - | Distribuição do alunado da turma A (calouros) da UMAP, por sexo e grupo de idade em 2018..... | 68 |
| Figura 10 - | Distribuição do alunado da turma B (regressos) da UMAP, por sexo e grupo de idade em 2018..... | 68 |
| Figura 11 - | Naturalidade do alunado da UMAP 2018, por grupo de calouros e regressos..... | 71 |
| Figura 12 - | Municípios de moradia do alunado da UMAP 2018, por grupo de calouros e regressos..... | 72 |
| Figura 13 - | Estado Civil do alunado da UMAP 2018, por grupo de calouros e regressos (%)..... | 73 |
| Figura 14 - | Escolaridade do alunado da UMAP 2018, por grupo de calouros e regressos (%)..... | 73 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----------|
| Quadro 1 - Seis modalidades de atuação da UnTI..... | 58 |
| Quadro 2 - Conteúdo programático das áreas contempladas pela UMAP..... | 62 |
| Quadro 3 - Disciplinas ofertadas à turma A 2018-2019 (novos alunos)..... | 62 |
| Quadro 4 - Disciplinas ofertadas à turma B 2018-2019 (regressos) | 63 |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 | PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO..... | 21 |
| 2.1 | GERAÇÃO E A VELHICE..... | 21 |
| 2.2 | A PESSOA IDOSA..... | 29 |
| 3 | AÇÕES UNIVERSITÁRIAS PARA PESSOAS IDOSAS..... | 39 |
| 3.1 | POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA IDOSA..... | 39 |
| 3.1.1 | Legislação específica para pessoa idosa no Brasil..... | 42 |
| 3.2 | UNIVERSIDADES ABERTAS PARA OS IDOSOS..... | 48 |
| 3.2.1 | Trajetória das Universidades Abertas para os Idosos..... | 48 |
| 3.2.1.1 | Cenário Mundial..... | 48 |
| 3.2.1.2 | Cenário Brasileiro..... | 50 |
| 3.2.2 | Universidades Abertas para os Idosos..... | 54 |
| 3.2.3 | Experiência na Unifap: Universidade da Maturidade – UMAP..... | 60 |
| 4 | METODOLOGIA..... | 64 |
| 5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 68 |
| 5.1 | PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO..... | 68 |
| 5.1.1 | Perfil Sociodemográfico Geral..... | 68 |
| 5.1.2 | Perfil Sociodemográfico Amostra..... | 74 |
| 5.2 | ANÁLISE DAS ENTREVISTAS..... | 78 |
| 5.2.1 | Condição de pessoa idosa..... | 79 |
| 5.2.2 | Educação em saúde..... | 83 |
| 5.2.3 | Socialização..... | 87 |
| 5.2.4 | Emancipação..... | 92 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 101 |
| | REFERÊNCIAS..... | 106 |
| | APÊNDICES..... | 114 |
| | APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)..... | 115 |
| | APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO GRAVAÇÃO, USO DE IMAGEM E/OU DEPOIMENTO..... | 116 |
| | APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI DIRIGIDA..... | 117 |

| | |
|---|------------|
| ANEXOS..... | 119 |
| ANEXO A – PERECER DO CÓDIGO DE ÉTICA DA UNIFAP..... | 120 |
| ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DA UMAP PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA..... | 124 |
| ANEXO C – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE..... | 125 |

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como tema a ação universitária da Universidade Federal do Amapá – Unifap na atenção à pessoa idosa e se enquadra na linha de pesquisa família, gênero e geração do Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas/MPPPP.

A pessoa idosa passa por inúmeras transformações, oriundas do processo de envelhecimento humano, tanto nos aspectos biológicos como nos sociais e psicológicos, necessitando compreender o processo que está vivendo, bem como receber o apoio para desempenhar seu papel de maneira ativa na sociedade. A Política Nacional do Idoso (1994) considera idoso o indivíduo com mais de 60 anos de idade. Para Farinatti (2008), a definição da condição de idoso é complexa, uma vez que a pessoa assumirá um novo papel social, carregado de novos significados para si e para os que estão ao seu redor.

Acompanhando a tendência mundial, a população no Brasil está envelhecendo em todos os seus estados, devido à diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida. Considerando a população brasileira distribuída em uma estrutura etária de pirâmide, com o topo composto de pessoas com mais idade e a base com pessoas de menos idade, observa-se que, no período de 2012 a 2017, ocorreu a ampliação do topo e a redução da base (IBGE, 2018a).

Em 2012, os brasileiros com 60 anos ou mais eram 25,4 milhões (12,8%) e saltaram em 2017 para 30,2 milhões (14,6%), o que demonstrou um crescimento de 18% neste período. Por outro lado, a proporção de crianças de 0 a 9 anos diminuiu 3,6%, passando de 14,1% para 12,9% no mesmo período, conforme representado na figura 01 (IBGE, 2018a, 2018b, 2016).

Figura 01 – Brasileiros com mais de 60 anos e de 0 a 9 anos em 2012 e 2017

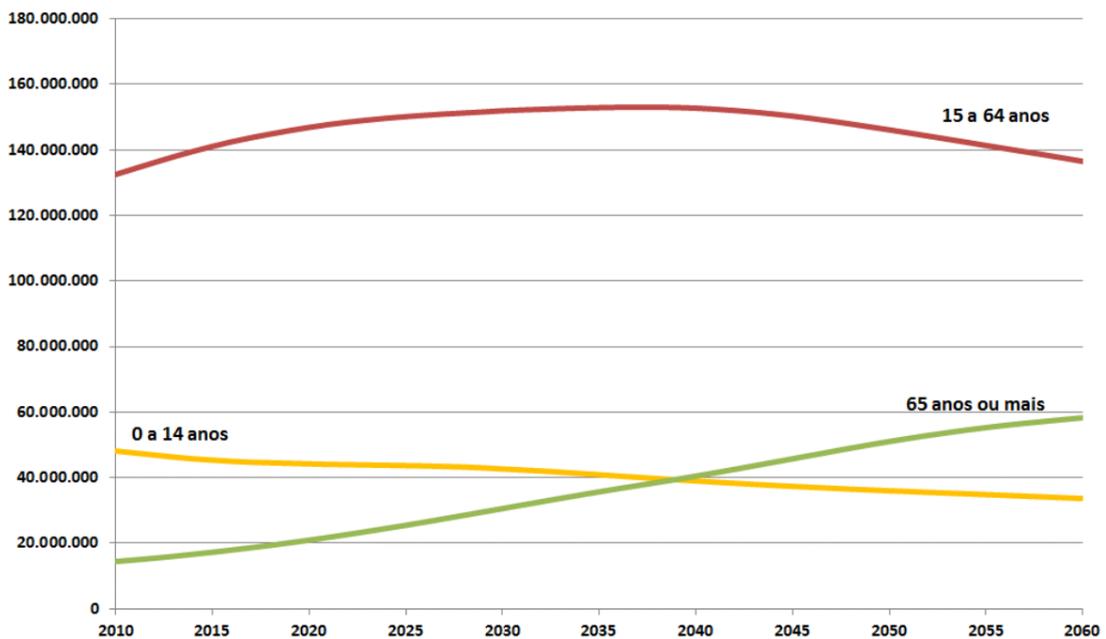


Fonte: Adaptada de IBGE (2018a, p. 1)

Em 2018, estima-se que a população brasileira com 65 anos ou mais seja de 9,2% (19,2 milhões), e a projeção para 2060 é de 25,5% (58,2 milhões), havendo significativo crescimento (mais da metade) de pessoas deste segmento etário. Um movimento inverso ocorrerá com a população jovem (0 a 14 anos), sendo que, em 2018, a projeção da pessoa de 0 a 14 anos é de 21,9% (44,5 milhões) e, em 2060, será de 14,7% (33,6 milhões), conforme figura 02 (IBGE, 2018c).

Figura 02 – Projeção da população brasileira em 2060

Evolução Populacional por grupos etários - Brasil: 2010-2060

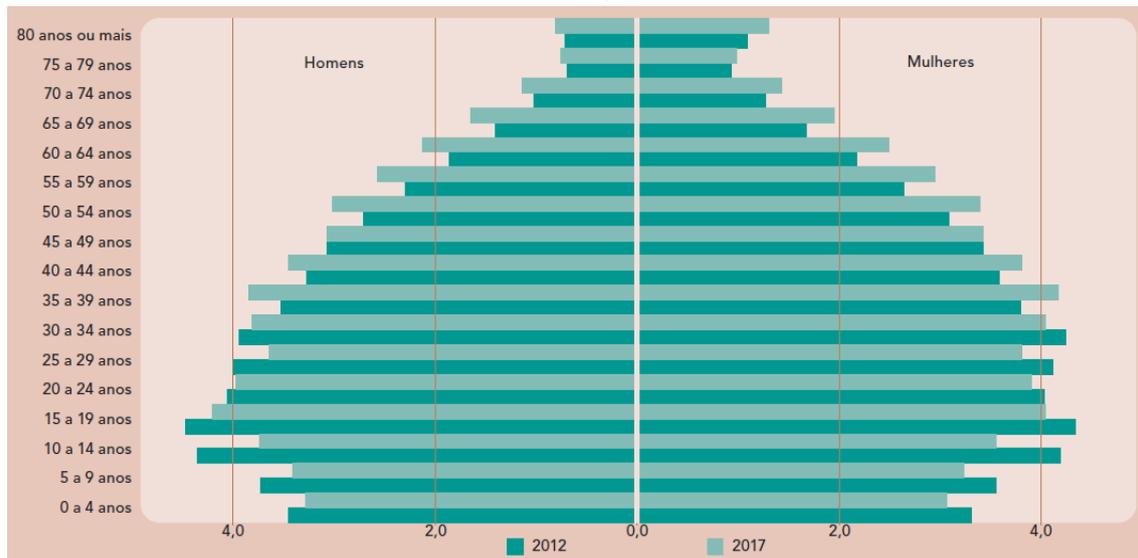


Fonte: IBGE (2018c, p. 25).

É estimado que, em 2070, o grupo da faixa etária composta de idosos seja superior ao de países desenvolvidos. No período de 2012 a 2017, o envelhecimento ocorreu em todos os grupos de idade que compõem a população idosa, ou seja, houve crescimento nos grupos de 60 a 64 anos, de 65 a 69 anos, de 70 a 74 anos, de 75 a 79 anos e de 80 anos ou mais (IBGE, 2018a).

No que concerne à questão de gênero, em 2017, as mulheres com 60 anos ou mais representaram 8,2% da população residente no Brasil, e os homens, 6,4%. Em 2012, o percentual era de 7,2% de mulheres e 5,7% de homens. No grupo da população idosa, o gênero feminino corresponde à maioria, com 56%, e o masculino, com 44%, representado na figura 03 (IBGE, 2018b).

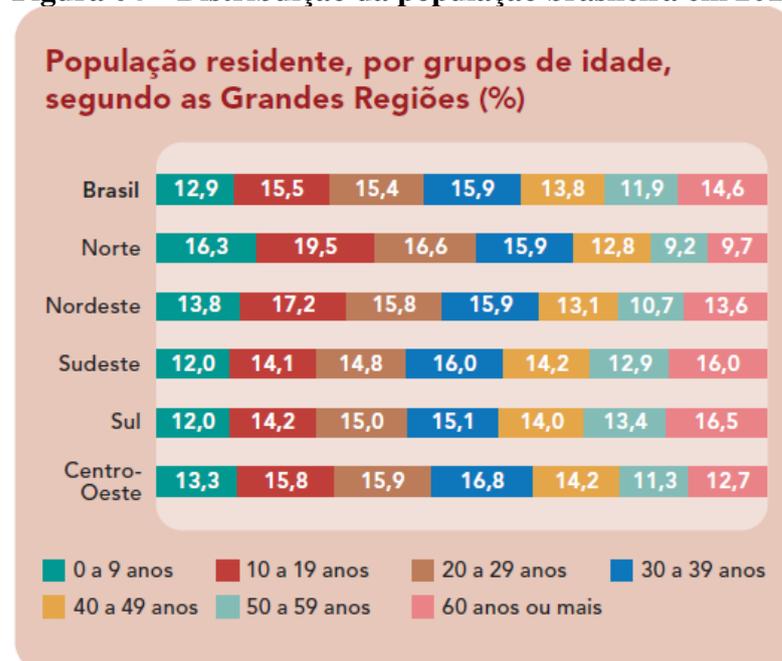
Figura 03 – Distribuição da população brasileira, por sexo e grupo de idade em 2012 e 2017



Fonte: IBGE (2018a, p. 7).

Em termos regionais, em 2017, a região Norte tinha o menor percentual de idoso, 9,7%, e a região Sul o maior percentual, 16,5%, valor próximo da região Sudeste, 16,0%; enquanto o grupo etário de 0 a 9 anos na região Norte tem percentual maior, 16,3%, e a região Sul e Sudeste menor, 12,0% cada uma. Os estados com maior percentual de pessoas com 60 anos ou mais são Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, 18,6% cada um, e o estado com menor é o Amapá, 7,2%, conforme figura 04 (IBGE, 2018a).

Figura 04 – Distribuição da população brasileira em 2017



Fonte: IBGE (2018a, p. 8).

Em 2012, a população amapaense era de 713 mil habitantes, distribuídos em 358 mil homens (50,2%) e 355 mil mulheres, (49,8%). Em 2017, a população do Amapá passou para 792 mil pessoas, composta por 395 mil pessoas do sexo masculino (49,9%) e 397 mil do sexo feminino (50,1%). Em Macapá, município com maior número de habitantes e idosos do estado em 2012 e 2017, a população era de 535 mil e 591 mil, respectivamente; havendo 265 mil homens e 279 mil mulheres em 2012, e 295 mil homens e 297 mil mulheres em 2017. A tabela 01 apresenta os dados da população do Estado do Amapá e do município de Macapá (IBGE, 2018d).

Tabela 01 – População total de habitantes do Amapá e Macapá

| Sexo | População Amapaense | | População Macapaense | | População Amapaense | | População Macapaense | |
|--------------|---------------------|------------|----------------------|------------|---------------------|------|----------------------|------|
| | (Mil Habitantes) | | (Mil Habitantes) | | (%) | | (%) | |
| | 2012 | 2017 | 2012 | 2017 | 2012 | 2017 | 2012 | 2017 |
| Homem | 358 | 395 | 265 | 294 | 50,2 | 49,8 | 49,5 | 49,8 |
| Mulher | 355 | 397 | 279 | 297 | 49,8 | 50,2 | 50,5 | 50,2 |
| TOTAL | 713 | 792 | 535 | 591 | | | | |

Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela: população residente (IBGE, 2018d).

Em relação ao número de idosos do Estado, em 2012, havia 40 mil, sendo 18 mil homens (45%) e 22 mil mulheres (55%). Em 2017, o número cresceu para 57 mil idosos, sendo 26 mil homens (45,6%) e 31 mil mulheres (54,4%). Em Macapá, a população total de idosos em 2012 era de 28 mil, havendo 12 mil homens (42,9%) e 16 mil mulheres (57,1%), e tendo crescido para 44 mil idosos em 2017, distribuídos em 19 mil homens (43,2%) e 25 mil mulheres (56,8%). A tabela 02 mostra a população de idosos no Amapá e em Macapá (IBGE, 2018d).

Tabela 02 – População total de Idosos do Amapá e Macapá

| Sexo | População Amapaense | | População Macapaense | | População Amapaense | | População Macapaense | |
|--------------|---------------------|-----------|----------------------|-----------|---------------------|------|----------------------|------|
| | (Mil Habitantes) | | (Mil Habitantes) | | (%) | | (%) | |
| | 2012 | 2017 | 2012 | 2017 | 2012 | 2017 | 2012 | 2017 |
| Homem | 18 | 26 | 12 | 19 | 45 | 45,6 | 42,9 | 43,2 |
| Mulher | 22 | 31 | 16 | 25 | 55 | 54,4 | 57,1 | 56,8 |
| TOTAL | 40 | 57 | 28 | 44 | | | | |

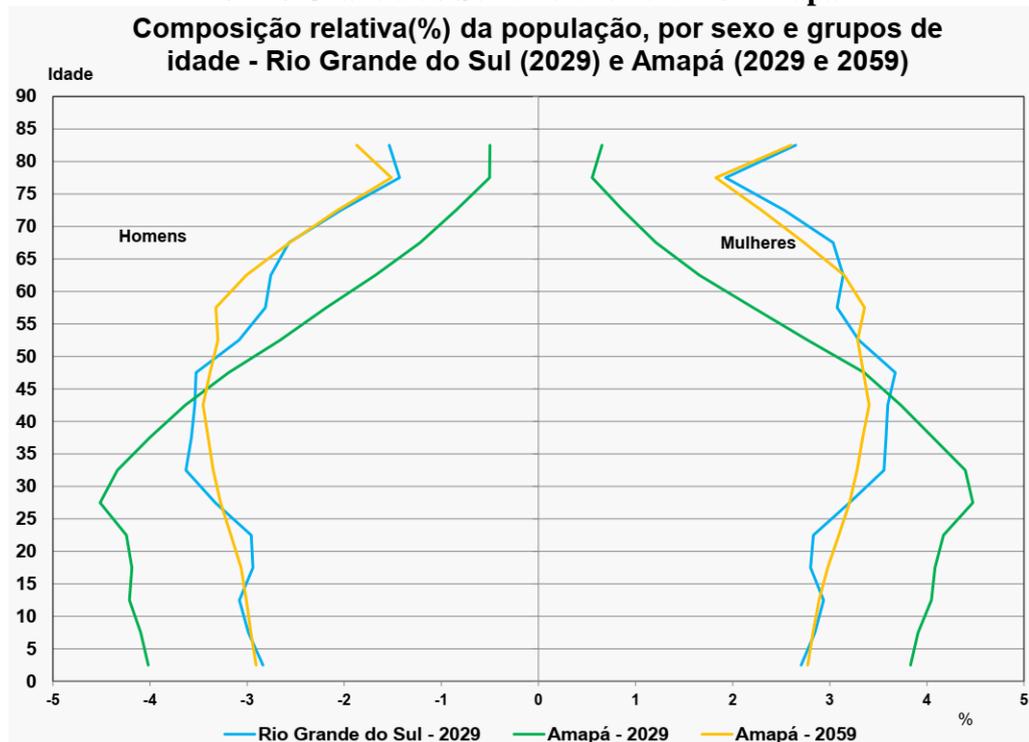
Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela: população residente (IBGE, 2018d).

Nota-se que ocorreu crescimento relevante do grupo de idosos no período de 2012 a 2017 em Macapá, sendo maior a quantidade de mulheres. A tabela 03 mostra o percentual da população de idosos do Amapá e de Macapá em relação à sua população geral.

Apesar dos dados da população brasileira em 2017 revelarem que o percentual de idosos na região Norte, e, em particular, no Amapá, são os menores em comparação ao restante do país, esse grupo etário cresceu nessa região, acompanhando a tendência nacional, exigindo a análise de práticas para atender melhor essa demanda e entender todo processo de envelhecimento populacional.

A figura 05 aponta que a previsão para o envelhecimento da população do Amapá será em 2059, com expressivo aumento de pessoas adultas e idosas e a diminuição do número de pessoas mais jovens. Assim, o poder público amapaense pode planejar e implementar ações com intuito de promover uma velhice com bem-estar, qualidade e cidadania para sua população, no sentido de se preparar para atender este fenômeno social.

Figura 05 – Distribuição da população relativa (%), por sexo e grupo de idade em 2029 no Rio Grande do Sul e 2029 e 2059 no Amapá



Fonte: IBGE (2018c, p. 34).

Segundo o IBGE (2016), houve aumento do percentual de idosos na população e diminuição de outros grupos etários, configurando um envelhecimento demográfico. No Brasil, desde 2010, a composição populacional foi caminhando às projeções de países desenvolvidos, caracterizados pelo envelhecimento da população.

A partir da análise das diferentes faixas etárias, é possível verificar a razão de dependência da população, que é um indicador da relação entre o grupo etário dependente (menor de 15 anos e 65 anos ou mais) e o grupo ativo (15 a 64 anos). Em 2018, a razão de dependência é de 44%, em 2039, a previsão é de 51,5% e, em 2060, crescerá para 67,2% (IBGE, 2018c).

Significa dizer que, em 2060, a cada grupo de aproximadamente 67 pessoas (dependentes), dependerá um grupo de 100 pessoas ativas economicamente. O aumento da razão de dependência sofre forte interferência do crescimento da população de idosos (IBGE, 2018c).

Veras e Caldas (2004) destacam que a ampliação do tempo de vida da população refletiu profundamente na questão social e de saúde pública, o que requer políticas públicas voltadas para a crescente população idosa. Esse cenário deve reverberar no planejamento e nas atividades do sistema de seguridade social, em que estão presentes os segmentos de assistência social, saúde e previdência social. Devem ser planejadas e implantadas políticas públicas voltadas aos idosos, que além de permitir que vivam mais, permita que busquem viver melhor (IBGE, 2016).

Com o aumento da expectativa de vida, bem como da população idosa, foram necessárias políticas e práticas direcionadas a este público, uma vez que o processo de envelhecimento produz diversas mudanças na vida do sujeito, nos aspectos físico, social e psicológico, e gera impactos nas dimensões sociais, culturais, econômicas, de saúde, entre outras. Dessa forma, torna-se importante a compreensão e o apoio para ressignificar o desempenho de papéis nesta etapa da vida.

Acredita-se na importância de ações para atender à crescente população idosa, com o intuito de favorecer uma velhice com bem-estar e qualidade de vida, assim como contribuir para uma melhor autoestima, integração familiar e social, e para a promoção e manutenção da saúde, ressignificando o processo de envelhecimento e o exercício de uma função ativa do idoso na sociedade.

Nesse contexto, surgem as universidades temáticas voltadas aos idosos nas instituições de ensino superior, com intuito de promover a inclusão social deles. Conforme Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015), no mundo, foram e estão sendo criadas diversas Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATI) que por meio da educação propiciam conhecimento, informações e efetivo exercício da cidadania do idoso.

Segundo Veras e Caldas (2004), as universidades são instituições públicas equipadas para oportunizar ao idoso um espaço de assistência e de atividades sociais e

culturais, assim como contribuir para a formação de profissionais e para a construção de conhecimento na área do envelhecimento humano. Del-Masso (2010) corrobora a ideia de que a Universidade deve assumir a função de responsabilidade social e desenvolver atividades para a inclusão social dos idosos.

No Brasil, a partir da década de 1990, cresceram os programas para idosos nas universidades, e existem hoje mais de 150 projetos relacionados à Universidade da Terceira Idade, que busca favorecer a participação social, a saúde e a vida com qualidade (VERAS; CALDAS, 2004). No cenário brasileiro, as universidades oferecem ações com modelos distintos, mas apresentam como objetivos comuns a valorização do idoso, melhores condições de cidadania e qualidade de vida (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015).

Verificou-se que, em Macapá (AP), a Universidade Federal do Amapá –Unifap desenvolve práticas direcionadas ao público de 60 anos ou mais por meio do projeto de extensão denominado Universidade da Maturidade – UMAP, que iniciou suas atividades em 2010, tornando-se uma referência sobre essa temática no Estado.

A Universidade da Maturidade mostrou-se um campo riquíssimo para compreender o processo de envelhecimento da população, pois seus participantes representam o retrato da pessoa idosa no município de Macapá. Somado a isso, foram percebidas poucas pesquisas a respeito do envelhecimento e da população idosa no Amapá de um modo geral, o que demonstra a relevância da temática para a sociedade local. Acredita-se que quando uma comunidade melhor se conhece, melhor poderá atuar efetivamente na resolução de seus problemas.

Assim, surgiu o interesse em pesquisar a respeito das percepções dos participantes do projeto à luz dos fatores que envolvem o processo de envelhecimento. O propósito é refletir como as atividades universitárias podem contribuir para o envelhecer saudável. Diante disso, a pesquisa buscou responder o seguinte questionamento central: Quais as percepções dos idosos participantes do projeto de extensão Universidade da Maturidade como política pública voltada à população idosa? Para tanto, foram elaboradas as seguintes indagações para o desenvolvimento desta pesquisa: Como se desenvolvem as atividades do projeto de extensão da UMAP? Como se dá a inserção das pessoas idosas na UMAP? Qual o perfil sociodemográfico dos participantes do projeto de extensão UMAP? Quais os desafios que as pessoas idosas encontram ao retomar os estudos?

O estudo teve como objetivo geral investigar as percepções das pessoas idosas participantes da Universidade da Maturidade (UMAP) como política pública. E os seus objetivos específicos foram: averiguar como se desenvolvem as atividades do projeto de

extensão UMAP; observar como se dá a inserção das pessoas idosas na UMAP; construir o perfil sociodemográfico dos participantes da UMAP e identificar os desafios que as pessoas idosas encontram ao retomar os estudos.

Destaca-se que, em Macapá, são poucos os espaços destinados à integração social do idoso, de modo a favorecer um envelhecimento com qualidade, o que revela que são limitadas as práticas e políticas públicas para atender a crescente demanda de sujeitos idosos. Assim, aponta-se a relevância social desta pesquisa, uma vez que permitiu compreender o perfil da população idosa e gerou reflexões sobre como promover uma velhice saudável e ativa e estimular a criação de políticas públicas e a efetivação das já existentes para este segmento da sociedade.

A temática da pesquisa foi suscitada devido minhas experiências acadêmicas e profissionais como terapeuta ocupacional, em que foi percebida a importância de práticas relacionadas a atenção ao idoso e da educação como promotora da saúde. E pessoalmente acompanhei a entrada de familiares na fase velhice, o que me levou a refletir de como ações educacionais podem impactar no cotidiano das pessoas, no sentido de dar novo significado em suas vidas, bem como me permitiu pensar na relevância de trabalhar aspectos relacionados ao envelhecimento desde a fase adulta e oportunizar a relação entre as gerações.

Conforme o exposto, percebeu-se que o estudo também é fundamental para o avanço da temática no nosso Estado, favorecendo o conhecimento e a produção científica. Desse modo, proporcionou a ampliação do conhecimento teórico e prático dentro da comunidade acadêmica, científica e profissional em relação a práticas de atenção à população idosa.

O trabalho foi organizado em quatro capítulos. Os dois primeiros capítulos são teóricos, sendo o primeiro dedicado ao processo de envelhecimento humano, e estão distribuídos em duas sessões: geração e velhice e a pessoa idosa. Nesse capítulo, a discussão do assunto busca compreender quem são os sujeitos da pesquisa e qual seu significado presente em nossa sociedade, bem como busca identificar suas principais características.

O segundo capítulo teórico trata das ações universitárias para a pessoa idosa, e foi necessário dividi-lo em três sessões. Na primeira, foi pertinente referenciar as políticas públicas para a pessoa idosa, trazendo conceitos dos principais autores sobre as políticas públicas como um todo e especificamente para o idoso. Posteriormente, realizou-se um recorte das principais legislações existentes a respeito do indivíduo com mais de 60 anos de idade. A segunda sessão introduziu no estudo as Universidades Abertas para os Idosos propriamente ditas, resgatando sua trajetória histórica no mundo e no Brasil e destacando os

principais modelos existentes hoje. Desse modo, chega-se até a experiência da Universidade da Maturidade da Unifap, detalhando como ela se desenvolve no contexto local.

No terceiro capítulo encontra-se a estrutura metodológica empregada nesta pesquisa, sendo possível entender seus métodos e instrumentos de coleta e análise para se alcançar os objetivos traçados. O quarto capítulo refere-se à discussão e resultados da pesquisa, tendo duas sessões. A primeira apresenta os sujeitos deste estudo, tanto os participantes todos como apenas os entrevistados, delimitando suas particularidades e variáveis sociodemográficas. A segunda abordou as quatro principais categorias de análise oriundas das vozes do grupo de idosos alunos da UMAP, destacando sua percepção sobre a vida, sobre a velhice e sobre o projeto.

Portanto, este estudo possui como objeto uma ação extensionista voltada ao indivíduo idoso e foi investigado o seu real impacto para os seus participantes, de modo a revelar os efeitos de uma atividade universitária para o processo de envelhecimento, a contribuição ou não para o bem estar e a qualidade no viver de cada envolvido, bem como a relevância do projeto como política pública.

2 PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO

Dedica-se esta seção à compreensão do sujeito da pesquisa, sendo inicialmente abordado as categorias geração e velhice, a fim de situar em uma perspectiva mais ampla da temática, em que são debatidos os principais referências teóricos. Na segunda subseção, tem-se a construção teórica relacionada à pessoa idosa sob a luz da complexidade da existência humana, em que fundamentará a análise dos resultados da presente pesquisa.

2.1 GERAÇÃO E A VELHICE

O envelhecimento humano é um processo contínuo e mutável, vivido pelo ser desde o nascimento até a sua morte, passando por etapas etárias, sendo as mais comuns: infância, juventude, fase adulta e velhice. O envelhecimento se dá durante toda a vida humana, culminando na fase da velhice, sendo esta o produto de todas as vivências no período anterior.

Percebe-se que a dinâmica do envelhecimento sofre influência de diversos aspectos: o social, o cultural, o espiritual, o econômico e o biológico. Assim, ao se tratar de sujeitos idosos, faz-se necessário conhecer a categoria geração e suas principais teorias, pois há uma inter-relação perene entre as diferentes gerações. A geração de idosos não atua sozinha e sem gerar e sofrer impactos, pelo contrário, a velhice está em contínuo movimento com o mundo e com as demais categorias existentes.

O percurso histórico da noção de geração apresenta registros bem antigos, presente em escritos bíblicos e gregos. Um dos pioneiros na discussão foi Auguste Comte, no século XIX, indicando a geração em termos quantitativos, vinculada ao pensamento positivista. Para ele, a existência de uma geração poderia ser presumida pelo tempo que ocorre, em média, a troca de uma geração (antiga) para uma nova, durando aproximadamente 30 anos cada geração (FEIXA; LECCARDI, 2010).

O trabalho de Comte assumiu um sentido histórico de continuidade, em que o progresso é fruto das transformações oriundas da nova geração em equilíbrio com a estabilidade herdada de gerações mais velhas (BORTOLAZZO, 2016). Observa-se que, já no século XVIII, o estudioso Wilhelm Dilthey incorporou o caráter histórico na acepção de geração, em que se acreditava na ligação existente entre o fluxo da história e o das gerações, considerando geração como o resultado das experiências partilhadas pelas pessoas em um

determinado período, visualizando esse tempo de forma qualitativa (FEIXA; LECCARDI, 2010).

No século XX, a discussão em torno de geração possui destaque e pode ser dividida em dois momentos: o primeiro ocorre no período de 1920 a 1933, com estudos teóricos na Alemanha e França; o segundo é posterior à Segunda Guerra Mundial, com trabalhos norte-americanos focados no empírico (JAEGER, 1985). O marco para o debate atual do conceito foi a obra “O Problema das Gerações”, de Karl Mannheim, de 1928, que afastou a ideia positivista e histórica e aproximou-se da construção do conceito de geração a partir das mudanças sociais (BORTOLAZZO, 2016).

Os estudos acerca de geração iniciaram no Brasil nos anos de 1960 e 1970, com enfoque na juventude, assim como no mundo, por conta da efervescência dos movimentos juvenis da época: estudantis, hippies, entre outros. Nos anos de 1980 e 1990, advém a discussão da geração velhice, mais por conta de ser útil para resolução de um novo problema social do que pelo viés científico, como foi anteriormente com os jovens. O quantitativo crescente de idosos e a longevidade eram o eixo central do problema, demonstrando o conflito da preocupação com o prolongamento da vida, pois era desejado e indesejado ao mesmo tempo (MOTTA, 2010).

A obra “A Velhice”, de Simone de Beauvoir (1990), exprime o percurso da ideia da velhice ao longo dos séculos. Nos primórdios, era considerada uma doença, conforme trabalhos de Terêncio, na Antiguidade, e de Roger Bacon, no século XIII, visão que perdurou ainda no século XVIII, com Gerard Van Swieten. Até o século XV, as obras sobre o assunto referiam-se a uma higiene para prevenção. Com a expansão do ideal burguês, o racionalismo e o mecanicismo comparam o corpo humano a uma máquina, retomando a noção de que o corpo se desgasta ao longo dos anos, visão que se propagou até o século XIX.

Ainda nesse século, surgiu a geriatria para estudar o estado da velhice, estimulada pelo surgimento de asilos na França. Os estudos a respeito do tema multiplicaram no fim do século XIX e no século XX. Mais adiante, emergiu a gerontologia, que estuda o processo de envelhecimento. Nos primeiros anos do século XX, as pesquisas a respeito da velhice não eram prioridade e tardaram a se desenvolver, estando na contramão das vastas obras produzidas acerca da juventude no mesmo período. Até que, por conta do elevado número de idosos produzir uma nova problemática oriunda da sociedade industrializada, estes passaram a ser objeto de muitos estudos (BEAUVOIR, 1990).

Aos poucos e tardiamente, pois veio após vários movimentos sociais (negros, feministas, estudantis, etc.), a discussão sobre a velhice se destaca, e é proveniente da

acentuada demanda demográfica e dos movimentos sociais – político e cultural – como as universidades para terceira idade. Dados estatísticos indicam que, paralelamente ao aumento do número de idosos, existem menos crianças na população, denotando um obstáculo para reprodução delas. Alguns cientistas acreditam que tais fatos são decorrentes do “problema” de envelhecimento, da falência do sistema previdenciário e do impedimento da reprodução da sociedade (MOTTA, 2010).

Para Bortolazzo (2016, p. 123-124):

O conceito de geração tem sido utilizado de inúmeras maneiras e nos mais diversos campos do saber. Um dos significados mais aceitos é, sem dúvida, aquele que relaciona geração à idade biológica, ou seja, o período de sucessão entre descendentes em linha reta (avós, pais, filhos, netos, bisnetos, e assim por diante).

No entanto, para Debert (2012) não podemos entender geração como uma substituição de um grupo por outro, mas como o modo de ser singular de um grupo de pessoas, ultrapassando o âmbito familiar e incorporado à esfera pública.

Conforme teoria de Meyer Fortes, o debate acerca da periodização da vida envolve três eixos diferentes de classificação: idade cronológica, estágio de maturidade e geração; e apresenta duas dimensões: o aparato do Estado na delimitação do âmbito doméstico e familiar e as mudanças históricas (BEAUVOIR, 1990).

Segundo Motta (2010), o conceito de geração ou é reconhecido pela importância nas relações dos grupos de idade em um tempo e em um contexto social ou é deixado de lado por serem consideradas instáveis. “A geração, em sentido amplo, representa a posição e atuação do indivíduo em seu grupo de idade e/ou de socialização no tempo. Daí o sentido dinâmico ou instável e plural que essa condição, de saída, representa.” (MOTTA, 2010, p.226).

Percebe-se a finitude presente nos grupos de idade, em que o indivíduo constantemente adquire mais idade e vai mudando de grupo e, no decorrer dos tempos, ocorrem transformações sociais decisivas para o prolongamento da vida e para definição de grupos etários, denotando a instabilidade do conceito de geração. O sujeito pertence a um gênero, uma raça e uma classe no decorrer da sua vida, porém, a sua geração muda diante dos anos conquistados (MOTTA, 2010).

Evidencia-se a noção de interseccionalidade, entendida por Bilge (2009, p.70), como:

(...) uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que

são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual.

Considerando a categoria interseccionalidade podem-se entender as múltiplas relações existentes na constituição do sujeito idoso e a dinâmica das relações sociais que desencadeiam as desigualdades sociais. Pode revelar sua situação social como produto da complexa interação, em especial da intersecção da geração com gênero, classe e raça, que serão importantes para a análise das percepções de que trata este trabalho.

A concepção de geração considera os aspectos multidimensionais que envolvem o ser humano (o biológico, o social, o político, o cultural, o econômico, o psicológico e também o histórico), revelando assim, uma visão holística e plural de compreensão do indivíduo. A geração denominada idosos na maioria das vezes é definida por um corte cronológico de identificação dos sujeitos, ou seja, apenas há a delimitação de idosos como as pessoas com 60 anos ou mais de idade. Mas o entendimento de geração vai além desse recorte de tempo e está suscetível a mudanças de sua definição em virtude das reconstruções sociais ao longo dos anos.

Conforme Motta (2010), no campo das ciências sociais, a geração apresenta três perspectivas que interagem entre elas: coortes, grupos etários e gerações propriamente ditas.

Coorte é a referência estatística ou demográfica e basicamente designa um conjunto de indivíduos nascidos em um mesmo intervalo de tempo, expostos a determinados eventos de caráter demográfico. [...] A tradição antropológica é responsável pela segunda acepção de geração, que se expressa, basicamente, em termos de idades (grupos etários, categorias de idade, classes de idade etc.) referindo-se quase sempre à filiação, guardando um sentido ou uma função classificatória que inclui tanto as posições na família como na própria organização social mais ampla. [...] O sentido mais plenamente sociológico, ou macrosociológico - geração, propriamente dita - designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal. (MOTTA, 2010, p. 228-229).

Para melhor compreensão do conceito de geração, trataremos da teoria de Karl Mannheim, que a desvela como um processo dinâmico e interativo, em que a dimensão sociológica é inserida no debate geracional. Mannheim apresenta uma crítica e a superação da ideia de geração como concreta, coesa e linear, em que é considerado somente o limite de idades para definir, por exemplo, o segmento etário de idosos como pessoas a partir de 60 anos.

De Mannheim vem o sentido histórico-social do conceito de geração, definindo que pessoas de uma mesma geração estão em um espaço comum na história inserida no

contexto social, compartilhando vivências características de seu tempo. O teórico não se afasta da noção de grupo de idade em sua definição, apontando que geração figura um grupo etário instalado em um cenário histórico-social. E ainda traz a contribuição do aspecto biológico, em que a esfera histórico-social permite entender o caráter biológico de uma geração (MOTTA, 2010).

Mannheim (p.137, 1928) acredita que “[...] o fenômeno social geração nada mais representa do que um tipo particular de identidade de situação de grupos de idade mergulhados num processo histórico social.”.

Nesse sentido, Mannheim apresenta a expressão “não contemporaneidade dos contemporâneos” ou “não simultaneidade do simultâneo” para demonstrar a subjetividade do tempo vivido pelos indivíduos, no qual um grupo de pessoas de idades semelhantes experimenta tempos particulares diferentes em um mesmo período. O teórico, ao introduzir sua análise sociológica na concepção de geração, traz o termo “enteléquia” de uma mesma geração, sendo definida como o “espírito do tempo”, no qual diversas gerações em uma dada época estão em ação na reconstrução do “espírito do tempo” (WELLER, 2010; MANNHEIM, 1928).

Para Mannheim (p.124, 1928) “Todas as pessoas convivem com pessoas da mesma e de diferentes idades [...]. Mas para cada uma o mesmo tempo é um tempo diferente [...]”.

Uma geração com indivíduos de um mesmo grupo etário, sob influência de um mesmo cenário social, pode apresentar pessoas com posturas distintas; por exemplo, os movimentos políticos atuais em que uns são mais radicais e outros mais conservadores, estando ambos no mesmo contexto histórico-social. Outro aspecto da categoria geração é o encontro de diversas gerações em um mesmo espaço de tempo, não tendo vivências e percursos de vida comuns. Por exemplo, em nossa sociedade, com o prolongamento da vida, vemos o encontro em uma mesma família de quatro e cinco gerações, ocorrendo uma sucessão e não substituição de gerações (MOTTA, 2010).

O contexto da sociedade, no momento em que os indivíduos nascem, pode contribuir para a aquisição de atributos semelhantes para um conjunto de pessoas, porém não é determinante. A noção de que uma geração seria substituída linearmente por outra é incoerente, visto que convivem em um mesmo momento diferentes gerações, compartilhando experiências (BORTOLAZZO, 2016).

Os conceitos de “não contemporaneidade dos contemporâneos” e “enteléquia” sugerem a noção dinâmica e complexa de geração, afastando-se da concepção cronológica

para defini-la como o período certo em que as pessoas se encontram. Assim, a geração se aproxima das experiências subjetivas vividas pelo indivíduo, resultando na diversidade de sujeitos pertencentes à determinada geração, como a dos idosos.

As análises de Mannheim também podem ser percebidas nas características gerais do idoso brasileiro, mostrando a pluralidade e heterogenia presentes no processo de formação de um determinado segmento etário, em que o fenômeno geracional contribuiu para a produção, por exemplo, de um perfil socioeconômico.

O perfil socioeconômico dos idosos apontado em pesquisas do IBGE mostra que a categoria geração, no caso deles, pode se relacionar com outras categorias, como gênero, etnia, raça, entre outros. Não sendo, dessa forma, uma categoria isolada, uma vez que interage com diversas outras e com as diferentes realidades em que se encontra.

Nas informações do IBGE aparece o percentual de cada aspecto (gênero, raça, formas de domicílio, situação ocupacional e de saúde) relacionado à pessoa idosa de cada estado da federação brasileira, possibilitando, assim, visualizar as diferenças e semelhanças existentes entre as regiões. Percebe-se com esses dados a existência de correlações entre diferentes categorias, em que as pessoas com 60 anos ou mais não apresentam as mesmas características em todo país, estabelecendo distinções quando comparadas de acordo com as regiões, os estados, os municípios, o gênero, assim como a raça, a classe econômica, a escolaridade, a ocupação entre outros.

A diversidade na composição de um grupo de uma mesma geração, no caso, a dos idosos, pode ser analisada a partir das divisões do conceito de geração teorizadas por Mannheim, denominadas posição geracional, conexão geracional e unidade geracional.

A posição geracional é a possibilidade que um grupo de pessoas tem de agregar experiências comuns. A conexão posicional é mais determinante e precisa do estabelecimento de vínculo de participação na experiência da comunidade. E nas unidades geracionais estão as perspectivas e reações de diferentes grupos de uma mesma conexão geracional (WELLER, 2010).

Pode-se, por exemplo, entender a posição geracional como as pessoas com 60 anos ou mais residentes no Brasil, formando um grupo macro de indivíduos que estão sujeitos ao mesmo tempo e história. Por exemplo, a quantidade de idosos, de idosos apenas do sexo masculino ou feminino. Nesse grupo macro estão presentes inúmeras diferenças que são estabelecidas por meio dos vínculos de participação que cada idoso estabelece na sua vivência coletiva, podendo ser visto como a conexão posicional, como o percentual de idosos

aposentados do sexo feminino ou do masculino, ou como o percentual de idosos que vivem sozinhos.

E as unidades geracionais podem ser vistas nas peculiaridades presentes em cada região, denotando a reação dos grupos de diferentes modos diante da conexão e da posição geracional. Ressalta-se que os aspectos sociais e a história percorrida pelas pessoas são fundamentais.

O tempo percebido de forma singular por cada indivíduo, conforme Mannheim, faz com que as unidades de geração tenham características diferentes, em razão das influências de categorias de gênero, classe social e raça. E ainda reflete na variedade de identidades encontradas na geração, como, por exemplo, os diferentes papéis exercidos pelo mesmo sujeito em um núcleo familiar – avó, pai, filho – ao mesmo tempo (MOTTA, 2010).

Destaca-se que, apesar de viverem no mesmo tempo, os idosos podem apresentar características gerais distintas entre as regiões, revelando que a condição da pessoa idosa é fruto de um processo histórico e social dinâmico. Desse modo, em Macapá, o grupo de idosos estudado revelou um jeito típico de vivenciar a velhice.

Pode-se entender que não é negada a influência de fatores biológicos, porém, os fatores determinantes são os sociais e históricos. Para Mannheim, o pertencimento ou não a uma geração não é reduzido às questões puramente biológicas, e sim ao potencial que as pessoas nascidas em um tempo semelhante têm de compartilhar experiências de modo comum (BORTOLAZZO, 2016).

O grupo geracional da velhice, como os demais, é o produto de uma correlação de forças com reciprocidade nas classes e nas gerações, configurando seu aspecto mutável (LENOIR, 1998). Uma geração é oriunda da luta pelo poder entre elas, acontecendo em um determinado tempo social conforme sua percepção de mundo. Em cada conjunto de pessoas pertencentes a uma geração é desenvolvido o seu significado, valores e identidades que se relacionam com os outros conjuntos.

Somado a isto, tem-se os intercâmbios com outras dimensões como as de gênero, raça e classes sociais (MOTTA, 1999). O critério de classificação por idades é uma forma de divisão de poder, no sentido de introduzir limites e uma ordem em que cada um sabe o papel a ser mantido (BOURDIEU, 1983).

Outra contribuição para o entendimento do conceito de geração é a relação com o termo identidade, trazida por Philip Abrams. A geração teria o encontro de dois cursos, o individual e o histórico, ocorrendo uma conexão entre eles. Sugere-se que de uma nova

geração podem surgir outras identidades, não existindo o ritmo de tempo biológico (FEIXA; LECCARDI, 2010).

A geração pode ser construída por meio dos aspectos históricos e culturais, pois as gerações se formam a partir de uma identidade comum. Em uma visão sociológica, a identidade é oriunda da relação entre o eu e o meio social (BORTOLAZZO, 2016).

A sociedade no decorrer dos anos passa por muitas transformações em suas diferentes dimensões – social, econômica, cultural, científica – denotando uma fluidez de perspectiva de mundo no percurso histórico. Para Bauman (2011), os indivíduos nascem em um lugar divergente daquele em que seus antecedentes nasceram, dado que o mundo da época de seus pais ou avós não existe mais.

Quanto à velhice, o mundo que o sujeito idoso vivencia não é o mesmo da época em que nasceu. É profundamente impactado pelo modo de viver capitalista e pelos avanços tecnológicos. O autor assevera que a visão capitalista modificou o mundo e o enquadramento em classificações não consegue explicar a complexidade de seus eventos.

Ao categorizar em termo uma nação, classe, gênero ou geração, é esquecida a forma única que cada sujeito possui, não havendo nenhum outro igual a ele; porém, pode-se perceber alguns traços semelhantes em determinado grupo de pessoas, permitindo que uma condensação relativa possibilite categorizar (BAUMAN, 2011).

O mundo contemporâneo trouxe novas configurações às etapas da vida, sendo todas afetadas pela valorização da juventude, como no caso do surgimento de divisões para separar a fase adulta da velhice, com denominações: “meia-idade” ou “idade da loba”. Neste cenário, o indivíduo adulto apresenta novos significados com a ideia de uma juventude sem fim e ao mesmo tempo uma aposentadoria precoce (DEBERT, 2012).

Acompanhando a evolução tardia da acepção de geração e do sentido da denominada geração velhice, encontra-se o estudo dos significados e valores da pessoa idosa, que constantemente é invisível diante das situações sociais, refletindo em muitos conflitos existentes nesta fase da vida. Por exemplo, a violência de gênero na velhice, isto é, a violência contra as mulheres idosas, que é pouco falada, evidencia o campo relacional entre diferentes dimensões, neste caso, a de gênero e a de geração. Assim, a dimensão geração deve ser analisada em conjunto com as outras, notadamente gênero, raça e classe. E ainda nota-se a interferência das relações intergeracionais por si só (MOTTA, 2010).

Debert (2012) acredita que a institucionalização dos períodos da vida do ser humano interferiu em todos os contextos sociais: na organização da produção, na educação, no consumo, nas políticas públicas e até nas aspirações individuais e coletivas. Os padrões

definidos para infância, juventude, fase adulta e velhice são produtos da modificação estrutural da economia e também da transposição de temas da vida privada para ordem pública, oriundas do Estado Moderno.

Contudo, segundo Held, a tendência do mundo contemporâneo é a “desinstitucionalização” ou “descronologização” do curso da vida, devido às modificações na produção (avanço veloz de novas tecnologias e a informação), nas obrigações familiares (distância da noção de ideia certa para fatos da vida, como casamento e maternidade), e na formação de unidades domésticas (podem acontecer em qualquer tempo). A mídia eletrônica também repercute nas idades definidas da vida, indicando formas inéditas de comportamento e flexibilizando a marcação etária (DEBERT, 2012).

Assim, vimos que geração é uma categoria de estudo que envolve diferentes dimensões, sendo construída e desenvolvida em meio ao um processo social e histórico. Seu conceito é necessário para compreender a velhice diante dos cenários sociais percorridos, bem como permite identificar o indivíduo idoso como um produto do meio e, ao mesmo tempo, um sujeito ativo das ações presentes na humanidade. Segue-se a delimitação da concepção de pessoa idosa para subsidiar o entendimento do sujeito desta pesquisa.

2.2 A PESSOA IDOSA

A constituição da pessoa idosa se dá durante toda a sua vida e engloba a transversalidade de inúmeros fatores, o que conseqüentemente gera a conexão com diversas definições, como geração e velhice, abordadas anteriormente e retomadas em alguns pontos aqui, e com diferentes perspectivas: biológica, social, político, econômica, cultural, histórica entre outras. Nesta seção, busca-se dar conta das múltiplas dimensões envoltas na figura do idoso, para que possamos aprofundar o conhecimento do ator principal desta pesquisa.

Por volta do ano de 1970, pouco se falava da velhice, parecia um segredo para sociedade, havia poucas publicações e atividades destinadas a este público. A velhice é uma certeza na vida humana, caso não se morra antes. Está presente desde o nascimento, apenas afastada por um período que percebemos longo, não sendo, assim, um fenômeno que ocorre de forma repentina, como se dormisse jovem e acordasse velho (BEAUVOIR, 1990).

Como em outras fases da vida, os idosos continuam a sentir desejos, amor e ciúmes, a sexualidade ainda está presente, bem como as aspirações e reivindicações. Contudo, eles encontram-se à margem da condição humana. Para mudar, é necessário abandonar a indiferença quanto ao envelhecer e tratá-lo com atenção e respeito que merece, aceitando que faz parte da nossa existência (BEAUVOIR, 1990).

Para a antropologia, a divisão da vida em períodos e a relações intergeracionais representam um fenômeno cultural norteador do fenômeno biológico, como os símbolos que marcam as transições entre as idades. O agrupamento dos indivíduos em idade, produto da necessidade de socialização, está presente em todas as sociedades, contudo não há o mesmo parâmetro para tal delimitação, devido à heterogeneidade de moldes culturais e mudanças históricas (DEBERT, 2012). A padronização culturalmente constituída irá formar modelos de sujeitos idosos em cada sociedade, seja ela oriental ou ocidental.

O processo de envelhecimento humano ocorre naturalmente ao longo da vida do sujeito, sendo um ciclo complexo que envolve fatores físicos, biológicos, familiares, sociais, econômicos e pessoais, estando relacionado com a aceitação das pequenas às mais complexas transformações do nosso meio social (DEL-MASSO, 2010).

A aceção da velhice proposta por Simone de Beauvoir (1990) consiste em fenômenos biológicos, com atributos singulares; psicológicos, com comportamentos próprios; existenciais, com mudança da visão de mundo do idoso e de sua visão sobre si mesmo; e sociais, com o meio social sendo determinante, uma vez que não se trata de um modo natural de ser. Percebe-se nesses fenômenos que a condição de “velho” exprime transformações, o que é um princípio vital da vida. Assim,

“[...] a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural. [...] A medicina moderna não pretende mais atribuir uma causa ao envelhecimento biológico: ela o considera inerente ao processo da vida, do mesmo modo que o nascimento, o crescimento, a reprodução, a morte. (BEAUVOIR, 1990, p.20, 32).

Nesse sentido, Debert (2012) pressupõe que o ser humano passa por fases de desenvolvimento biológico e é dotado de capacidades físicas para desempenhar suas atividades. E ele ainda precisa de um leque de conhecimentos que adquiriu durante os anos, com o avançar da idade, para exercer papéis sociais. No ocidente, a idade cronológica é oriunda de elementos culturais, não dependendo de aspectos biológicos e de maturidade, impostos por leis indicativas de direitos e deveres.

Essa idade define status, funções ocupacionais e ações sociais. A diferenciação em idades permite uma organização social, atribuindo direitos, deveres e um comportamento adequado para seus indivíduos, bem como permite reconfigurar o mercado de consumo (DEBERT, 2012).

De acordo com Farinatti (2008), o envelhecimento é um processo lento, que sofre interferências de variáveis biológicas e sociais, acompanhado de déficits fisiológicos.

Ressalta-se o aspecto de continuidade da velhice, em que o envelhecimento bem sucedido seria reflexo de experiências no passado. Desse modo, deve-se compreender o caráter continuado e não o de término da vida.

Uma acepção didática de sujeito idoso é abordada por Schneider e Irigaray (2008), segundo a qual o processo de envelhecer do homem sofre influência de diferentes dimensões (gênero, cultura, classe, saúde, estilo de vida, ocupação, etc.) formadoras da sociedade, inseridas em um plano individual e coletivo.

Embora haja uma construção social e temporal da idade para padronizar os seus integrantes, deve-se considerar os atributos individuais. Os autores acreditam que se pode entender o envelhecimento humano a partir das idades cronológica, biológica, psicológica e social do sujeito. Contudo, o conjunto das idades supracitadas não é delimitador da velhice, no sentido de ter uma predeterminação de seu início e término.

A idade cronológica refere-se somente ao número de anos que tem decorrido desde o nascimento da pessoa, portanto não é um índice de desenvolvimento biológico, psicológico e social, pois ela por si só não causa o desenvolvimento. [...] A idade biológica é definida pelas modificações corporais e mentais que ocorrem ao longo do processo de desenvolvimento e caracterizam o processo de envelhecimento humano, que pode ser compreendido como um processo que se inicia antes do nascimento do indivíduo e se estende por toda a existência humana (Schneider e Irigaray, 2008, p. 589, 590).

A idade social corresponde às práticas sociais para o desempenho de funções sociais, as quais são delimitadas como próprias de sua faixa etária pela sociedade, tendo influência da cultura (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Entende-se a idade psicológica a partir de duas vertentes: a primeira relaciona-se com aspectos cognitivos, como aprendizagem e memória; a segunda refere-se a questão subjetiva da idade, isto é, como a pessoa vê seus aspectos biopsicossociais oriundos da idade (NERI, 2005).

A demarcação cronológica do idoso é quando ele já viveu 60 anos ou mais. A pessoa idosa apresenta características biológicas específicas, como redução da altura, pele com diminuição da espessura e da elasticidade, dificuldades visuais e auditivas (COSTA, PEREIRA, 2005).

A idade social do idoso permite verificar como a sociedade a identifica. O marco de entrada na velhice é a aposentadoria, que em muitas sociedades é vista como um período improdutivo e inativo. Com relação à idade psicológica característica do idoso, percebe-se comumente o comprometimento da memória e da aprendizagem, sendo que podem ser supridas com maiores conhecimentos e vivências obtidas. (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Acrescenta-se que as dificuldades cognitivas podem ser frutos de outros fatores associados, como, por exemplo, doenças, falta de estímulos, questões comportamentais e sociais (WHO, 2005).

Em relação ao aspecto biológico, o envelhecimento é um processo contínuo e complexo que acarreta a redução da capacidade física, demandando diferentes adaptações do idoso. Dessa forma, o envelhecimento não pode ser visto apenas na sua dimensão cronológica, mas também na biológica, considerando as influências dos aspectos genéticos, ambientais, sociais e comportamentais (SOARES; FARINATTI; MONTEIRO, 2010).

Papalia e Feldman (2013, p. 602) descrevem as principais especificidades biológicas das pessoas idosas:

Mudanças nos órgãos e sistemas são altamente variáveis. A maioria dos sistemas corporais continua a funcionar muito bem, mas o coração começa a ficar mais suscetível à doenças. [...]. Embora o cérebro mude com a idade, as mudanças em geral são modestas. [...] Problemas visuais e auditivos talvez interfiram na vida diária, mas em geral podem ser corrigidos. [...]. Perdas de paladar e olfato podem levar a má nutrição. O treinamento pode melhorar o tempo de reação, equilíbrio e força muscular. Adultos idosos tendem a ser suscetíveis a acidentes e quedas. Pessoas mais velhas tendem a dormir menos e a sonhar menos que antes, mas a insônia crônica pode ser uma indicação de depressão. Muitos adultos mais velhos permanecem sexualmente ativos.

É comum possuírem patologias crônicas, mas que não comprometem suas atividades cotidianas. Quanto ao componente mental, encontram-se casos de depressão e alcoolismo, os quais, com o devido tratamento, são solucionados; e há a possibilidade de surgimento da doença de Alzheimer, que não tem cura (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Outras características são percebidas na velhice, como alterações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas, com impacto na adaptação de indivíduos idosos, tornando-os mais suscetíveis a doenças (LOPES, 2000).

As características mais perceptíveis na anatomia das pessoas idosas são:

A pele que resseca, tornando-se mais quebradiça e pálida [...]. Os cabelos que embranquecem e caem com maior frequência e facilidade não são mais naturalmente substituídos, principalmente nos homens. O enfraquecimento do tônus muscular e da constituição óssea leva a mudanças na postura do tronco e das pernas, acentuando ainda mais as curvaturas da coluna torácica e lombar. As articulações tornam-se mais endurecidas, reduzindo assim a extensão dos movimentos e produzindo alterações no equilíbrio e na marcha. [...]. Quanto ao sistema cardiovascular, é próprio das fases adiantadas da velhice a dilatação aórtica e a hipertrofia e dilatação do ventrículo esquerdo do coração, associados a um ligeiro aumento da pressão arterial (NETTO, 2004, p. 78).

Assim, Papalia e Feldman (2013) asseguram que, contrapondo estes comprometimentos biológicos mais comuns na velhice, a maioria dos idosos apresenta uma vida saudável, tendo como importante fator um modo saudável de vida em anos anteriores, que podem ser estimulados com atividade física e alimentação adequada. E uma grande parcela também possui uma boa saúde mental, em que casos mais difíceis, como o Alzheimer, podem ser amenizados com dieta e exercícios.

A cognição pode ser estimulada para uma melhor atividade cerebral, pois estas pessoas têm uma plasticidade. A espiritualidade é um fator essencial na vida de muitos idosos, influenciando positivamente a saúde, o bem-estar e o prolongamento dos anos. A interação social é outro importante aspecto na vida dessas pessoas, conferindo saúde; o isolamento é um componente associado à frequência de mortes (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

O envelhecer é comumente visualizado em sua dimensão cronológica e biológica, como podemos ver, na maioria das representações de idosos, a imagem de um indivíduo com bengala ou em cadeira de rodas para identificá-lo. Observa-se a presença de múltiplas dimensões na construção da velhice em uma sociedade, ficando perceptiva a identidade do idoso representada em diferentes povos. De um lado, vemos a valorização do idoso pelos povos orientes; de outro lado, a sua desvalorização no mundo competitivo e veloz do capitalismo.

Segundo Veras e Caldas (2004), o crescimento do capitalismo e a sua valorização da produtividade levou a perda do papel social do idoso, que passou a ser visto como descartável na sociedade. Para eles, a ciência, apesar das suas inúmeras conquistas, também contribuiu para perda de valor da pessoa idosa, uma vez que a sabedoria e a tradição foram deixadas de lado, frente ao posicionamento do conhecimento científico. Para Simone de Beauvoir (1990), a maior parcela dos homens enxerga negativamente a velhice, com sentimentos de melancolia ou revolta, conferindo-lhe um repúdio maior do que aquele que se tem à morte.

Nesse sentido, deve-se mudar o olhar da sociedade frente ao idoso, por meio de novas práticas sociais e de ações concretas para derrubar mitos sobre o envelhecer, favorecendo um envelhecimento saudável e com qualidade de vida. Uma forma é oportunizar a vivência coletiva com trocas de experiência e afeto, superando barreiras entre as gerações; porém, para tanto, deve ser realizado com as pessoas um trabalho desde os primeiros anos de vida, com orientações, esclarecimentos e conscientização acerca do envelhecimento humano, pelo qual todos nós passaremos.

Del-Masso (2010) assevera a importância da superação de antigos rótulos a respeito do envelhecimento, estimulando o idoso a uma nova visão, buscando novas experiências que ampliem seu horizonte, dessa forma, melhorando sua saúde na totalidade (biopsicossocial) e oportunizando um envelhecimento com qualidade.

O envelhecimento sofre interferências sociais e econômicas, além da influência dos aspectos culturais de uma sociedade que já tem um olhar estigmatizado em relação aos idosos. O envelhecimento da população e a conseqüente transformação demográfica e epidemiológica acarretam uma demanda crescente por assistência social e em saúde, refletindo um desafio para a saúde pública e coletiva. No Brasil, esse processo apresenta especificidades, como as discrepâncias entre as regiões, a elevação do segmento etário em um período pequeno e a não relação com o aumento dos sistemas de proteção social (MARCH; KOIFMAN; XAVIER, 2010).

Para Schneider e Irigaray (2008), a sociedade define a velhice a partir de seus valores e realidade temporal, sofrendo interferência de diversas variáveis. Vemos que a sociedade ocidental do século XXI, apesar de estimular a longevidade, não confere ao seu idoso um papel importante. Os idosos são estereotipados como doentes, rabugentos, entre outros, tendo a sua real imagem distorcida, sendo muitas vezes apenas traços de personalidade levados durante as fases de sua vida.

Tem-se o tempo individual e social vivenciado em um mesmo momento pelo sujeito, formado no meio social e cultural, confrontando dois pensamentos: o de viver por muito tempo e o de não querer envelhecer (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Pondera-se que embora a maioria das atribuições sociais dadas aos idosos sejam negativas, não são só estas suas características (JONES, 2006).

Na velhice, assim como nas demais fases, a classificação em idades é imposta, mas acrescida de uma conotação negativa de que o idoso é muito velho para ocupar certos papéis em nossa sociedade, como ter uma posição social ou a posse um bem (LENOIR, 1998). A trajetória da velhice é permeada por uma repulsa social. E, no mundo moderno, se estabelece uma visão ambígua da velhice, na figura do “velho”. De um lado, a repulsa ao passado como aquilo que já foi superado, portanto, sem utilidade; de outro lado, a repulsa ao futuro, pois é uma condição fatalmente esperada por todos nós, com muitos déficits e com a aproximação da morte (MOTTA, 1999).

Simone de Beauvoir (1990) corrobora que o capitalismo, com seu foco no lucro e no imediatismo, visualiza o sujeito velho como algo sem valor, em virtude de não produzir, situando-o em um lugar distante da juventude e em uma realidade longínqua da existência.

Essa sociedade gera uma vida miserável ao idoso, que chega aos seus últimos anos sozinho, explorado e alienado, envelhecendo prematura e rapidamente, dependendo da sua classe social.

Para Paiva (2014), no capitalismo o trabalhador não tem posse dos meios de produção e tem o seu tempo usurpado, pois sua vida e seus meios de subsistências são impostos pelo trabalho e pelo capital, o qual não sente como seu. Uma perspectiva histórica do capital é trazida pela autora, que entende a velhice como consequência do processo de vida e trabalho do ser humano. Dessa forma, assevera que o exercício da cidadania política e social não é permitido de forma plena no modelo capitalista.

A valorização somente do rentável, que no caso não é o “velho”, não permitiu que fossem oferecidas ao ser humano condições adequadas para seu desenvolvimento, desde o início de sua existência, contribuindo para uma velhice digna. Na verdade, o que deveria ser proporcionado era apenas o tratamento como um ser humano (BEAUVOIR, 1990). Os valores capitalistas distinguem e isolam o grupo de idosos com menores condições sociais e econômicas (NETTO, 2004).

Fazendo uma conexão do poder disciplinar de Foucault (2005) com o envelhecimento humano, pode-se depreender que o corpo do idoso perde a utilidade pregada pelo poder disciplinar, no sentido de produtividade inerente ao sistema capitalista, configurando um corpo com poucas habilidades, que, dessa forma, é adestrado a ficar com um papel pouco notado e valorizado em nossa sociedade.

Nesse viés, Debert (2012) ratifica que a economia, marcada pela produtividade, subordinou o ser humano à razão social impositiva, tornando o seu ciclo de vida burocratizado em três seções: a dos jovens e a escola; a dos adultos e o trabalho, e a dos “velhos” e a aposentadoria. A economia na era da informatização, marcada pelo consumo, atribui mais flexibilidade à fixação etária, permitindo uma tendência a diversos estilos de vida; ocasionando a ascensão de novos mercados de consumo. Exemplos de uma nova roupagem é a substituição do termo “velhice” por “terceira idade” e o uso de centro residencial em referência ao asilo.

Os signos do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações: “nova juventude”, “idade do lazer”. [...] Não se trata mais apenas de resolver os problemas econômicos dos idosos, mas também proporcionar-lhes cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente um população tida como marginalizada. É nesse contexto que surgem os grupos de convivência e as universidades para a terceira idade como formas de criação de uma sociabilidade mais gratificante entre os mais velhos. (DEBERT, 2012, p. 61, 62).

Haddad (2017), em sua obra “A ideologia da velhice”, expõe uma ideologia de universalização da velhice presente na sociedade capitalista, desconsidera a particularidade de cada um e a condição desigual vivida pelos dominados e dominantes neste sistema. Os indivíduos são vistos como mercadorias no capitalismo, no qual o trabalhador, no decorrer de sua existência, possui uma vida em condições degradantes. Contudo, há uma tentativa de reparação na velhice de toda essa exploração vivida.

A autora indica a existência de uma política cuja intenção primordial é a permanência de um corpo capitalista e a redução do custo para manter a vida da pessoa idosa, sugerindo que o Estado pode, na verdade, não estar agindo a favor das reivindicações dos idosos.

A inclinação atual de formas de sociabilidade fora do seio familiar atingiu o grupo de pessoas mais velhas, vistos como um objeto para o consumismo do sistema capitalista, tornando-se visíveis socialmente e aumentando sua liberdade individual, o que é demonstrado nos crescentes grupos de lazer destinados à terceira idade, bem como os movimentos dos aposentados na esfera política (MOTTA, 2010).

Muitos são os termos surgidos em nossa época para tratar de idosos: terceira idade, melhor idade, adulto maduro, meia-idade, maturidade, idade maior, etc. Faz-se uso dessas palavras para camuflar o estigma, a negação e realidade do envelhecimento. A designação de velho ou idoso é apropriada para as pessoas dentro do estágio da velhice (NERI; FREIRE, 2000). Existe uma resistência da sociedade e do próprio idoso com relação à velhice e acabam criando inúmeros termos advindos do preconceito existente, para não serem identificados como velhos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

O termo “terceira idade”, presente comumente na nomenclatura das universidades voltadas para o idoso, originou-se na Europa em uma tentativa de soar melhor aos idosos e à sociedade como um todo, em virtude da atribuição negativa das palavras “velhice” e “velho” (CACHIONI, 2002).

Nesse sentido, acredita-se que o termo mais adequado e que foi empregado nesta pesquisa é o idoso ou pessoa idosa, com intuito de afastar qualquer sentido ou pejorativo ou de distorcer ou de conferir valor mercadológico a realidade dos sujeitos que vivenciam a velhice.

Uma terminologia comumente usada para classificar as pessoas idosas, em uma perspectiva funcional, distribuiu-as em três grupos: os “idosos jovens”, ativos e entre 65 e 74 anos; os “idosos velhos”, intermediários, que possuem entre 75 e 84 anos; e os “idosos mais velhos”, que podem estar mais fragilizados, com o desempenho comprometido e possuem 85

anos ou mais (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Todavia, esta divisão não engloba a pluralidade de formas individuais vividas na velhice, em que o envelhecimento não possui limites rígidos, com fixação de idade para início e fim de cada um de seus estágios sugeridos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Outro ponto pertinente a observar trazido por Motta (2010) é a comum interferência dos mais jovens no dia a dia dos idosos. Estes têm suas atividades rotineiras controladas e recebem uma proteção cerceadora, que pode até existir em nome de um verdadeiro cuidado, mas que colabora para supressão de sua liberdade. As relações intergeracionais apontam para uma substituição, e por que não falar em destruição, em razão da morte tanto biológica quanto social do “velho”. Um exemplo do extremismo dessas relações é a violência contra o idoso.

O processo de substituição é lento ao longo dos anos, e ocorre em todas as esferas: no trabalho, no seio familiar, na política, etc. Com o prolongamento da vida, as substituições naturais diminuíram. Por exemplo, as pessoas mantêm seu papel ou papéis no âmbito familiar por mais tempo, pois, simultaneamente, um avô pode ser um pai. (MOTTA, 2010).

No contexto social, a velhice é comumente vinculada ao termo aposentadoria, que é o resultado de modificações trazidas pelo capitalismo com a finalização do trabalho assalariado e com a última fase da vida, na qual se encontram muitos indivíduos que demandam esse benefício. A aposentadoria significava um período para descansar e se recolher do mundo, porém, com os novos valores advindos do mercado de consumo, passou a ser um tempo de atividade e lazer (DEBERT, 2012).

Como já dito, cada ser humano sente a idade avançada de uma forma própria. Pessoas da mesma idade são diferentes, não há simultaneidade entre as idades biológica e cronológica. O envelhecimento sofre interferência de diversos fatores: saúde, genética, estilo de vida pregressa e atual, meio social, poder econômico, alimentação, sexo, classe, entre outros, que podem acentuar ou retardar seus efeitos. Há uma circularidade na velhice, que se desenvolve dentro da inter-relação de várias dimensões – social, emocional, fisiológica, etc. – sendo essencial o seu equilíbrio, porque se o corpo for afetado, logo o psicológico estará comprometido, e vice-versa (BEAUVOIR, 1990).

Schneider e Irigaray (2008, p. 586-587) ressaltam que:

Mesmo nos dias atuais, o envelhecimento aparece associado a doenças e perdas, e é na maioria das vezes entendido como apenas um problema médico. [...] a velhice é uma experiência individual que pode ser vivenciada de forma positiva ou negativa, em consonância com a história de vida da pessoa e da representação de velhice que está enraizada na sociedade em que vive.

Pode-se dizer que o envelhecimento passou a ser visto de modo mais positivo a partir do momento em que os déficits físicos e psicológicos, tidos como normais na velhice, foram reconfigurados como problemas passíveis de acometer pessoas de todas as faixas etárias. E também a partir do surgimento de lugares de convivência coletiva de idosos e de sua inserção em espaços dominados pela presença dos jovens (DEBERT, 2012).

Dessa forma, “A concepção da velhice como um conjunto de perdas foi fundamental para a legitimação de direitos sociais. Entretanto, as novas imagens do envelhecimento, na luta contra os preconceitos, tratam de acentuar os ganhos que o avanço da idade traz” (DEBERT, 2012, p. 68).

Corroborando com a visão positiva da velhice, pode-se considerá-la como um momento bom da vida do ser humano, em que as dificuldades serão vencidas pelo aprendizado ao longo dos anos, possibilitando a reconstrução de sua subjetividade e identidade (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

O envelhecimento saudável está relacionado ao reconhecimento do importante papel que o idoso desempenha em uma sociedade e aos resultados na sua qualidade de vida, tendo em vista que o sujeito é mais feliz quando inserido à comunidade, o que depende de seu autoconceito e autoestima, os quais, por sua vez, são gerados por uma condição de saúde que lhes assegure autonomia e independência. Entende-se que a correlação entre a qualidade de vida e a inclusão social é benéfica a manutenção de redes de relacionamentos e ao desempenho de atividades significativas para a pessoa (FARINATTI, 2008).

Diante do exposto, surge um novo paradigma, que considera as diferenças, a convivência das diversidades sociais, culturais e o do saber científico em uma sociedade. Sabe-se que para resgatar a função do idoso em seu meio social é importante que haja sua inclusão, a qual conduzirá ao efetivo exercício de cidadania (VERAS; CALDAS, 2004).

Logo, a pessoa idosa é constituída no decorrer de sua existência, o que lhe permite conexões com múltiplas facetas, porém é unânime entre os autores atuais a interferência do meio social em que se desenvolve o sujeito. Dessa forma, é essencial a reivindicação de ações sociais e políticas que possibilitem reconhecer o valor do idoso e objetivem a implantação ou afirmação de políticas públicas que tenham como práticas de integração social as universidades para terceira idade.

3 AÇÕES UNIVERSITÁRIAS PARA PESSOAS IDOSAS

As políticas públicas desenvolvidas para o grupo populacional de idosos envolvem diversas áreas, como saúde, assistência social e educação, e o Estado e a sociedade devem estar preparados para atender esse perfil. Desse modo, trataremos, nesta seção, sobre políticas públicas relacionadas ao idoso, sobre as universidades da terceira idade (UnTI), sobre a experiência da Universidade da Maturidade da Unifap, bem como sobre as principais leis que fundamentam a existência das UnTI, e a correlação entre estes temas.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA IDOSA

Na metade do século XIX, as representações sociais da velhice expressavam uma ruptura das atividades de trabalho, e resultaram em uma alteração no estilo de vida e em um isolamento social, em que o idoso vivia um contexto mais familiar, tendo seu contato social diminuído. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, verificou-se uma velhice com mais satisfação após a aposentadoria. A população idosa teve maior destaque social, o que deu origem a preocupações teóricas e ações direcionadas a este segmento etário, oportunizando melhores condições de vida, programas educacionais e políticas para essas pessoas. (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015).

A demanda de ordem social e econômica crescente, oriunda do envelhecimento populacional, gerou discussões acerca de como enfrentar as questões emergentes na sociedade, em que, a partir das lutas de interesses dos atores sociais, surgem definições de problemas e suas respectivas estratégias de combate. Isso configura a delimitação de políticas públicas necessárias e específicas para os idosos.

Camaraño e Pasinato (2004) apontam que desde os anos 1970, nos países desenvolvidos, foram registradas práticas sociais sobre o envelhecer. A inclusão do envelhecimento no Estado Democrático de Direito foi marcada pela Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em 1982, e pela Assembleia Mundial, em 2002, realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No Brasil, a introdução do envelhecimento nas políticas públicas se deu de forma gradual e envolveu a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e as ações da sociedade civil organizada, as quais repercutiram as orientações das assembleias internacionais a respeito do tema (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014). Os movimentos sociais e a formação social, cultural e econômica

contribuíram para o surgimento de políticas públicas para a pessoa idosa (BRAGA et al., 2016).

O fenômeno do envelhecimento da população é complexo, dinâmico e abrange diferentes áreas; entre elas, a saúde, a seguridade social e previdência, a educação, a habitação, o trabalho, a renda, o mercado, o consumo, o imposto, a organização familiar e o desenvolvimento urbano. Tais áreas requerem ações articuladas no campo socioeconômico, refletindo no planejamento e na implantação de suas políticas públicas. Assim, o conjunto de leis foi moldado para garantir uma velhice saudável, digna, com bem estar social e qualidade de vida. Nessa perspectiva, não se entende a velhice como uma doença, o que reforça o olhar natural e estrutural do evento (BRAGA *et al.*, 2016).

A área de conhecimento políticas públicas procura estudar a ação do governo, configurando a variação independente e a possibilidade de oferecer modificações nessas ações. Tratando-se da variação dependente, resguarda a noção ampla envolvida tanto na sua criação quanto na sua aplicação. Pode-se dizer que o governo desenvolve essas políticas para traduzir seus objetivos em ações concretas que interferem na realidade da sociedade. Essas ações refletem a força de diferentes grupos na luta por seus interesses (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

Para Secchi (2016, p.1), política pública é “a atividade e o campo de conhecimento teórico e metodológico voltados para a geração e a sistematização de conhecimentos aplicados ao enfrentamento de problemas públicos”.

Nesse sentido, compreende-se política pública como:

(...) o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos (BONETI, 2006, p. 74).

Assim, a política pública é a decisão do governo de executar ou não uma ação com o propósito de resolver questões emergentes da sociedade, constituindo-se em uma resposta a algum problema público, a fim de garantir o interesse público e o bem-estar. O conflito existente entre os segmentos sociais na defesa de seus interesses corresponde ao cenário de construção das políticas públicas e à regulação do que estará ou não na agenda do governo em determinado período (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015; SECCHI, 2014; CALDAS, 2008; DYE, 1984).

O governo realiza políticas públicas por meio de um conjunto de planos, objetivos e ações nas esferas municipais, estaduais e nacionais (CALDAS, 2008). Para sua implantação é necessário percorrer etapas que vão desde os movimentos de luta no campo social, que servirão para impulsionar a definição do conteúdo das políticas, até a avaliação quanto a sua efetividade.

Conforme Boneti (2006), o surgimento de uma política pública não inicia com sua definição em si, porém, com os processos social, econômico e político anteriores, que foram necessários para poder chegar à determinada política pública.

Para tanto, serão delimitados projetos, planos e programas que devem ter acompanhamento de forma contínua, pois devem estar em conformidade com o anseio social e o embasamento científico. Os problemas públicos advindos da sociedade devem ser passíveis de se transformar em políticas públicas, no sentido de serem técnicas e politicamente viáveis. Dessa forma, os problemas sociais podem não se tornar políticas (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

Faz-se necessário a implantação de políticas públicas voltadas aos idosos em diferentes áreas: acessibilidade, seguridade social, mercado de trabalho, saúde e educação (DEL-MASSO, 2010).

Considerando que o idoso é o elemento necessário na evolução social, devem-se incentivar políticas públicas direcionadas ao seu desenvolvimento material e espiritual. Assim, aumentar a qualidade de vida da pessoa idosa, respeitando suas especificidades culturais e sociais, significa elevar sua capacidade de continuar a interagir com o meio ao seu redor, sendo benéfico para toda comunidade.

Ao tratar de iniciativas voltadas aos idosos é importante saber o seu estado atual, preparar a sociedade para velhice desde as idades mais jovens, estimular a relação e trocas entre as gerações e atentar para relação do envelhecimento com o desenvolvimento (FARINATTI, 2008).

Segundo Veras e Caldas (2004), é imprescindível a construção de políticas públicas direcionadas a este grupo de idade, para garantir os direitos fundamentais e oportunizar ações que atendam suas particularidades, como as universidades da terceira idade.

A Organização das Nações Unidas sugere que os governos contemplem em seus programas voltados à pessoa idosa os princípios da independência, da participação, dos cuidados, da realização pessoal e da dignidade. As políticas públicas voltadas ao envelhecimento devem englobar informação e programas de intervenção que favoreçam uma vida ativa, a interação social, a participação em atividades culturais, esportivas, de lazer e de

trabalho, além do melhoramento de capacidades funcionais e a estimulação de uma forma de vida independente em todos os níveis (FARINATTI, 2008).

A velhice é uma construção social para os que alcançam a longevidade. Entendemos que, no estabelecimento do ser humano social, a educação muda de acordo com as etapas da vida (infância, adolescência, idade madura e velhice). A educação como direito fundamental encontra-se nas políticas públicas direcionadas à população idosa, entretanto, não há uma política que trate de forma exclusiva a educação para esta fase. Nesse contexto, as instituições de ensino desenvolveram projetos ou cursos, visando promover o bem estar e o exercício pleno da cidadania dos sujeitos idosos (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015).

O Plano Internacional das Nações Unidas aponta que a preservação do potencial de participação dos idosos favorece a realização de aspirações pessoais, ou seja, a incorporação do sujeito idoso em sua comunidade vincula-se a sua capacidade de alcançar seus objetivos pessoais, utilizando suas potencialidades e se autorrealizando.

Entende-se que o fenômeno do envelhecimento, como uma questão social¹, resultou em políticas públicas para promover o bem-estar, a dignidade e o exercício da cidadania da pessoa idosa, bem como suscitar a análise e a reflexão da sociedade como um todo acerca da velhice, o que contribuirá para promover sua ressignificação, envolvendo o entendimento e preparação das pessoas diante deste evento.

O Estado deve assumir a responsabilidade pelas políticas públicas direcionadas ao idoso nas diferentes áreas, como na educação, por exemplo; tornando a velhice um interesse público, e, mais ainda, como um fenômeno que ultrapassa a esfera familiar, individual e privada dos lares, e se desenvolve na esfera pública. Dessa forma, é necessária a compreensão das principais leis sobre a velhice e o idoso, as quais foram produto de uma construção social ao longo dos anos no Brasil.

3.1.1 Legislação específica para pessoa idosa no Brasil

O envelhecimento populacional suscitou medidas para lidar com os desafios oriundos das transformações na sociedade. Surgiu uma legislação específica para atender a pessoa idosa, contemplando direitos aplicáveis de acordo com a idade do indivíduo. O objetivo destes preceitos é a proteção do idoso, com a garantia e promoção de direitos e penalidades ao seu descumprimento, sendo fundamentais para construção, implantação e cumprimento de políticas públicas voltadas ao grupo etário em questão (GOMES, 2012).

O conjunto de leis corresponde a uma das diversas ações que o Estado deve realizar para atender a demanda que emana da sociedade, permitindo a proteção da população idosa na esfera jurídica (BRAGA *et al.*, 2016). A legislação voltada às pessoas idosas foi se constituindo ao longo dos anos, sendo que a primeira data do ano de 1967, com a promulgação do Decreto-Lei nº 221, o qual trazia a isenção de taxa para obter carteira de pesca amadora (GOMES, 2012).

No campo da previdência social, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) instituiu a Portaria nº 82, de 04 de Julho de 1974, que dispôs acerca da assistência aos beneficiários idosos, com o objetivo de favorecer a integração do idoso, a relação familiar e uma visão positiva da velhice, sendo revogada pela Portaria nº 25, de 09/11/1979. Mais tarde, em 05 de Maio de 1982, por meio da Portaria/MPAS nº 2.864, houve a ampliação dos objetivos de atendimento a pessoa idosa (HADDAD, 2017).

No Brasil, a mudança demográfica marcada pelo crescimento da população idosa impulsionou a criação de um conjunto de políticas públicas direcionadas a este segmento etário, tendo como marco inicial a própria Constituição Federal, e, notadamente, a partir de 1990, destacando-se a Política Nacional do Idoso, o Conselho Nacional do Idoso, a Política Nacional de Saúde do Idoso (portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006) e o Estatuto do Idoso (MARCH; KOIFMAN; XAVIER, 2010). A promulgação destas leis específicas regularam os direitos e as políticas direcionadas à pessoa idosa, estabelecendo sua personalidade no mundo jurídico (ROZENDO; JUSTO, CORREA, 2010).

Os principais artigos da Constituição Federal (CF) de 1988 que amparam a pessoa idosa são: art. 203, que garante a assistência social a fim de proteger a velhice, art. 229, que estimula o amparo da família na velhice e o art. 230 que dispõe que “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”, bem como garante o direito de transporte urbano gratuito aos idosos (BRASIL, 1988).

A legislação foi se moldando diante das transformações oriundas do envelhecimento da população, sendo que CF culminou no reconhecimento de direitos especiais aos idosos fixados em alguns dos seus artigos (CENEVIVA, 2004). Trouxe a proteção social da velhice como um direito de cidadania que deve ser destinado a todos, sem estar atrelado à esfera trabalhista e assistencialista. Dessa forma, representou o acesso universal à seguridade social no país (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014).

A Política Nacional do Idoso (PNI) promulgada pela Lei 8.842, de 1994, estabelece políticas e normas específicas para o grupo de idade mais avançada e para todos

que estão envelhecendo, e favorecendo um envelhecer com qualidade. Com ela, os direitos sociais da pessoa idosa foram garantidos, afirmando a cidadania por meio da autonomia, integração e participação (BRAGA *et al.*, 2016; FARINATTI, 2008; CENEVIVA, 2004;).

A PNI é um avanço para os direitos desse grupo etário, pois consolidou direitos constitucionais e estabeleceram ações do governo em saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça, cultura, esporte e lazer. E também criou um instrumento que permite a participação ativa dos idosos: o Conselho Nacional do Idoso (BRASIL, 1994).

A participação dos cidadãos no curso político do país se dá por meio de canais participativos, entre os quais temos: fóruns de debates, conferências e conselhos. Estes instrumentos possibilitam o planejamento de políticas públicas nas mais diversas áreas (ROZENDO; JUSTO, CORREA, 2010).

Os conselhos do idoso existem em todos os entes da administração – municípios, estados, distrito federal e união – e são competentes para garantir os direitos dos idosos, planejar e decidir políticas públicas, entre outros. É composto por membros do poder público e da sociedade civil. Dessa forma, os conselhos permitem a participação e o desempenho do papel social e político ativo da população com mais idade no andamento de deliberações políticas que interferirão em seus interesses e nos da sociedade como um todo (ROZENDO; JUSTO, CORREA, 2010).

Observa-se que os conselhos supracitados foram extintos recentemente por meio do decreto nº 9.759, de 11 de Abril de 2019, que configura uma perda para a participação da sociedade no debate acerca dos direitos da pessoa idosa, o que leva a um retrocesso quanto a garantia de direitos e impactos negativos ao planejamento de políticas públicas.

Para Teixeira (2008), a PNI preconiza a participação da sociedade nas ações de amparo ao idoso, evidenciando o importante papel da família. A autora acredita que o cuidado familiar pode gerar efeitos positivos e negativos. Em se tratando do aspecto positivo, sinaliza a institucionalização como o último recurso para o cuidado da pessoa idosa, que permite muitas vezes um convívio afetivo, diminuindo o isolamento social. Por outro lado, temos o negativo, pois responsabiliza as famílias na proteção do indivíduo, sendo que estas famílias podem estar vulneráveis ou não possuir estrutura adequada para acolher seu idoso, não sendo a melhor opção no momento. O quadro supracitado revela a tentativa de minimizar a atuação do Estado.

Ferreira e Teixeira (2014) corroboram que a PNI traz estratégias governais com um papel secundário, confirmado nas passagens da lei dizendo que o Estado irá incentivar ou

apoiar os serviços e não necessariamente irá criar. O que novamente tira do poder público a responsabilidade prioritária na execução das ações de proteção social e transfere para instituições não governamentais, refletindo a influência neoliberal com a redução do Estado.

Outro marco na legislação voltado ao idoso no Brasil foi a implantação da Lei 10.741 de 2003, que dispõe do Estatuto do Idoso, estabelecendo a população idosa como sujeitos de um sistema próprio de preceitos e exigiu um redirecionamento de prioridades de políticas públicas acerca da pessoa idosa no país (FARINATTI, 2008).

O estatuto é amplo e preconiza a garantia dos direitos humanos fundamentais para o indivíduo idoso com proteção à vida e à saúde, bem como o direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à alimentação, à profissionalização e ao trabalho, à assistência social e à previdência social; e os direitos civis (como a liberdade), políticos e sociais (como a convivência familiar e comunitária). Reforça na perspectiva legal a garantia da existência, da integridade e da dignidade do idoso na sociedade (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014; CENEVIVA, 2004; BRASIL, 1994).

Ceneviva (2004) acrescenta que esta lei fomenta participação do Estado, da sociedade e da família na proteção do idoso, de modo a assegurar a dignidade, o bem estar, a interação no meio social e o direito à vida.

De acordo com Braga (*et al.*, 2016), o estatuto aponta a definição de áreas de atuação para direcionar as políticas públicas, possibilitando o amparo do idoso em risco social. Contudo em sua aplicabilidade encontram-se algumas barreiras, decorrentes até mesmo do desconhecimento e da ambiguidade do conteúdo da lei, e ainda da centralização e da falta de articulação das diferentes esferas do governo e de áreas de atuação, como educação.

Com o Estatuto do Idoso ocorreu o progresso dos direitos da pessoa idosa, assumindo que a responsabilidade das ações direcionadas a este público é do governo, porém como na PNI, colocou-se nas mãos de entes não governamentais, como o terceiro setor, a corresponsabilidade e cogestão de políticas públicas. Assim, acaba legitimando a divisão de responsabilidades na proteção social, que na verdade é função do Estado (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014).

As autoras alertam para interferência negativa do neoliberalismo na implantação dos direitos e das políticas públicas voltadas as pessoas idosas, porque com a justificativa de diminuir o custo no campo social, acaba-se limitando o acesso aos serviços básicos, mascarando um direito como forma de mercadoria, em que só o adquire quem tem poder aquisitivo. Assim, a gestão e proteção dos direitos supracitados é dever do Estado.

Nesse sentido, estas são as principais leis que estão atreladas e fundamentam a iniciativa da Universidade da Terceira Idade, sendo mais debatidas neste trabalho. A conquista destas leis é fruto não só de uma iniciativa governamental, mas da organização da sociedade civil e dos embates de movimentos sociais, no estabelecimento dos direitos civis, políticos e sociais do idoso, para que exerçam a cidadania em nosso Estado Democrático de Direito. Desse modo, refletindo um avanço para sociedade com um todo, é devido contribuir para longevidade e a qualidade no viver dos indivíduos ao longo do processo de envelhecer (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014).

No estado do Amapá existe a lei nº 0325, de 30 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a política estadual do idoso e a criação o Conselho Estadual do Idoso. Em consonância com as políticas nacionais, a respectiva lei normatiza meios para garantir a participação, o convívio, e a integração do idoso com a sociedade e as demais gerações; a participação do idoso na gestão das políticas, dos planos, dos programas e projetos; acesso à educação e às informações a respeito do envelhecimento; a formação de recursos humanos especializados na área; entre outros (AMAPÁ, 1996).

Nesse sentido, foram promulgadas outras leis destinadas à população idosa no âmbito estadual, como a lei nº 1.159, de 14 de dezembro de 2007 que instituiu o Conselho Estadual do Idoso, e no municipal, com a lei nº 1.084 de 23 de agosto de 2000, que estabeleceu a política municipal do idoso e criou o Conselho Municipal do Idoso, no município de Macapá.

No que tange a legislação para a população idosa, encontra-se a educação como política pública voltada para o envelhecimento. Na PNI são sugeridas melhores condições de estudo que facilitem o aprendizado e a compreensão do processo de envelhecimento do idoso, instituindo programas específicos.

Destaca-se que a PNI e o estatuto preconizam que a pessoa com mais idade deve ter acesso à educação, à informação e à tecnologia, por meio de programas educacionais, estimulando o surgimento de universidades abertas para a terceira idade nas esferas públicas e privadas (BRAGA *et al.*, 2016).

Para a PNI é dever do Estado a promoção de grupos de convivência ou de autoajuda, em que são favorecidos os vínculos e o sentimento de pertencimento; e também da universidade aberta que oportuniza atividades sociais, culturais, física, entre outras (GOMES, 2012).

O Estatuto do Idoso aponta o direito à educação do idoso, considerando a condição específica de sua idade. O poder Público oportunizará o acesso do sujeito idoso à

educação, propiciando a integração na vida moderna, apoiando o surgimento de universidades abertas para a terceira idade e publicações de materiais didáticos adequados a este segmento etário (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015). O estatuto enfatiza a função do Estado em incentivar iniciativas que permitam inserir o idoso na educação, na tecnologia, na profissionalização e em universidades abertas (CENEVIVA, 2004).

Nesse sentido, destacamos o que tange o art. 10, inciso III, alínea f da PNI, que no campo da educação compete aos órgãos e entidades públicos: “apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber” (BRASIL, 1994). O Estatuto do Idoso deixa claro em seu art. 25 as especificidades da população idosa, indicando a construção de materiais e recursos adaptados às suas necessidades; e ainda observa o papel do poder público no estabelecimento de universidades abertas ao idoso, sendo que:

O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual (BRASIL, 2003).

De acordo com March, Koifman e Xavier (2010), houve preocupação dessas políticas também com a necessidade de formação qualificada para atender a essa crescente demanda. A PNI tem como diretriz a formação de profissionais especializados nas áreas de gerontologia e geriatria.

A difusão de atividades educativas voltadas aos idosos foi devido ao significativo envelhecimento populacional, assim como pelo estabelecido nas leis brasileiras, na Constituição de 1988 e no Estatuto do Idoso, em que se preconiza a educação como direito de todos.

Nesse contexto, a população idosa no Brasil dispõe na teoria de um amplo quadro de garantias e direitos especiais em sua legislação, possibilitando meios de vivenciar uma velhice com dignidade, qualidade, saúde e que permita atuação efetiva de cidadão na sociedade.

Conforme Rozendo (2010) é inegável o avanço das leis na garantia de proteção social na velhice. No entanto, segundo Camaraño e Pasinato (2004), na prática esses direitos demonstram-se insatisfatórios para o sucesso de uma velhice com qualidade. Gomes (2012) critica a falta de empenho do poder público na efetivação destas leis e a omissão do judiciário na defesa e no cumprimento do direito dos com idade mais avançada.

Assim, apesar de ainda haver muito para ser realizado, especialmente no que tange o cumprimento das leis já existentes, as Universidades para Terceira Idade mostram-se como uma ação de valorização da pessoa idosa e que fundamentada nestas leis, configuram-se em uma forma de políticas públicas com intuito de promover uma velhice plena e a inserção social do grupo de pessoas com mais idade.

3.2 UNIVERSIDADES ABERTAS PARA OS IDOSOS

3.2.1 Trajetória das Universidades Abertas para os Idosos

3.2.1.1 Cenário Mundial

O envelhecimento populacional demandou a adoção de práticas para atender uma sociedade no enfrentamento de novos desafios para permitir direitos e ações a um crescente grupo de idade, como a educação voltada para os idosos (CACHIONI, 2002). França e Estados Unidos foram os percussores em programas educacionais destinados a pessoa idosa (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2004).

Segundo Arruda (2007), nos Estados Unidos desde o século XVIII, havia práticas em educação destinadas à parcela da população idosa, relacionadas ao exercício da cidadania e assuntos religiosos. Já no século XIX, surgiram iniciativas na educação voltada aos adultos e idosos. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, nos anos de 1950, universidades como a de Chicago e de Michigan, ofereceram cursos voltados para pessoas que iriam se aposentar. E nos anos de 1970 e 1980 foram difundidas atividades para o trabalhador idoso e também eventos científicos sobre a gerontologia.

Na França, nos anos de 1960, surgiram locais destinados a preencher o tempo livre das numerosas pessoas que estavam aposentadas, com atividades de cunho social, sendo conhecidas como Universidades do Tempo Livre (CACHIONI, 2002). Corroborando com essa ideia, para Lemieux (1995) a característica principal desse primeiro modelo foi ocupar o tempo das pessoas, com ações de natureza cultural, estimulando a interação social entre os participantes, demonstrando que não havia uma educação permanente, ou em saúde ou jurídica.

Mais tarde, em 1973, teve início as Universidades da Terceira Idade, idealizadas por Pierre Vellas. A ideia era haver uma universidade que atendesse a todos os idosos, independente de sua escolaridade e renda, sendo que por meio da educação a saúde, o bem-

estar e a interação social fossem favorecidas, de modo a os tirando do isolamento. Até hoje existem simultaneamente o desdobramento desses dois modelos, confirmando a necessidade individual e social oriunda de uma população que envelhece (CACHIONI, 2002).

Assim, iniciou-se o percurso histórico das Universidades Abertas para Terceira Idade na França, em 1973, com a “Université du Troisième Âge (U3A)”, diante do cenário de transformações sucedidas a partir da década de 1960 com o surgimento de uma política social para a velhice. Já em 1974 essas universidades foram transformadas em um programa regular oferecendo cursos o ano inteiro, em virtude da grande procura dos idosos (CACHIONI, 2012; ASSIS; DIAS; NECHA, 2016).

Na Europa, muitas Universidades da Terceira Idade - UnTI surgiram em universidades tradicionais e estavam presentes em suas ações características, baseadas nos pilares do ensino, pesquisa e extensão (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2004).

Um desdobramento do crescimento do programa foi a criação do centro de pesquisas gerontológicas, marcando a segunda geração das UnTI. Nos anos 80, estabeleceu-se um programa educacional mais extenso, com base nos eixos participação, autonomia e integração, pelos quais as UnTI atenderam aposentados mais novos e escolarizados, demandando cursos universitários formais, determinando uma terceira geração (CACHIONI, 2002).

As UnTI de primeira geração, configuradas em 1960, tiveram formato de ações educativas. Em 1970, as de segunda geração, foram marcadas por ações que envolveram participação e vivências dos idosos. As de terceira geração desenvolvidas nos anos de 1980 foram destinadas ao público de aposentados mais novos e com maior instrução escolar. E em 1990 foram introduzidas ações com proposta para as diferentes gerações (LEMIEUX, 1995).

No ano de 1975, a iniciativa francesa da UnTI estendeu-se para universidades da Bélgica, Suíça, Polônia, Itália, Espanha, Canadá e Estados Unidos (CACHIONI, 2002); e mais tarde para Portugal, Alemanha, Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Uruguai, Argentina e Brasil (CACHIONI, 1998). Alcançou vários lugares no mundo, desdobrando-se em outros modelos como o anglo-saxão, o norte-americano e o sul-americano. O modelo sul-americano apresentou os moldes franceses, com funcionamento nas instituições de ensino superior (CACHIONI, 2012; ASSIS; DIAS; NECHA, 2016) e ainda nos anos 2000, o formato francês domina muitos países como o Brasil (CACHIONI, 2002).

Para Pacheco (2003), o modelo francês tem fundamento em uma ideia tradicional de universidade, disponibilizando uma educação continuada com cursos, oficinas e grupos

variados e abertos aos idosos. E ainda possibilita o ingresso aos cursos universitários disponíveis.

Em 1975 surgiu a Association Internationale des Universités du Troisième Âge (AIUTA), da qual participavam instituições universitárias de todo mundo que tinham como interesse comum a melhoria da vida de pessoas idosas, envolvendo a formação, pesquisa e serviços oferecidos à sociedade (SWINDELL; THOMPSON, 1995). Essa associação internacional foi criada para permitir uma ajuda mútua entre as UnTI. Em 1999, havia mais de 5 mil instituições integrando a associação (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2004).

Destaca-se o surgimento do modelo inglês em 1981, em Cambridge, o qual foi produto de uma alteração do modelo francês, com fundamento na noção de autoajuda, que possibilitou a atuação do idoso como professor ou aluno, em virtude da grande sabedoria adquirida ao longo dos anos pelos idosos e do fortalecimento do seu valor. E também proporciona a integração entre os jovens e idosos (PACHECO, 2003). O modelo supracitado propagou-se para a Austrália, Nova Zelândia, Japão, China, República Tcheca, República da Irlanda, na Irlanda do Norte, na Escócia e no País de Gales (CACHIONI, 1998).

Na América do Sul foi introduzida pelo Uruguai no início dos anos de 1980 com a Universidad Abierta Uruguay (UNI3 Uruguai) (ASSIS; DIAS; NECHA, 2016). A UNI3 Uruguai associou-se à AIUTA e teve como público alvo pessoas sem limitação etária e educacional, com intuito principal de valorizar o idoso, favorecer a saúde e o bem-estar e o atualizar quanto aos avanços tecnológicos (BAYLEY *apud* CACHIONI, 2002). Posteriormente as UNI3 expandiram para os outros países da América do Sul, chegando ao Brasil, no Rio grande do Sul (PALMA, 2000).

3.2.1.2 Cenário Brasileiro

Segundo Cachioni (2002), apesar de o cenário brasileiro ser diferente do europeu e do norte-americano, especialmente em questões ligadas ao envelhecimento populacional, foram desenvolvidas Universidades do Tempo Livre, dos Grupos de Convivência e das Universidades da Terceira Idade na década de 70, acompanhando o movimento mundial sobre a gerontologia.

Observa-se que no Brasil as primeiras iniciativas voltadas aos idosos foram introduzidas pelo Serviço Social do Comércio (SESC), aos moldes das Universidades do Tempo Livre francesas, anteriores ao projeto de Vellas (CACHIONI, 2002). O SESC introduziu no ano de 1963 os grupos de convivência, com intuito de ocupar o tempo livre dos

idosos. E na década seguinte, surgiram as Escolas Abertas para a Terceira Idade (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2004).

No Brasil a pioneira foi a Universidade Federal de Santa Catarina criando em 1982 o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), sob influência do modelo inglês, com foco na formação de pessoal em todos os níveis e no desenvolvimento do idoso como cidadão (ASSIS; DIAS; NECHA, 2016; ARRUDA, 2007; CACHIONI, 2002). O NETI atende o indivíduo idoso e dispõe de cursos para formação, consultoria e assessoria na área gerontológica, com auxílio às prefeituras na implantação e implementação de projetos nessa área (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2004).

Nesse período, em 1988 a Universidade Estadual do Ceará (UECE) criou a Universidade sem Fronteiras, sendo realizadas práticas preventivas, de formação, pesquisa e cooperação internacional (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2004). No ano de 1990 foi criado o Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade (CETRES), na Universidade Católica de Pelotas (Rio Grande do Sul), a fim de estudar o comportamento dos idosos e promover a terceira idade (CACHIONI, 2002).

Em 1990 teve início a Universidade Aberta à Terceira Idade na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), pela primeira vez sob a influência do modelo francês, com uma proposta interdisciplinar e oportunizando uma educação permanente e a inclusão social da pessoa idosa (MARTINS DE SÁ, 1996). O modelo francês estrutura a maior parte das UnTI brasileiras (PACHECO, 2003).

Em 1993, surgiu a Universidade Aberta para a Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNATI/UERJ), considerada uma importante experiência no Brasil na temática, iniciada com o Núcleo de Ação Disciplina de Atendimento aos Idosos (NAI) no final dos anos 1980. Hoje está organizado nas áreas de ensino, pesquisa e extensão (VERAS; CAMARGO, 1997).

A partir desse momento, especialmente dos anos 1990, ocorreu a expansão no Brasil sob influência da proposta oriunda de Pierre Vellas, formando mais de 200 universidades deste tipo, sendo a maioria configurada em projetos de extensão universitária (CACHIONI, 2012).

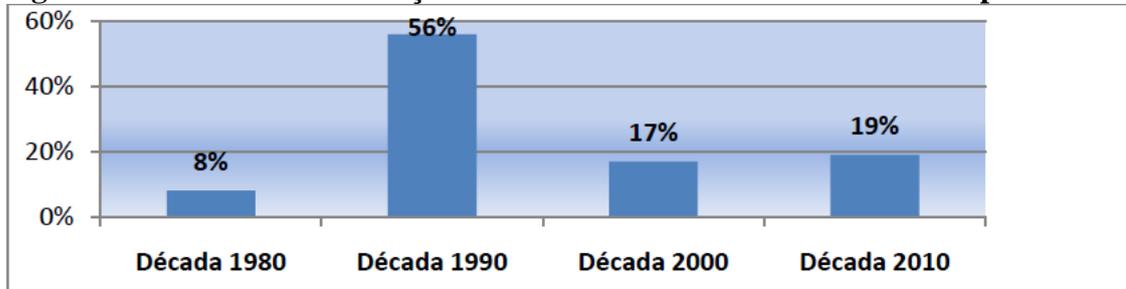
A princípio as Universidades da Terceira Idade surgiram no espaço universitário como curso de extensão ou aperfeiçoamento, em alguns programas permanece até os dias de hoje esse modelo administrativo (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2004). Dessa forma, o eixo da extensão é o principal campo em que estão presentes as universidades com conteúdo

gerontológico, tendo diversas configurações, marcando a construção das universidades ligadas à pessoa idosa.

Nos anos 90, as universidades brasileiras tiveram grande expressão de ações de extensão destinadas às pessoas maduras. Martins de Sá (2000) aponta que em 1990 havia registros de 6 projetos e em 1999 alcançou aproximadamente 140, encontrados principalmente nas regiões sul e sudeste, sendo mais investidas pelas instituições particulares.

Seguindo o marco de grande expansão da década de 1990, estão as UnTI das Universidades Federais Públicas brasileiras, que apresentaram um percentual de criação de 56% nos anos 1990, conforme figura 06 abaixo (SILVA; SILVA; ROCHA, 2017).

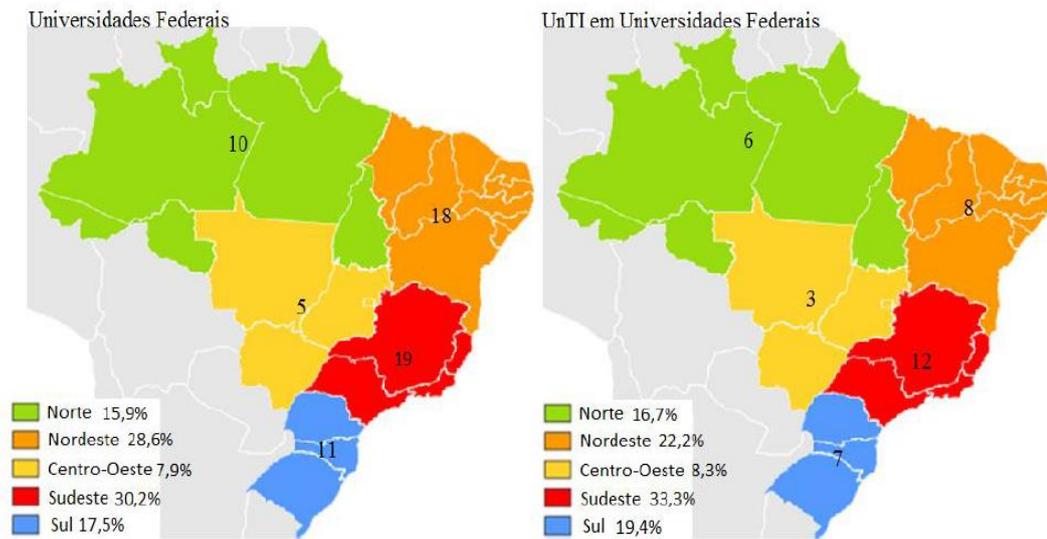
Figura 06 – Percentual de criação das UnTI em Universidades Federais por década



Fonte: SILVA; SILVA; ROCHA, 2017, p. 7

Existem Universidades da Terceira Idade (UnTI) em instituições de ensino superior pública e privada, sendo estadual ou federal, conforme já citadas anteriormente. O trabalho de Silva, Silva e Rocha (2017) revelou haver 36 programas ou projetos envolvendo UnTI vinculados a uma das 63 universidades públicas federais mapeadas no Brasil, oferecendo educação permanente aos idosos, não sendo um evento pontual. O mapeamento das universidades federais e das UnTI pelas as regiões do país, indicou proporcionalidade entre as a disposição das UnTI, tendo maior percentual a região sudeste (33%), porém na região norte mais da metade das instituições de educação superior federais possuem UnTI, de acordo com figura 07.

Figura 07 – Quantitativo de Universidades Federais e de UnTI em Universidades Federais por região do Brasil



Fonte: SILVA; SILVA; ROCHA, 2017, p. 7

Ao comparar a distribuição regional de universidades federais no Brasil e dos programas e projetos mapeados, percebe-se certa proporcionalidade. Todas as regiões do Brasil possuem UnTI e todas têm possibilidade de desenvolver novos programas, conforme exposto na figura 2. A região sudeste contempla 30,2% das universidades federais do Brasil e 33,3% dos programas mapeados. Com exceção da região Nordeste, as demais regiões do Brasil têm “UnTI” em mais da metade de suas instituições.

Considerando o surgimento das Universidades para Terceira Idade no Brasil, verifica-se o início tardio da Universidade da Maturidade (UMAP) da Universidade Federal do Amapá (Unifap), iniciando em 2010 suas atividades. Pode-se inferir que foi devido à formação socioeconômica da região, com a criação do Estado do Amapá a partir da Constituição Federal de 1988 e também pelo estabelecimento apenas há 29 anos da Unifap, sendo anteriormente um núcleo vinculado a Universidade Federal do Pará (UFPA).

As instituições de ensino superior utilizam de diversas nomenclaturas para se referir a ações de educação vinculadas à velhice. Há casos de serem denominadas de universidades, mas tratam de atividades extensionistas ofertadas pela universidade. Independente das diversas designações, atributos e público atendido, o que todas possuem em comum é a preocupação com a pessoa idosa e a questão da velhice (CACHIONI, 2002).

O termo Universidade da Terceira Idade – UnTI expressa um significado universal para tratar de uma educação continuada ofertada aos adultos maduros e idosos (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2004).

Assim, para Cachioni (2002) a universidade por meio da educação possibilitou contribuir para qualidade de vida e inserção social deste segmento etário. Gomes, Loures e Alencar (2004) sintetizam o papel desenvolvido pelas Universidades da Terceira Idade no decorrer de sua existência:

[...] promoveram programas de lazer e educativos à população de adultos maduros e idosos; pesquisas visando à produção de conhecimentos acerca do processo de envelhecimento; formação de profissionais para atuar na área de gerontologia; serviços preventivos de saúde aos idosos; e integração entre as gerações (p.85).

As UnTI surgiram nesse contexto em que a velhice e os idosos tornaram-se temas das reflexões e debates no espaço acadêmico das universidades, refletindo o processo de transformação vivido pela sociedade, caracterizado pelo aumento de adultos maduros e idosos, da expectativa de vida e de aposentados.

3.2.2 Universidades Abertas para os Idosos

A Universidade da Terceira Idade – UnTI está inserida em uma visão de gerontologia educacional, sendo este termo usado para definir a educação da pessoa idosa, consistindo no ensino, aprendizado e interação social desses indivíduos. Para tanto, engloba três eixos: a educação direcionada aos idosos propriamente dita; a educação acerca da velhice voltada para comunidade com um todo; e o desenvolvimento de recursos humanos especializado na área (NERI, CACHIONI, 1999).

Nesse viés, os autores Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015) citam a gerontologia educacional como forma de mediação pelo diálogo e pela troca de ideias, proporcionando uma construção coletiva de conhecimento, sendo incorporados os saberes como modo de empoderamento.

Para Meirelles e Ingrassia (2006), o empoderamento trata-se de um processo dinâmico, produzido pelas ações dos indivíduos e ocorre em seu meio. Vai além da ideia de ter a posse ou obter o poder, mas significa transmitir ou possuir elementos para a compreensão consciente da realidade em que está inserido, transformando-se em cidadãos críticos e conscientes. León (2000) acrescenta que o empoderar possibilita o controle sobre a própria vida por meio da conquista de habilidades.

Baquero (2006) acredita que uma educação crítica não comporta a mera transmissão de conhecimento, no sentido de ceder poder, porém o papel do educador é

impulsionar a capacidade das pessoas para que adquiram o poder sobre a própria vida. Assim, entende-se que:

[...] o empoderamento, como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder. (BAQUERO, 2012. p. 181).

O empoderamento da pessoa pode ser estimulado por meio da educação e da cultura, pois ambas fornecem subsídios para ultrapassar a barreira da marginalização em que muitos grupos sociais se encontram (MACHADO, 2016). O processo de empoderamento contribuiu para o reconhecimento de direitos de grupos invisíveis em nossa sociedade, como negros e mulheres. Revela-se que na prática oportuniza a participação e capacitação dos indivíduos na transformação da sociedade, no sentido de revolução, conforme aconteceu em movimentos sociais (MEIRELLES; INGRASSIA, 2006).

O empoderamento torna possível agir no contexto de vulnerabilidade e de exclusão, aumentando o poder de grupos mais desprovidos. O entendimento da realidade é fundamental para prática social e efetiva participação. O empoderamento da pessoa idosa é favorecido por meio do conhecimento e possibilita a superação de desequilíbrios sociais.

O conceito de empoderamento envolve a dimensão social em sua constituição, a qual ocorre de forma coletiva e não somente individual presente nas relações de poder na sociedade (BAQUERO, 2012). Assim, para Freire e Shor (1986):

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade (p. 135).

As formas para efetivação contínua dessa integração se dá por meio da manutenção da participação no contexto familiar e em grupos, em trabalhos voluntários, na atividade de aprendizado formal e informal, nas atividades artísticas e manuais, no lazer, em atividades religiosas, no trabalho e na participação na política como cidadãos (FARINATTI, 2008).

Cachioni (2002) em sua tese cita quatro modelos proposto pelo Moody em 1976 para compreender a educação aplicada à velhice. O primeiro é rejeição, a qual se refere ao aspecto negativo da velhice, marcado pela negligência, pela marginalização, por limitações e

declínios, representando um estigma social; e a educação não tem funcionalidade, pois se considera o idoso como um ser improdutivo. O segundo refere-se aos serviços sociais, pelo qual a pessoa idosa continua sendo visto por seu lado negativo, porém que precisa ser amparado socialmente, como por exemplo, pelo Estado por meio de asilos e pensões; e a educação não é direcionada para o idoso, em virtude de se considerar a pessoa idosa passiva e em um estágio da vida que não mais se desenvolve.

No terceiro encontra-se a noção de participação e de atividade, afastando-se do cunho negativo dos primeiros modelos; entende que a educação, pensada por e para os idosos, mantém sua capacidade, podendo atuar ativamente na sociedade. E no quarto modelo está presente a auto realização e educação permanente, reconhece os valores e direitos do idoso; e por meio da educação é possível permanecer o desenvolvimento da pessoa ao longo da vida (em todas as idades), não tendo apenas o papel de entretenimento, nem de resgatar papéis sociais vividos em período anteriores como forma de se enquadrar no meio social (CACHIONI, 2002).

Os modelos de atenção ao idoso têm mostrado excelentes resultados, tendo as Universidades temáticas direcionadas à população idosa, como um modelo de centro de convivência amplo, um espaço de experimentação e atenção integral dirigida aos indivíduos idosos. Essas universidades conjugam ações nas três áreas de atuação da universidade, ensino, pesquisa e extensão, compreendendo um cuidado integral ao idoso. Desse modo, envolve prestação de serviços, construção de conhecimento e formação de recursos humanos (VERAS; CALDAS, 2004).

A educação impulsiona a mudança social, pois por meio dela a socialização é intensificada, consolidando o desenvolvimento de um indivíduo crítico e reflexivo. As Universidades Abertas à Terceira Idade foram desenvolvidas como locais educacionais, com o indivíduo idoso como objeto central, permeado de direitos e deveres, sendo constituídas em instituições de ensino superior. Acredita-se que:

A educação, entendida como um processo permanente na vida do indivíduo, instrumentalizando-o com conhecimentos, possibilita atualização, oferece informações para maior inserção e participação social, possibilita desenvolver habilidades que além de valorizar o idoso, propicia o empoderamento, preparando-o para desempenhar novos papéis, pela elevação da sua autoestima, valorização pessoal, familiar e social (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015, p. 346).

A presença de jovens, adultos e idosos em um mesmo local educacional minimiza as diferenças de pensamento e valores que podem gerar conflitos entre as gerações e

demonstra que a educação contribui para reformulação da imagem e maximização da autoestima da pessoa idosa (ARRUDA, 2007). Em se tratando de uma universidade, as UnTI revelam seu papel social de oferecer serviços à sociedade local (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2004).

Os cursos ou programas para a população idosa em muitas instituições brasileiras foram influenciados por uma ideia de educação permanente na modalidade não formal. É inegável que as UnTI indiretamente fomentam um movimento social, tendo como protagonista o indivíduo idoso, estimulando a reflexão a respeito da população idosa no sistema capitalista e uma ruptura de uma imagem negativa atribuída a esse público (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015).

Segundo o dicionário interativo da educação brasileira, a significação de “universidade aberta à terceira idade” é que se trata de cursos de atualização destinados ao idoso, estando vinculada a uma universidade convencional, cujas características principais são: público-alvo entre 40 a 80 anos de idade; não necessitar de aprovação no vestibular tradicional; e não precisar de diploma de 1º ou 2ª grau para ingressar, sendo que a nomenclatura, periodicidade e até preço variam conforme a estruturação da instituição (MENEZES; SANTOS, 2001).

As universidades desenvolveram um espaço para os idosos com atividades ocupacionais e lúdicas, bem como proporcionam o autodesenvolvimento e atualização, por meio da troca de conhecimentos e vivências, contribuindo para o rompimento de estereótipos negativos, promovendo a inserção e participação social.

É fundamental respeitar e adaptar atividades, métodos, recursos e materiais às especificidades do idoso, integrando fatores como a cognição e valores próprios dessa faixa etária. Outro elemento pertinente é a promoção da saúde do idoso, pois a saúde e a qualidade de vida estão vinculadas ao surgimento de espaços favoráveis à saúde e às habilidades pessoais, conforme a carta de Ottawa (VERAS; CALDAS, 2004).

A saúde é um importante fator para manutenção de um sujeito ativo na sociedade. Em se tratando de um sujeito idoso, que possui profundas mudanças no seu corpo, a promoção da saúde é importante para favorecer sua autonomia e independência, o que permitirá a participação nas diferentes funções de sua vida. Em outras palavras, a saúde é um elemento primário para o engajamento do idoso no contexto social, por meio da realização de atividades de vida diária, instrumentais, de lazer, trabalho, entre outras, requerendo além da sua promoção, a prevenção de agravos e sua reabilitação, muita das vezes utilizando adaptações.

As autoras Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015) destacam que os projetos ou cursos desenvolvidos para os idosos não devem ter um cunho simplesmente assistencialista, mas devem possibilitar autonomia, integração e participação no contexto social, econômico, político e cultural para uma melhor qualidade no viver. Por isso, necessita de profissionais qualificados para a efetivação de ações com os idosos, pois não se trata de prestação de favor e sim da consolidação de um direito e dever da sociedade.

Em sua tese, Cachioni (2002) descreveu seis modalidades de atuação da UnTi no Brasil, agrupadas de acordo com seus objetivos, organização e conteúdos, as quais sintetizamos no quadro 01 para melhor visualização e entendimento dos principais modelos existentes em nosso país.

Quadro 01 – Seis modalidades de atuação da UnTi

(continua)

| MODALIDADES | PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS |
|---|---|
| 1. NETI/UFSC – Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina. | Criação: 1982. Público-alvo: pessoas acima de 50 anos, com participação do grupo na definição das atividades. Equipe: multidisciplinar do quadro de pessoal da UFSC. Ações: cursos e grupos realizados pelo próprio núcleo, Departamento de Recreação e Prática Desportista do Centro de Desportos e no hospital universitário. Possui Curso Técnico de Formação de Agentes Gerontológicos e Curso de Especialização em Gerontologia. |
| 2. NIEATI/UFSM – Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Maria. | Criação: 1984. Público-alvo: pessoas a partir de 60 anos. Equipe: Conta equipe de docentes, composto de alunos da graduação e pós-graduação do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM. Ações: atividades físicas, preventivas e de manutenção da saúde na universidade e em outros locais como asilos e grupos de convivência; e o programa Aluno Especial II (o idoso pode cursar disciplinas nos cursos de graduação). |
| 3. UnATI/UERJ – Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. | Criação: 1992. Público-alvo: pessoas acima de 60 anos, seu aluno pode se inscrever em três ações por semestre. Ações: oficinas e programas de extensão, em um formato de microuniversidade temática. Suas atividades envolvem a assistência médica e jurídica, ensino, formação de recursos humanos, extensão e pesquisa. |

Quadro 01 – Seis modalidades de atuação da UnTI

(conclusão)

| MODALIDADES | PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS |
|---|---|
| 4. CREATI/UNI3 – Centro Regional de Estudos e Atividades para Terceira Idade da Universidade de Passo Fundo. | <p>Criação: 1991. Público-alvo: pessoas de 12 a 91 anos, seu alunado participam de modo que são educandos-educadores. Incorporou a sigla UNI3, significando a presença das três gerações: jovens, adultos e idosos. Ações: cursos com temas da saúde, lazer, inclusão social e aposentadoria; e oficinas relacionadas com a educação física, artes, letras e música. Possui Curso de Especialização em Gerontologia. Apresenta uma educação permanente, interdisciplinar e intergeracional.</p> |
| 5. U3I/PUCCAMP – Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; e U3I/UNIMEP – Universidade da Terceira Idade da Universidade Metodista de Piracicaba. | <p>Criação: início da década de 90. Público-alvo: pessoas acima de 50 anos. - U3I/PUCCAMP: Ações: cursos vinculados a extensão e de atualização cultural, de natureza acadêmica e sociopolítica. Apresenta educação permanente, interdisciplinar com programa modular-integrativo. Currículo: estruturado em três níveis, com duração de um semestre cada um, tendo cursos de aprofundamento para os alunos concluintes. É expedido um certificado de conclusão de curso. - U3I/UNIMEP: Currículo: estruturado em quatro módulos (semestres), contemplando as áreas de atualização de conhecimentos, qualidade de vida e cidadania, tendo curso de aperfeiçoamento para os concluintes.</p> |
| 6. UnATI/USP-ESALQ – Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade de São Paulo – Campus Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. | <p>Criação: 1995. Público-alvo: pessoas acima de 60 anos, com avaliação curricular, entrevista ou ensino superior. Ações: atividades de arte, cultura, turismo e condicionamento físico; e disciplinas dos cursos de graduação nos campos das ciências exatas, biológicas e humanas. Não disponibiliza certificado de conclusão e não há vinculação aos cursos regulares.</p> |

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A UnTI revela-se como um ambiente não só educacional, mas também cultural e político, permitindo que o seu participante tenha a possibilidade de viver de forma mais ativa, saudável e participativa na comunidade (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2004).

Portanto, a UnTI revela-se importante para resignificar a velhice, permitindo a reflexão sobre o processo de envelhecimento dentro de nossa sociedade e promovendo o protagonismo social da pessoa idosa (ROZENDO; JUSTO; CORREA, 2010).

3.2.3 Experiência na Unifap: Universidade da Maturidade – UMAP

Nesse contexto, práticas semelhantes são adotadas em todas as instituições de ensino superior no Brasil, como a Universidade da Maturidade (UMAP) da Universidade Federal do Amapá – Unifap. Trata-se de uma ação universitária, na modalidade de extensão, como uma universidade aberta à terceira idade, com fundamento legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/1996); a Resolução nº 009/2006/CONSU/UNIFAP; a Política Nacional do Idoso (8.842/1994); e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) (UMAP, 2017).

A extensão universitária apresenta grande complexidade, pois envolve a redefinição de conteúdos de cursos, orientação de pesquisas e prestação de serviços, dando um novo significado à ciência e à formação profissional. As ações extensionistas estão articuladas ao ensino e à pesquisa, gerando ações qualitativas com a finalidade de contribuir fortemente com o desenvolvimento da sociedade (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2015).

O espaço oportuniza ao idoso uma educação permanente, favorecendo o seu desenvolvimento pessoal, social e político, com atividades educativas, de saúde e integração na vida acadêmica, de modo a transformar sua perspectiva de atuação na sociedade e maximizar sua qualidade no viver. Para tanto, são ofertadas duas (02) turmas com cinquenta (50) alunos cada, no campus Marco Zero do Equador da UNIFAP, divididos em dois (02) períodos consecutivos, sendo composta de disciplinas e oficinas de modo interdisciplinar (DEX, 2018).

O primeiro edital publicado para ingresso nesse projeto foi em 13 de Janeiro de 2010 (edital nº 002/2010/PROEAC/UNIFAP), com 9 anos de existência e em sua sexta edição, já atendeu aproximadamente 600 alunos. Hoje possui 100 alunos participantes, tendo o edital nº 52/2018 - DEX/PROEAC/UNIFAP, de 17 de Outubro de 2018, como o seu último para seleção de alunos.

Em seu projeto pedagógico de 2018, o objetivo geral é “Oferecer uma educação permanente ao idoso, propiciando a continuidade do seu desenvolvimento pessoal, social e político, por meio da ação educativa, de saúde e integração na vida acadêmica.” (UMAP, 2018, p. 2). E os objetivos específicos são:

Propiciar ao indivíduo com idade acima de 60 anos uma forma de bem utilizar, criativa e produtivamente seu tempo livre; Organizar e estimular a participação do idoso em atividades que propiciem crescimento intelectual e de resgate cultural local e regional; Propiciar aquisição e atualização de conhecimentos, levando ao desenvolvimento de potencialidades, interesses, transformação pessoal e

social; Consolidar o compromisso da UNIFAP de inclusão, participação social e política das pessoas idosas; Difundir bem-estar ao viver das pessoas idosas (UMAP, 2018, p. 3).

Observa-se que o programa dispõe de uma estrutura física que conta com uma sala de coordenação, duas salas de aula, um laboratório de informática e um salão. E ainda pode utilizar as demais dependências da Unifap, como a quadra poliesportiva, em que é desenvolvida a disciplina de educação física. As figuras 08 (a) e (b) apresentam os discentes em atividades nos espaços do programa.

Figura 08 – Realização das atividades no programa UMAP



(a) Sala de aula da UMAP



(b) Salão da UMAP

Fonte: UMAP (2017).

O programa teve seu último formato distribuído em duas (02) turmas com cinquenta (50) alunos cada, com duração de 15 meses (UMAP, 2017). Atualmente, com a publicação de novo edital do processo seletivo para seleção de alunos (as) do projeto de extensão universidade aberta para pessoas idosas, em 17 de outubro de 2018, seu formato foi alterado, tendo agora a duração de 10 meses, permanecendo com duas turmas de cinquenta (50) alunos cada, sendo uma turma de alunos regressos e outra com novos alunos. O critério de seleção para o ingresso nas turmas é ter idade igual ou superior a 60 anos e especificamente para turma de regressos é ter concluído o curso em turmas anteriores da Universidade da Maturidade. (UNIFAP, 2018).

O curso desenvolvido pela UMAP aos idosos se enquadra na modalidade de cursos livres na Unifap. As atividades deste curso livre contemplam quatro grandes áreas em seu conteúdo programático: Ciências da Saúde, Artes, Ciências Humanas e Tecnologia. O modelo envolve disciplinas em dois períodos, tendo cada período sete disciplinas, com uma proposta de interdisciplinaridade.

No seu projeto pedagógico de 2018 encontra-se o conteúdo programático de cada grande área, conforme quadro 02 (UMAP, 2018).

Quadro 02 – Conteúdo programático das áreas contempladas pela UMAP

| | |
|-------------------|---|
| Ciências da Saúde | Conhecimento do corpo humano; condutas de saúde e medidas para conviver com o envelhecimento biológico, bem como com a sociedade e estrutura familiar. |
| Artes | Promover e potencializar as habilidades dos idosos; favorecer a interação entre os alunos e buscar um convívio harmonioso com outras gerações. |
| Ciências Humanas | Conhecimento das condutas que regem a sociedade e o exercício da cidadania; associar os conhecimentos adquiridos ao longo da vida em interface com a evolução científico-tecnológica que o mundo moderno disponibiliza. |

Fonte: Elaborado pela autora com base no projeto pedagógico 2018 da UMAP.

Atualmente as disciplinas ofertadas são distintas para cada turma. A turma de novos alunos possui as disciplinas retratadas no quadro 03 para o primeiro período e segundo período. Já na turma composta de regressos são ofertadas no primeiro e no segundo período as disciplinas descritas no quadro 04. Os alunos desenvolvem um trabalho de conclusão de curso e também é realizada uma cerimônia de certificação de conclusão do curso livre da Universidade da Maturidade.

Quadro 03 – Disciplinas ofertadas à turma A 2018-2019 (novos alunos)

| 1º PERÍODO | 2º PERÍODO |
|-----------------------------------|--|
| Noções de Direito (60h) | Direito do Idoso (60h) |
| Inglês Instrumental (60h) | Educação financeira (60h) |
| Medicina Preventiva (60h) | Medicina Preventiva II (60h) |
| | Psicologia do desenvolvimento (60h) |
| Informática I(60h) | Informática II (60h) |
| Educação Física e Corporal I(60h) | Educação Física e Corporal II (60h) |
| Teatro (60h) | Trabalho de conclusão de Curso – TCC (60h) |

Fonte: Adaptada do projeto de extensão UMAP 2018.

Quadro 04 – Disciplinas ofertadas à turma B 2018-2019 (regressos)

| 1º PERÍODO | 2º PERÍODO |
|--|-------------------------------------|
| Noções de Direito à Maturidade I (30h) | Direito do Idoso II(30h) |
| Espanhol (30h) | Artes Plásticas (30h) |
| Medicina Preventiva I (30h) | Medicina Preventiva II (60h) |
| Informática I (30h) | Informática II (30h) |
| Educação Física e Corporal I(60h) | Educação Física e Corporal II (60h) |
| Libras (60h) | Libras (60h) |
| Teatro (30h) | Desenvolvimento Humano (30h) |

Fonte: Adaptada do projeto de extensão UMAP 2018.

Verificou-se que a Universidade Aberta para Pessoas Idosas da Unifap condiz com a modalidade 5 proposta por Cachioni (2002), já sintetizada na sessão anterior. As Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (U3I/PUCCAMP) e Universidade da Terceira Idade da Universidade Metodista de Piracicaba (U3I/UNIMEP) são pioneiras nesta modalidade, apresentam inspiração no modelo francês e formato em disciplinas ofertadas por meio de um curso livre vinculado a um projeto de extensão.

4 METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem ao problema ocorrendo de forma quantitativa e qualitativa do tipo estudo de caso, uma vez que esses métodos são mais adequados para atender aos objetivos desta pesquisa em relação à análise das percepções dos participantes idosos da Universidade da Maturidade (UMAP).

Segundo Marconi e Lakatos (2002), o estudo exploratório-descritivo combinados trata-se de uma pesquisa de campo do tipo exploratório com o objetivo de descrever um fenômeno, podendo ser empregada em descrições quantitativas e qualitativas.

Minayo (1992, p. 21) aponta que:

A abordagem qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

Acredita-se que por meio dessa abordagem, foi possível se aproximar da realidade dos participantes, desenvolvendo um olhar crítico sobre a condição do idoso, contribuindo para reflexão e análise diante das práticas de atenção à população idosa.

A abordagem quantitativa foi empregada por meio de representações gráficas para melhor visualização e compreensão do perfil dos idosos participantes do projeto. Para Teixeira (2013, p. 136): “A pesquisa quantitativa utiliza a descrição matemática como uma linguagem, ou seja, a linguagem matemática é utilizada para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre as variáveis etc”.

O procedimento de coleta foi realizado inicialmente a partir de um levantamento bibliográfico acerca da temática para a fundamentação da pesquisa e pesquisa documental, com posterior estudo de caso, bem como pesquisa de campo para coleta, análise e discussão dos dados.

A pesquisa documental caracteriza-se pela coleta de dados por meio de documentos (fonte primária) (MARCONI; LAKATOS, 2003). E o estudo de caso tem como objetivo estudar uma realidade de um meio ou de uma situação em que os limites ainda não foram traçados, de forma a vir proporcionar sua análise ampla e detalhada (GIL, 2008).

A pesquisa foi realizada de acordo com as Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Resolução CNS nº466/12 e complementares) do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Universidade Federal do

Amapá (Unifap), sob o número de parecer 3.171.545 de Fevereiro de 2019 (ANEXO A), autorizado pela coordenação do Projeto de Extensão Universidade da Maturidade da Unifap (ANEXO B) e pelos participantes por meio de termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE A) e termo de consentimento de gravação, uso de imagem e/ou depoimento (APÊNDICE B).

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade da Maturidade - UMAP, localizada no campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá, tendo como base um projeto de extensão que oportuniza um curso livre de natureza acadêmica aos indivíduos com idade igual ou maior de 60 anos da comunidade geral.

Para a pesquisa foram selecionados 25 participantes de ambos os sexos, cujos critérios de inclusão foram a idade igual ou superior a 60 anos e sua participação na UMAP, sendo 14 ingressantes e 11 regressos do curso desenvolvido pela instituição, e que estejam de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o termo de consentimento gravação, uso de imagem e/ou depoimento. Foi admitida uma entrevistada no grupo dos regressos que tinha no momento da entrevista 59 anos, porém ainda neste ano corrente completaria 60 anos.

Os participantes ingressantes (calouros) compõe a turma A e foram denominados na pesquisa pelas seguintes siglas: A1, A2, A3 e assim sucessivamente, de acordo com o número de entrevistados (14). E os entrevistados regressos formam a turma B, sendo identificados de B1, B2, B3 até o último (B11).

A pesquisa de campo com os atores fins foi desenvolvida em três etapas. Na primeira, foi realizada a coleta de dados no projeto UMAP, com análise das fichas de matrícula dos alunos, o que posteriormente permitiu traçar de forma geral o perfil sociodemográfico.

A análise do sociodemográfico geral foi realizada a partir do formulário de inscrição/matricula (ANEXO C) e foi desenvolvida por meio de contagem simples de percentual das duas turmas em andamento no projeto, sendo a turma A composta de 37 novos alunos e a turma B de 52 discentes regressos.

Em seguida, foram selecionados os alunos matriculados na Universidade da Maturidade, de acordo com os critérios de inclusão, com posterior esclarecimento do estudo e consentimento dos participantes. Na etapa seguinte, foi aplicada uma entrevista semi dirigida de roteiro com perguntas abertas (APÊNDICE C), composta de dados de identificação e de 7 perguntas relacionadas às percepções do sujeito sobre o envelhecimento e o projeto UMAP.

Para registro, foi utilizada gravação em áudio das entrevistas, que, futuramente, foram transcritas na íntegra.

Conforme Turato (2003), a entrevista semi dirigida é uma espécie de guia temático, mais curto, que serve como roteiro para o encontro. Algumas questões- tópicos já são suficientemente conhecidas para serem propostas, porém o todo da entrevista não está pré-determinado e nem as respostas estão previstas.

Acredita-se que por meio das informações obtidas foi possível conhecer e compreender o universo dos indivíduos participantes, de modo a identificar suas características e percepções acerca do envelhecimento e do projeto em estudo; bem como identificar o perfil sociodemográfico, como se desenvolve e se dá inserção dos idosos na UMAP e quais os desafios encontrados ao retornarem aos estudos.

Ao mesmo tempo utilizou-se a técnica de observação na pesquisa para obtenção de informações, sendo considerada por Marconi e Lakatos (p. 191, 2003) um “ponto de partida da investigação social” e que permite uma relação mais próxima da realidade.

Na terceira etapa, os dados foram organizados, analisados e interpretados, de modo a delimitar e analisar as percepções dos idosos participantes da UMAP nas dimensões de saúde, de situação social e econômica, e averiguar o papel da universidade aberta como política pública para os idosos amapaenses.

Os dados foram analisados através da análise de conteúdo, que é um método de tratamento e análise de informações colhidas por meio de técnicas, coleta de dados e consubstanciadas em um documento. Esse método objetiva compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas (CHIZZOTTI, 2008).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicação, que contém informação sobre o comportamento humano atestado por uma fonte documental. Este tipo de método foi marcado por três etapas básicas durante a pesquisa: a pré-análise, ou seja, a organização do material coletado, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação (BARDIN, 1977).

Segundo Bardin (1977), a pré-análise é caracterizada pela organização propriamente dita, com a finalidade de sistematizar as ideias iniciais. E a exploração do material que “... consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p. 101).

Por fim, todos os resultados obtidos foram sintetizados e interpretados através da última etapa da análise de conteúdo, sendo propostas inferências e interpretações a propósito

dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas por meio de resultados significativos e válidos (BARDIN, 1977).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa buscou investigar as percepções das pessoas idosas sobre o projeto de extensão Universidade da Maturidade – UMAP como política pública existente. Diante disso, desenvolve-se primeiramente um perfil sociodemográfico dos atores sociais envolvidos no estudo, com posterior análise dos relatos das entrevistas.

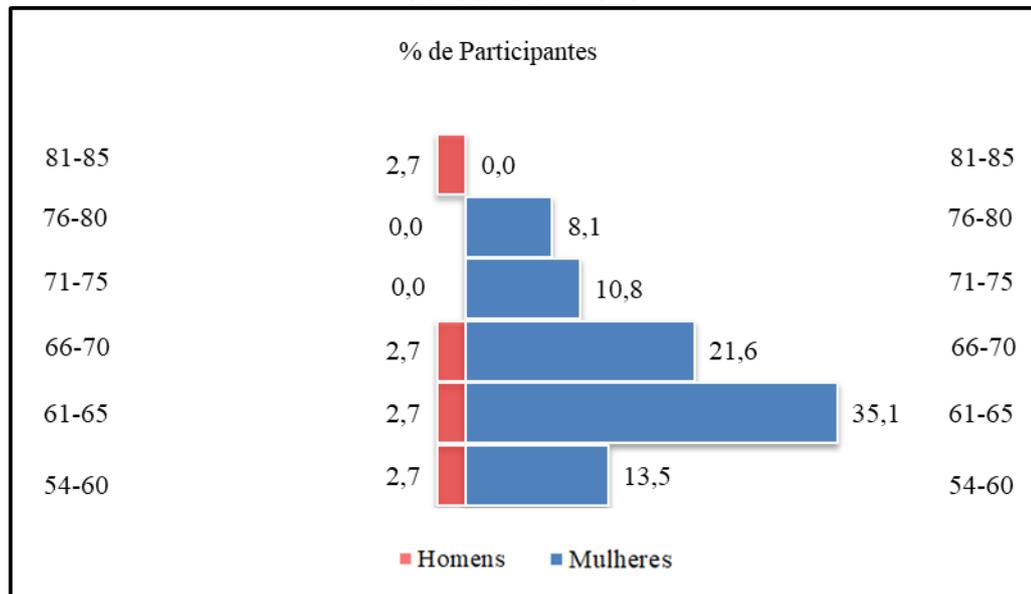
5.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Nessa etapa, objetivou-se identificar os possíveis aspectos socioeconômicos que podem interferir na percepção dos idosos participantes da Universidade da Maturidade, de modo a revelar as principais características do grupo de sujeitos envolvidos na pesquisa. Foram elaborados dois perfis: perfil sociodemográfico geral e perfil sociodemográfico amostra.

5.1.1 Perfil Sociodemográfico Geral

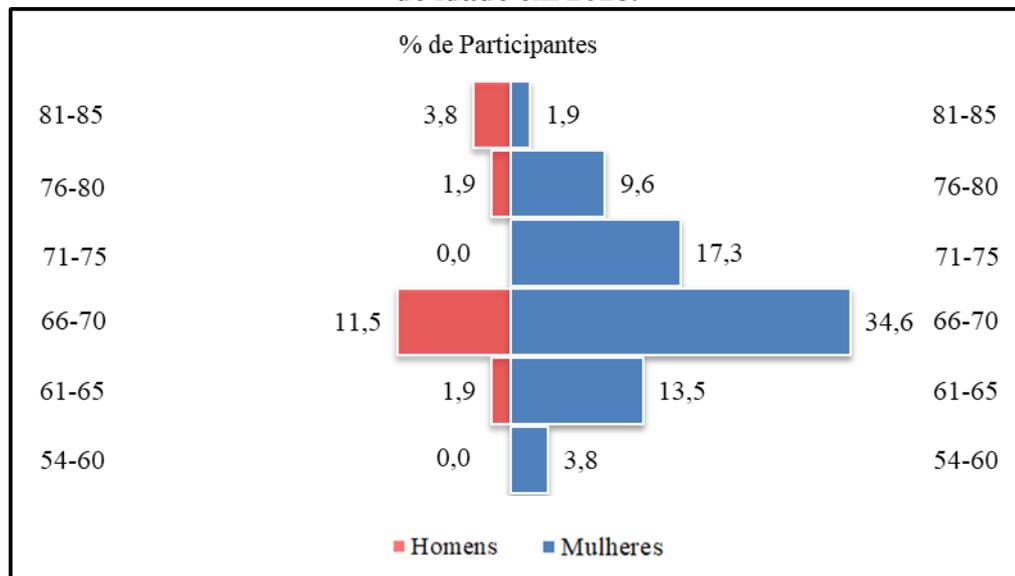
A análise do perfil sociodemográfico geral foi desenvolvida por meio de contagem simples de percentual das duas turmas em andamento no projeto, sendo a turma A composta de 37 novos alunos e a turma B de 52 discentes regressos. Observou-se que a faixa etária predominante está entre 61 a 65 anos com média de idade de 65,97 anos na turma de calouros e entre 66 a 70 anos na de regressos com média 69,86 anos, conforme figura 09 e 10. A turma de novos alunos é aproximadamente quatro (4) anos mais nova que a de veteranos, porém de modo geral, revela-se um público de idosos mais jovens, pois está nos primeiros anos do ciclo da vida denominada velhice.

Figura 09 – Distribuição do alunado da turma A (calouros) da UMAP, por sexo e grupo de idade em 2018



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 10 – Distribuição do alunado da turma B (regressos) da UMAP, por sexo e grupo de idade em 2018.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Considerando a capacidade funcional, a pessoa idosa nesta faixa de idade tende a ser em termos gerais mais ativa, classificada de forma didática em idosos jovens (PAPALIA; FELDMAN, 2013), porém deve-se resguardar a individualidade e pluralidade de cada indivíduo. No caso do grupo em estudo, essa noção de funcionalidade, a qual está interligada à independência e autonomia, pode ser reforçada pelo fato de poucos idosos alunos no ato da

matrícula solicitarem atendimento especial, pois apenas 30% dos novatos e 2% dos veteranos o requereram.

As figuras 09 e 10 revelam que a maioria dos participantes é do sexo feminino tanto na turma A, com 89%, como na B com 81%. A predominância feminina está em conformidade com muitas Universidades da Terceira Idade – UnTI pelo Brasil. Em decorrência dos valores predominantes na época em que estas mulheres estavam na fase adulta, valores estes ainda em voga nos dias de hoje, estando vinculadas à vida doméstica e à maternidade, e após a criação dos filhos podem se reconhecer sem função. Dessa forma, buscam muitos grupos de convivência como forma de se libertar dos antigos modos de viver, bem como adentrar em um mundo novo de descobertas, que transformam o seu cotidiano.

Nesse sentido, percebeu-se que a predominância feminina não é apenas quantitativa, porém é qualitativa. As mulheres, muitas das vezes, passaram a vida sob o cerceamento masculino do pai e posteriormente do cônjuge e na velhice tem a oportunidade de saírem de espaços privados e ocuparem os espaços públicos que as foram negados em idades anteriores. A velhice torna-se um momento de vivenciar a liberdade, por exemplo, por meio do ingresso na universidade.

Em muitos relatos foi notada a mudança no papel das mulheres ao verem seus filhos criados ou/e sozinhas (viúvas ou divorciadas), o que as permitiu disporem de tempo para o desempenho de outras funções, no sentido de buscarem outras maneiras de viver, como estudar e participar de cursos, por exemplo, as UnTI.

No trabalho de Motta (1999b), verificou-se que a subordinação de gênero é aumentada no contexto de pobreza, sendo manifestada em histórias de mulheres que tiveram negado o estudo, o trabalho e o lazer e que o matrimônio se deu de forma precoce. Mais uma vez se sobressai a relação de diferentes categorias, pois a categoria geração é impactada pelas categorias gênero e classe, uma vez que permitem uma manifestação particular para as idosas (mulheres) pobres.

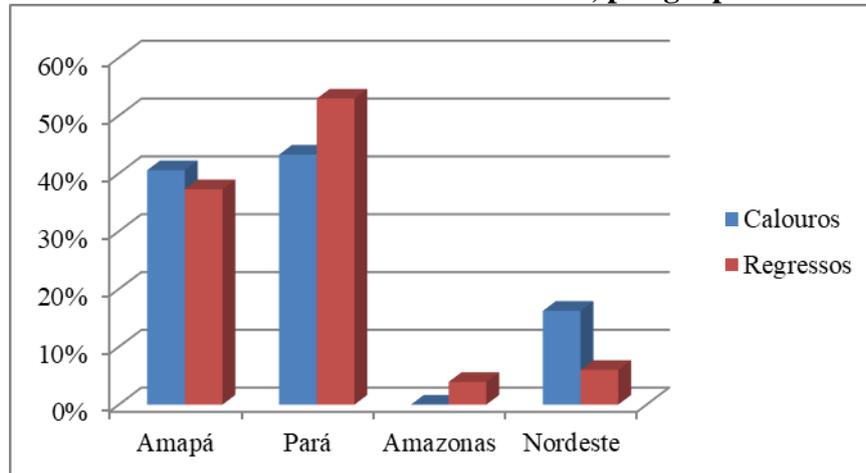
A predominância de mulheres estar de acordo com os dados numéricos da população idosa em Macapá e no Brasil. Assim, evidencia o papel principal das mulheres idosas na luta por espaços e direitos por um velhice digna.

Para Rozendo, Justo e Correa (2010), as muitas conquistas sociais das mulheres nos diferentes campos, entre eles na política e economia, repercutiu na temática da velhice em que são protagonistas na luta pela participação das pessoas idosas nos espaços públicos.

O perfil nos revelou que a maioria do alunado é natural dos estados do Amapá e Pará, com discreta preponderância deste último. A naturalidade dos calouros está distribuída

entre os estados do Pará com 43%, Amapá com 41% e do nordeste com 16%. O quadro da turma dos veteranos é semelhante, com 53% oriundos do Pará, 37% do Amapá, 6% do nordeste e surge o Amazonas com 4%, segundo descrito na figura 11.

Figura 11 – Naturalidade do alunado da UMAP 2018, por grupo de calouros e regressos

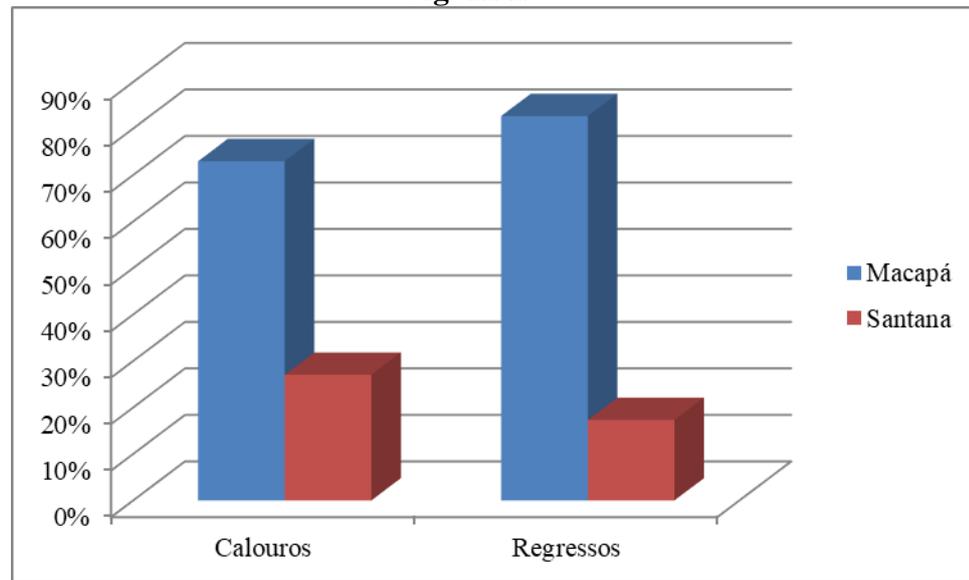


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Esta distribuição ratifica a intensa migração do estado do Pará para o Amapá, especialmente na década de 90, Após o surgimento do território do Amapá como unidade federativa. Contudo, o público maciço do projeto é oriundo da região norte do país.

Outro aspecto levantado refere-se à cidade de moradia de seus participantes, em que a abrangência de atendimento da Universidade da Maturidade envolve os municípios de Macapá e Santana. Os discentes novatos residentes em Macapá são 73% e em Santana correspondem a 27%; já entre os alunos egressos têm-se 83% moradores de Macapá e 17% de Santana, sendo retratado na figura 12. Sabe-se que Macapá e Santana fazem parte da Região Metropolitana de Macapá, juntamente com o município de Mazagão, segundo a Lei Complementar Estadual do Amapá nº 21 de 2003.

Figura 12 – Municípios de moradia do alunado da UMAP 2018, por grupo de calouros e regressos



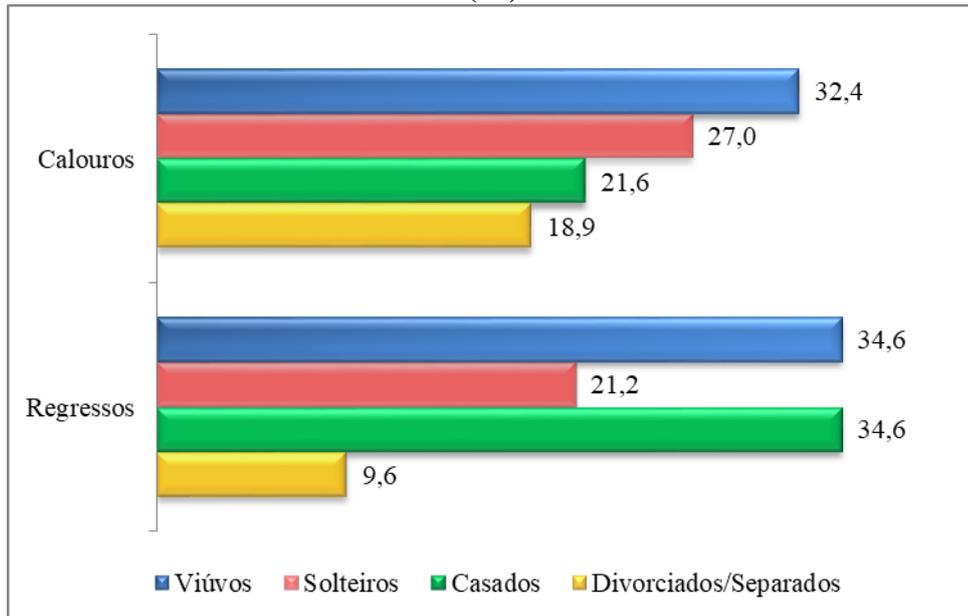
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Em relação ao estado civil, na turma de calouros a maioria com 32,43% declararam-se viúvos, seguido de 27,03% de solteiros, 21,62% casados e 18,92% divorciados ou separados. Já na turma de veteranos a maior parcela está distribuída entre os viúvos e casados, com 34,62% cada um, seguido de 21,15% solteiros e 9,62% divorciados ou separados, conforme figura 13.

Notou-se o significativo percentual de participantes viúvos em ambas as turmas e sendo a maioria de mulheres, isso revela a longevidade feminina e a vivência de uma velhice sem cônjuge. Acentua-se o papel de protagonismo das mulheres na busca de uma velhice digna, pois elas são a maioria entre os idosos e desfrutam de uma vida só do ponto de vista matrimonial, em uma sociedade tradicionalmente dominada pelos valores masculinos. A predominância feminina no projeto entre os idosos está em conformidade com as estatísticas trazidas pelo IBGE (2018b) acerca da população brasileira.

Motta (2005) aborda a viuvez como o momento de liberdade para mulheres idosas, em que puderam sair do seio familiar, em que desenvolviam suas únicas relações sociais, e encontram uma socialização e liberdade em espaços públicos, que até então não existiam em suas vidas.

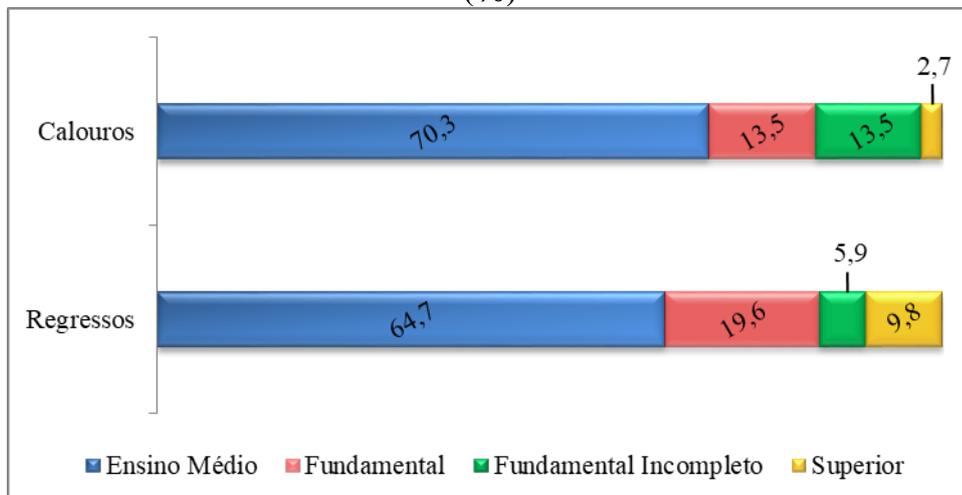
Figura 13 – Estado Civil do alunado da UMAP 2018, por grupo de calouros e regressos (%)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Quanto a escolaridade, identificou-se que o maior quantitativo de participantes concluiu o ensino médio em ambas as turmas, cerca de 70,27% de calouros e 64,71% de regressos. Os demais percentuais obtiveram similaridade entre as turmas A e B, sendo respectivamente: 13,51% e 19,61% concluíram o ensino fundamental, 13,51% e 5,88% não finalizaram o ensino fundamental e 2,7% e 9,8% possuem o ensino superior (figura 14).

Figura 14 – Escolaridade do alunado da UMAP 2018, por grupo de calouros e regressos (%)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Diante do perfil sociodemográfico geral, percebeu-se os atributos gerais das turmas em andamento, havendo certa similaridade nas proporções entre os idosos ingressantes e egressos nos aspectos sexo (predominando as mulheres), naturalidade (maioria nascidos no Pará e Amapá), cidade de moradia (prevalece os residentes em Macapá) e escolaridade (maior percentual apresenta o ensino médio). As variáveis idade e estado civil apresentaram algum grau de diferença. A turma A tem em média menos anos que a turma B, com respectivos 65,97 anos e 69,86 anos. Quanto ao estado civil, o percentual de viuvez e de solteiro foi maiores na turma A e o quantitativo de viuvez e casados sobressaiu-se na turma B.

5.1.2 Perfil Sociodemográfico Amostra

O perfil sociodemográfico amostra foi desenvolvido por meio de contagem simples de percentual dos idosos participantes da UMAP entrevistados, sendo 14 discentes da turma A e 11 da turma B. Na tabela 03 estão descritos as variáveis seguidas do valor absoluto e percentual dos entrevistados, divididos por turma (A – calouros e B – regressos). Observa-se que esses aspectos vão além do já mencionados no perfil geral, com variáveis inéditas como identidade étnico-racial, religião, ocupação, renda familiar, contexto familiar, iniciativa de participar do programa e conhecimento prévio sobre ele, os quais em conjunto com os demais aspectos nos permitem conhecer os entrevistados.

Tabela 03 – Perfil Sociodemográfico da Amostra dos discentes da UMAP/Unifap, por grupo calouros (turma A) e regressos (turma B)

(continua)

| Variáveis | Calouros – 14 (100%) | Regressos – 11 (100%) |
|---------------------|----------------------|-----------------------|
| Idade (anos) | | |
| 59 a 60 | 0 (0%) | 1 (9%) |
| 61 a 65 | 5 (36%) | 3 (27%) |
| 66 a 70 | 6 (43%) | 6 (55%) |
| 71 a 75 | 1 (7%) | 0 (0%) |
| 76 a 80 | 1 (7%) | 0 (0%) |
| 81 a 85 | 1 (7%) | 1 (9%) |
| Sexo | | |
| Masculino | 1 (7%) | 3 (27%) |
| Feminino | 13 (93%) | 8 (73%) |

Tabela 03 – Perfil Sociodemográfico da Amostra dos discentes da UMAP/Unifap, por grupo calouros (turma A) e regressos (turma B)

(continua)

| Variáveis | Calouros – 14 (100%) | Regressos – 11 (100%) |
|--|-----------------------------|------------------------------|
| Naturalidade | | |
| Amapá | 6 (43%) | 3 (27%) |
| Pará | 5 (36%) | 6 (55%) |
| Amazonas | 0 (0%) | 1 (9%) |
| Nordeste | 3 (21%) | 1 (9%) |
| Etnia/Raça | | |
| Branca | 1 (7%) | 2 (18%) |
| Preta | 2 (14%) | 1 (9%) |
| Parda | 11 (79%) | 8 (73%) |
| Estado Civil | | |
| Solteiro | 5 (36%) | 3 (27%) |
| Casado | 2 (14%) | 4 (36%) |
| Viúvo | 4 (29%) | 3 (27%) |
| Divorciado/Separado | 3 (21%) | 1 (9%) |
| Religião | | |
| Católica | 8 (57%) | 7 (64%) |
| Cristã | 0 (0%) | 1 (9%) |
| Espírita | 1 (7%) | 0 (0%) |
| Evangélica | 5 (36%) | 2 (18%) |
| Budista | 0 (0%) | 1 (9%) |
| Escolaridade | | |
| Ensino Fundamental Incompleto | 1 (7%) | 0 (0%) |
| Ensino Fundamental | 2 (14%) | 1 (9%) |
| Ensino Médio | 11 (79%) | 9 (82%) |
| Ensino Superior | 0 (0%) | 1 (9%) |
| Ocupação | | |
| Aposentado/Pensionista | 7 (50%) | 7 (64%) |
| Dona de Casa | 4 (29%) | 1 (9%) |
| Trabalhador Informal | 0 (0%) | 1 (9%) |
| Trabalhador Formal | 2 (14%) | 0 (0%) |
| Aposentado/Pensionista e Trabalho Informal | 1 (7%) | 2 (18%) |

Tabela 03 – Perfil Sociodemográfico da Amostra dos discentes da UMAP/Unifap, por grupo calouros (turma A) e regressos (turma B)

| Variáveis | Calouros – 14 (100%) | Regressos – 11 (100%) |
|---|-----------------------------|------------------------------|
| (conclusão) | | |
| Renda Familiar Mensal (salário mínimo) | | |
| < 1 | 2 (14%) | 1 (9%) |
| 1 | 5 (36%) | 5 (45%) |
| > 1 até 2 | 1 (7%) | 3 (27%) |
| > 2 até 3 | 2 (14%) | 1 (9%) |
| > 3 | 4 (29%) | 1 (9%) |
| Cidade de moradia | | |
| Macapá | 11 (79%) | 10 (91%) |
| Santana | 3 (21%) | 1 (9%) |
| Arranjo domiciliar | | |
| Unipessoal | 4 (29%) | 3 (27%) |
| Multipessoal com parentesco | 10 (71%) | 8 (73%) |
| Iniciativa de Participar da UMAP | | |
| Familiar | 7 (50%) | 1 (9%) |
| Amigo | 4 (29%) | 6 (55%) |
| Televisão | 1 (7%) | 3 (27%) |
| Internet | 1 (7%) | 0 (0%) |
| Não soube informar | 1 (7%) | 1 (9%) |
| Conhecimento prévio sobre a UMAP | | |
| Não | 11 (79%) | 11 (100%) |

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Notou-se que os grupos da turma A e B do perfil sociodemográfico da amostra apresentaram pontos em comum. A maioria dos idosos entrevistados é do sexo feminino, com 93% da turma A (calouros) e 73% da turma B (regressos); e estão na faixa etária de 66 a 70 anos, tendo os novatos 43% e veteranos 55%. Quanto à identidade étnico-racial, o maior quantitativo se declarou pardo, com 79% na turma A e 73% na turma B. A religião mais praticada foi a católica, seguida da evangélica, sendo respectivamente 57% e 36% dos calouros e 64% e 18% dos regressos.

Outros fatores similares entre os dos grupos foram escolaridade, ocupação, renda familiar mensal, cidade de moradia e arranjo domiciliar. Acompanhando os dados do perfil geral, os sujeitos entrevistados em sua grande parcela tinham o ensino médio como sua maior

escolaridade. O percentual de concluintes do ensino médio é 79% da turma A e 82% da turma B. Foi comum nos relatos o desejo de ingresso no ensino superior e que o fato de se frequentar a UMAP possibilitou o primeiro passo para se entrar na universidade. Em alguns casos, o projeto despertou o interesse dos alunos em concluir o ensino médio.

Identificou-se ainda que mais da metade dos entrevistados são aposentados ou pensionistas, com 50% pertencentes à turma A e 64% à turma B, somando os quem são aposentados ou pensionistas e que continuam a trabalhar de modo informal, sendo 7% (turma A) e 18% (turma B). Como se encontram na situação de aposentados ou pensionistas, muitos participantes informaram possuir mais tempo para estudar e cuidar de si, sendo o espaço desta universidade adequado para tal finalidade.

Em se tratando da renda familiar dos sujeitos da pesquisa, a maior parcela dos grupos recebe um salário mínimo, com proporção de 36% calouros e 45% regressos. Os quem ganham acima de um salário mínimo são 50% na turma A e 45% na turma B; e quem ganha abaixo de um salário mínimo são 14% e 9%, respectivamente. Assim, os entrevistados possuem o básico e não dispõem de meios financeiros para financiar um curso, faculdade ou outro espaço educacional, sendo o projeto a principal forma de acesso livre e sem custos na área para atender a demanda das pessoas idosas.

Os residentes em Macapá foram a maioria dos participantes (79% novatos e 91% veteranos). No arranjo domiciliar buscou-se conhecer a dinâmica no ambiente doméstico, no sentido de saber com quem o participante reside, sendo o unipessoal quando mora sozinho e multipessoal com parentesco, quando moram com algum familiar (cônjuge, filhos ou netos). Um número expressivo de entrevistados mora com suas próprias famílias, totalizando 71% dos novos alunos e 73% dos egressos. Já os que moram sozinhos correspondem 29% (turma A) e 27% (turma B). Essa variável é importante para entender a questão do isolamento e socialização dos envolvidos, bem como a situação familiar do idoso que pode oferecer suporte ao idoso, porém não configurando como única forma de apoio necessário.

Algumas variáveis apresentaram diferenças no quantitativo entre as turmas, sendo o estado de onde são naturais e o estado civil. Na turma A, 43% nasceram no Amapá e 36% no Pará. Já na turma B, o percentual inverteu, com 27% advindos do Amapá e 55% do Pará. No entanto, em ambas as turmas o expressivo número foi de nortistas, configurando o mesmo cenário do perfil geral já apresentando.

O estado civil possuiu ligeira diferença em sua representação. O maior percentual entre os novatos (36%) foi de entrevistados solteiros, seguido dos viúvos (29%), divorciados

ou separados (21%) e casados (14%). Entre os egressos, os casados (36%) eram a maioria, tendo os solteiros e viúvos 27% cada um e 9% os divorciados ou separados.

Outro elemento identificado foi a iniciativa de participar da Universidade da Maturidade, a qual se refere ao primeiro contato com o programa, sendo que 50% de calouros a conheceram por meio de familiar e 55% de regressos foi por amigo. A maioria não tinha conhecimento prévio a respeito do projeto, com 79% dos alunos novos e todos (100%) dos veteranos informaram que souberam do que se tratava o programa apenas na matrícula ou após já o terem iniciado.

Verificou-se que grande parte das variáveis foi semelhante entre os grupos de calouros e regressos no perfil sociodemográfico amostra. De forma sintetizada ambos os grupos apresentaram idade entre 66 a 70 anos (média de idade de 67); predomínio feminino; a maioria se autodeclararam pardos; prevaleceu a religião católica, residentes em Macapá que moram com seus familiares e nascidos em Macapá ou Pará; o maior quantitativo possui renda familiar por mês de um salário mínimo, são aposentados e concluíram o ensino médio. Houve divergência na variável estado civil, para a qual, no grupo dos calouros a maioria encontra-se solteira e no de veteranos estão casados.

Em comparação ao perfil geral dos participantes, a principal diferença percebida com o perfil da amostra foi em relação à idade, pois entre os entrevistados a faixa etária prevalente foi igual (66 a 70 anos). E no quadro geral dos participantes a idade predominante dos calouros foi menor do que a dos veteranos, conforme já exposto.

Por meio da constituição desses dois perfis sociodemográficos, foi possível compreender quem são os sujeitos da pesquisa e como estão inseridos no contexto socioeconômico da sociedade. Revelando-nos elementos basilares de suas trajetórias de vida que certamente impactaram na forma de entender a vida e velhice, bem como a busca por espaços educacionais e a percepção de políticas públicas voltadas ao idoso.

Com isso, o perfil permitiu conhecer e revelar quem são os idosos participantes do projeto UMAP que estão por trás das falas, histórias e categorias de análise manifestadas durante as entrevistas, estabelecendo uma conexão entre as características principais desses sujeitos, a percepção do envelhecimento e o do projeto.

5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A análise será apresentada com base nas entrevistas realizadas com os sujeitos envolvidos, interpretação dos dados relatados, a correlação de ideias de diferentes autores e os capítulos teóricos acerca do tema. Baseado nos dados das entrevistas, formularam-se algumas

categorias, as quais serão consideradas para análise. As categorias de análises emergiram a partir dos conteúdos frequentemente relatados pelos participantes do programa Universidade da Maturidade durante a aplicação das entrevistas, resultando em quatro (4) categorias: condição de pessoa idosa, educação em saúde, socialização e emancipação.

5.2.1 Condição de pessoa idosa

Estabeleceu-se a categoria condição de pessoa idosa para analisar como os participantes da UMAP perceberam ou percebem o estabelecimento desta condição. Mostrou-se como os idosos compreendem o processo de envelhecimento e a entrada na velhice em suas vidas, considerando o meio social de inserção, em especial a contribuição do programa.

Considerando a definição cronológica de idoso estabelecida nas leis brasileiras, foi questionado como os entrevistados sentiram a condição de pessoa idosa na sua vida e se ocorreram mudanças na sua saúde e aspectos sociais. O maior quantitativo dos entrevistados revelou que não perceberam a entrada na velhice e não se sentiram idosos, sendo 64% da turma A e 55% da B, evidenciado pelas falas dos participantes A1, A4, A11, A13 e B10.

Não me senti mais idosa não, eu me senti mais jovem. (A1)

Mana, eu vou fazer 66. Não sinto nada demais por causa disso. Tenho minhas doenças, mas não percebi ou senti o fato de ter chegada à terceira idade. Eu sou do tipo de mulher que não senti nada por conta disso. (A4)

Não mudou nada. Eu me sentia bem aos 60 anos. (A11)

Eu sempre fui menina, sempre me senti uma criança. Nunca me senti uma pessoa velha. (A13)

Eu nem me sinto idosa. Por conta da idade eu passei a me cuidar mais. Já me dá mais atenção, pelo motivo que agora eu não tenho mais filhos para criar, que eu digo, meu pai e minha mãe são meus filhos. (B10)

As falas supracitadas reafirmam o caráter de continuidade do processo de envelhecimento humano, trazido por Farinatti (2008); em que não existe um marco fixo cronológico que delimite a entrada na velhice, cada indivíduo tem sua própria experiência, para qual sua vida pregressa é determinante. Percebeu-se pelos participantes que o envelhecimento é algo natural, não havendo um ponto de chegada que avise que o indivíduo tornou-se velho.

Foi comum entre os veteranos a fala de que com o transcorrer dos anos sentiram-se melhores devido à sabedoria e experiência advindas com os anos vividos. Destacou-se o reconhecimento do valor e do respeito ao idoso, o qual pode ser atribuído ao seu engajamento social, especialmente o proporcionado pela universidade aberta para idosos, conforme relatos:

Eu me senti uma nova pessoa aos 60 anos. A minha cabeça é melhor agora com 60 anos do que com 50 anos ou 40 anos. (B4)

Olha, para falar a verdade, eu não me senti abalada pela idade não. Eu me sinto como se tivesse uns 30 anos, (ou) 40 anos. Porque a gente não faz mais o que a gente fazia na idade de 18 e 17, mas eu me senti até muito melhor do que a fase adulta, porque a gente tem muita experiência, aprendi muita coisa. Aí, a gente aprendi também a dá valor a vida. (B3)

Assim, confirma-se a ideia de geração trazida por Karl Mannheim (MOTTA, 2010) de que cada pessoa sente e vive cada fase da vida de forma particular. No caso dos idosos, alguns referiram não sentirem grandes mudanças e outros enxergam que ocorreram modificações para melhor, de modo a perceberem uma visão mais positiva acerca do encontro com velhice.

Muitos participantes concordam com os anteriores, que não ocorreram alterações significativas ao se tornarem pessoas idosas, porém observam que na área da saúde perceberam diferenças, que vão desde as mais discretas até as mais complexas, retratadas nos seguintes discursos.

Dos 60 anos pra frente que eu comecei a sentir problema na minha saúde. Antes eu não tinha nada. Problema de glaucoma, pressão alta. (A10)

Com a idade eu senti que fui perdendo a visão, força, tudo (com) a idade. A gente tem algumas mudanças, mas nada que atrapalhe. (B1)

A diferença de ser idoso (é que) tem que ter cuidado quando faz exercício físico, a professora tem maior cuidado, tem que tirar pressão, eu sou hipertensa, não pode fazer exercício exagerado pra não passar mal. (B6)

O que mudou um pouco, que estou sentindo que mudou, foi o meu perfil de carregar peso, porque eu não carrego o peso que carregava em outro tempo. (alteração na força muscular) (B7)

Aí, eu levei quase que normal (entrada na velhice). A saúde muda, isso aí muda, na saúde aparece. Nem que você se trate, mas aqui e acolá aparece alguma coisa para você. Nem que não queira. (B5)

Com relação à saúde adquiri a diabetes, com relação à idade não fez muita diferença. (A5)

É fundamental ser trabalhado a questão de saúde com o público idoso, para que possam compreender as mudanças em seu corpo e lançar mão de cuidados que maximizem um envelhecimento saudável, com manutenção de autonomia, independência e qualidade de vida, os quais estão atrelados ao estado de saúde dos indivíduos.

A partir dos relatos dos participantes suscitou-se a importância de o sujeito trabalhar o envelhecimento durante a vida, ou seja, possibilitar aos mais jovens o contato com a natureza do envelhecer humano. A compreensão do ciclo natural da vida e a preparação para possíveis mudanças no corpo físico, mental e social contribui para a garantia de uma velhice ativa e saudável. A transcrição de B11 nos revela a percepção de quem adotou práticas de atividade física no transcorrer da vida e acredita que contribui para uma melhor entrada na

velhice: “Eu não, pra mim foi tudo tranquilo porque eu desde nova eu me cuido, sempre pratiquei esporte e ando de bicicleta”. (B11)

O indivíduo A9 relatou não se perceber idosa como sua idade cronológica indica: “Eu não me sinto idosa, porque eu digo que a idade é a cronológica, mas a minha mente é de jovem, não me sinto idosa. Então, não percebi mudança no aspecto social, na saúde sim, dor no joelho, nada que te impeça de fazer algo”. (A9)

Outros sujeitos da pesquisa reagiram com dificuldade ao se depararem com velhice, de acordo com os relatos descritos.

Uma pena porque não queria (ser idosa), mas tinha que passar por isso. Não foi difícil, até porque nunca pensei nisso. (B5)

Eu me olho no espelho e as fotografias e digo que eu não sou assim não. Eu não acredito no espelho e nem na balança. (A5)

Quando completei 60 anos eu chorei muito porque a partir daquele momento a vida tinha acabado. (A12)

Nesse sentido, é possível que práticas relacionadas à orientação sobre o processo de envelhecer humano ao longo dos anos, em idades pregressas, venham somar para o desenvolvimento de uma condição do idoso mais saudável e positiva, bem como promover uma cultura de valorização dos seus papéis desempenhados na comunidade. O programa encontra-se entre essas práticas, pois oportuniza o ingresso de indivíduos com mais de 60 anos ao ambiente acadêmico, dominado pela jovialidade de seus estudantes, e permite a relação entre as gerações.

Apesar de ser inevitável para os seres humanos, não há uma preparação para a velhice, no sentido de se pensar na sua construção de forma ativa e saudável, com o estabelecimento de uma existência com significado para o idoso e para a comunidade, nem de espaços que proporcionem a relação entre as diferentes gerações. Encara-se com negação e evitação essa fase da vida, o que colabora para a dificuldade em vivenciá-la.

Para Paiva (2014) o idoso em condições de pobreza e vulnerabilidade hoje é resultado de uma vida inteira de seus direitos (à educação, ao trabalho, à saúde, à moradia, ao saneamento básico, dentre outros) negligenciados, que lhe condicionou ao enfrentamento de uma velhice em condições precárias. Dessa forma, não se pode pensar em uma velhice com o mínimo de dignidade e bem-estar, sem se pensar na vida pregressa do indivíduo, fato esse que revela a complexidade do fenômeno do envelhecimento no sistema capitalista, para o qual deve haver ações públicas durante todas as fases de vida do indivíduo (infância, adolescência, fase adulta e velhice).

A fala do entrevistado A8 aponta que a percepção da condição idosa de cada um pode ser melhor sentida quando vivenciada entre seus pares: “Não senti mudança, o único problema é com a gente mesmo porque a gente não quer aceitar e a gente pensa no que ficou pra trás [...]. Mas aí, eu pensei que não era só eu, são todos da minha geração” (A8). Verificou-se que a UMAP oportuniza a experiência coletiva deste grupo etário e possibilita que se enxergue a velhice como um fenômeno natural do ciclo vital por que todos irão passar.

Ao serem indagados sobre como se sentem em relação à sua vida geral, a maioria dos entrevistados, de ambas as turmas, responderam estar satisfeitos com sua vida, sendo 79% de calouros e 91% de regressos, com destaca o percentual quase unânime entre os regressos, constatado na transcrição de trechos das entrevistas abaixo.

Me sinto ótima. Meu plano de vida é que quero viver bastante, peço para Deus que eu quero viver bastante para ficar com minha família, (B2)
 Tenho minha vida independente. Me sinto feliz hoje. (B5)
 Feliz, meus filhos criados, cada um com sua vida. (B6)
 Agora eu me sinto muito bem, agora sim. Eu quero viver, meu plano para o futuro é viver. (B10)

Por outro lado, notou-se nas falas dos participantes calouros um sentimento de satisfação e mudança de vida por ter iniciado na Universidade da Maturidade, como uma nova fase da vida, destacado na descrição de A7, A12 e A5.

Eu acho que estou bem agora, que eu dei esse primeiro passo para cá, né? (A7)
 Estou tentando buscar um outro tipo de vida pra mim. Estou me sentindo mais útil, jovem, mais mulher, e parece que estou com muito mais experiência que antes. E eu pretendo viver bem melhor daqui pra frente. (A12)
 Eu me sinto muito satisfeita e quero estar aqui. (A5)

Assim, corroborando para se entender a percepção do ser idoso participante do projeto, de modo a sugerir uma visão positiva da vida, possivelmente influenciada pelo envolvimento do idoso no projeto.

Os participantes desse programa para a pessoa idosa revelaram a heterogeneidade na percepção da condição idosa, embora tenham pontos em comum, como a satisfação com a vida de modo geral e em estar integrado à universidade. Pode-se inferir que tal situação seria por estarem em um contexto socioeconômico semelhante, dispondo também dos mesmos meios para buscar uma velhice digna.

5.2.2 Educação em saúde

Acredita-se que na educação em saúde devem-se orientar os indivíduos a promover e restaurar a saúde, evitar riscos, e prevenir doenças. Os indivíduos são orientados e estimulados a adquirir habilidades para tomar decisões no sentido da promoção da saúde e adquirir melhor qualidade na sua vida por meio da educação em saúde (PEREIRA, 2008).

Nesse sentido, a “educação em saúde é entendida como prática para a transformação dos modos de vida dos indivíduos e da coletividade e, conseqüentemente, promover qualidade de vida e saúde” (MALLMANN *et al*, 2015, p. 1764).

Entende-se que o idoso deve estar informado sobre o processo de envelhecimento humano, suas fases e suas principais características. O esclarecimento desses aspectos é importante e necessário para o indivíduo compreender o que está acontecendo com o seu corpo, os cuidados adequados e as possíveis alterações que possam indicar alguma patologia. Essa compreensão contribui satisfatoriamente para sua autonomia, independência, bem estar e qualidade de vida.

Percebeu-se que 64% dos calouros e 73% dos regressos relataram a influência dos conhecimentos adquiridos para o entendimento do envelhecimento e da velhice. Nas entrevistas de A9, B1, A2 e B10 observou-se a percepção acerca da velhice e da prevenção de acometimentos nessa fase.

Olha, sobre como você lida com o envelhecimento. Às vezes a pessoa sente dor e pensa que é uma doença mais grave, mas não, é a fase de envelhecimento, então nossos ossos vão ficando mais fracos. (A9)

Mas é um fenômeno natural porque a idade vai lhe tirando tudo aos poucos do ser humano, o tempo passa né, e se ele não tiver um nível de vida equilibrado, ele vai deprimindo a cada ano que passa. Mas isso do fenômeno natural o ser humano não escapa. Entende? (B1)

[...] e a saúde preventiva (disciplina do curso) acho muito interessante que é algo que devemos estudar para conhecer o corpo. Como começa, a partir de que idade e como a doença progride, como prevenir é uma coisa muito boa. (A2)

A saúde preventiva (disciplina do curso) que é para ensinar para gente como aceitar as doenças oportunistas que aparecem quando a gente já chega em uma boa idade. (B10)

Verifica-se que essa universidade aberta contribui para reflexão e aquisição de conhecimentos a respeito do envelhecimento e da velhice, mostrando aos seus participantes como se dá o envelhecimento humano, tal como processo natural e também esclarece as principais transformações na saúde atreladas ao fenômeno da velhice. A saúde é entendida de forma humanizada, em que se consideram todas as dimensões constituintes do ser humano – social, psicológica, biológica, cultural, espiritual, entre outras.

Sabe-se que a saúde é um direito fundamental do ser humano, reconhecida como o maior e o melhor recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, como também uma das mais importantes dimensões da qualidade de vida (BUSS, 2003).

Muitas vezes o idoso ou tem acesso à serviços de saúde precários ou não os têm ao seu dispor, e a educação para saúde difundida na UMAP pode configurar o seu único meio para os cuidados e manutenção da saúde.

No projeto a educação para saúde é desenvolvida por meio da troca de informações, saberes e vivências, as quais são conduzidas para impulsionar a reflexão e compreensão a respeito de sua existência e visão do mundo, oportunizando novas formas de viver, superar as dificuldades e permitir a transformação pessoal e social.

Durante a pesquisa, grande parte dos entrevistados referiu o aprendizado da identificação de doenças e dos cuidados a serem adotados para evitar doenças. Ter consciência do seu corpo, das mudanças ocorridas na velhice e de possíveis sinais de algum agravo é fundamental para promoção da saúde, prevenção de patologias, recuperação e tratamento em fases iniciais das patologias, quando comumente apresentam melhores prognósticos. Essa perspectiva pode ser observada nas seguintes falas dos entrevistados:

Tenho capacidade de desvendar quais tipos de doença ocorrem, os sintomas e tal. (B1)

Por exemplo, a alimentação. Agora eu tô cuidando melhor dela (saúde). Como trabalhar a alimentação para eu melhorar. O que eu preciso comer. E com as aulas eu estou conseguindo entender e me cuidar mais. (A4)

De saúde, para eu me cuidar. Meus filhos falam que eu estou tratando minha saúde diferente. Estou me cuidando [...]. (A3)

Ah é assim, por exemplo, cada matéria que a gente dá, é uma descoberta para gente. Porque a gente não sabe sobre principalmente das doenças, da saúde, e às vezes a pessoa fica ali desligada, não vai procurar um médico, não se consulta. E através das aulas sobre as doenças que a gente aprende, então a gente já atina para isso, de se consultar. (B3)

A prevenção e a promoção estão presentes em todos os níveis de atenção a saúde, de modo a encorajar e estimular um comportamento no indivíduo que revele precocemente problemas, um tratamento adequado e um repasse de informações, a fim de evitar o adoecimento ou de restabelecer a saúde. Na reabilitação, a atenção está ligada a doenças crônicas ou terminais, objetivando ampliar o potencial para viver melhor ou morrer com dignidade (PAZ; SILVA, 2004).

Vinculada à promoção de saúde está o autocuidado, em que os idosos passam a adotar hábitos saudáveis de cuidado com o próprio corpo, visando favorecer a saúde e evitar patologias. Entre os fatores que despertaram o cuidado entre os participantes está a

alimentação e a atividade física, os quais são primordiais para aquisição de uma vida saudável. Foi um ganho retratado pelos participantes da turma de calouros.

Não tava cuidando de minha alimentação e nem fazendo exercício e eu melhorei muito. (A3)

Já influenciou minha saúde. Eu não fazia física (exercício físico) e agora eu faço. Fazia anos que eu não fazia. (A6)

Eu não fazia atividade física, e hoje estou fazendo por causa da UMAP. (A9)

Como me alimentar melhor, fazer atividade física, hábitos de alimentação fora de horário, hoje eu não faço mais isso. (A12)

Influenciou na alimentação, que sempre deve ter uma alimentação correta. Aqui na UMAP a gente aprende muito sobre alimentação e a gente tá tendo um cuidado sobre o corpo. (A2)

A física (atividade física) que a gente faz se sente muito bem. Quando a gente vem pra cá, desenvolve a mente e o corpo e a gente se sente bem. (A1)

Melhorou minha saúde. Aqui eu passei a fazer atividade física e está desentrevando um bocado, hoje já estico minhas pernas, tenho mais movimentos no corpo e parece que os movimentos tão esticando a gente. (A8)

Outra questão relacionada a promoção da saúde presente nas entrevistas foram os estímulos e a manutenção da capacidade cognitiva dos(as) idosos(as), como a memória, atenção e concentração. A educação em saúde engloba a dimensão cognitiva do indivíduo, no sentido de maximizar essas habilidades por meio do processo de ensino-aprendizagem e de os manter por mais tempo possível aptos em suas atividades cotidianas, como relataram alguns participantes:

Olha, para falar a verdade, eu esperava assim, porque esse nosso curso é mais para gente manter a mente trabalhada, né? E mesmo também para movimentar a mente, não se deixar morrer. (B3)

Porque até então, só ficar em casa fazendo o que? Só pensando besteira. Até revitaliza mais a memória da gente né. Aí temos direito, informática, que é uma coisa excelente que você põe sua memória para funcionar, [...] Aprendi de modo geral, o que é que eu digo, eu tive um conhecimento muito bom, porque as vezes você é muito exausta por certas coisas e você memorizando, falando, lembrando o que o professor havia falando antes. (B5)

E também estimula a aprendizagem que é muito bom. (B10)

Você sabe que a memória não tá mais a mesma coisa. Aqui a gente relembra tudo do ensino médio. (A1)

A consequência de se ter idosos esclarecidos quanto aos cuidados com a saúde é a redução de despesas com remédios e tratamentos mais complexos, principalmente nos níveis secundários e terciários, para o indivíduo e o sistema público de saúde. Estudos apontam que a pessoa com mais idade apresenta mais doenças crônicas e utiliza dos serviços de saúde com maior frequência (COSTA; VERAS, 2003). Assim, a educação em saúde tem papel fundamental como um instrumento de promoção de saúde e prevenção de doenças.

Nas práticas de educação em saúde deve-se considerar a realidade do público alvo, respeitando e adaptando a suas particularidades biopsicossociais quando necessário. Na realidade dos idosos algumas especificidades devem ser ponderadas, por exemplo, as alterações visuais nos aspectos biológicos e a dificuldade no manuseio das novas tecnologias nos sociais. A passagem da entrevista da participante B3 nos remete ao cuidado que a UMAP tem em adequar suas atividades a especificidade dos participantes: “Aí, quando a gente sente uma dor na física (educação física), a gente vai fazer uma atividade adequada ao corpo da gente.” (B3)

Vale ressaltar que a atividade educativa encontra barreiras para seu bom desenvolvimento, dentre elas, está a falta ou desconhecimento de uma metodologia adequada, a qual promova a participação e procure, na realidade dos indivíduos, a resolução de suas dificuldades (PEREIRA, 2008).

Dessa maneira, sugere-se que o participante ao conhecer sobre práticas saudáveis, tenha condições de as adotar na sua rotina, o que pode contribuir para prologar e desfrutar sua vida com qualidade. O indivíduo quando possui saúde e se sente bem com sua vida, apresenta subsídios para atuar ativamente em sua família e na sua comunidade. Corroborando com essa ideia, Paz e Silva (2004) acreditam que conferir ao indivíduo uma participação ativa dentro da sociedade, possibilita sua interação com o seu meio, capacita-o a vencer obstáculos e superar suas limitações pessoais, de forma a valorizar o seu potencial de criação, e seu agir para alcançar um significado maior pela vida.

Diante disso, verifica-se a importância de o indivíduo ser esclarecido sobre seu processo de envelhecimento, de modo, a favorecer um olhar crítico a respeito da velhice e contribuir para sua promoção da saúde, bem estar e qualidade de vida.

A educação para saúde tem impacto direto na manutenção e favorecimento da autonomia, independência e qualidade de vida do sujeito idoso. Segundo a Portaria n.º 2.528/2016, a saúde da pessoa idosa apresenta conexão direta com sua autonomia e independência (BRASIL, 2006). Moraes (2012) acrescenta que o bem estar depende da funcionalidade, traduzindo na autonomia e independência, as quais conduzirão a pessoa a ser capaz de cuidar de sua vida. Acrescenta, ainda, que para se alcançar uma vida autônoma e independente é preciso ter o funcionamento equilibrado das funções cognitivas, humor (participação social), mobilidade e comunicação.

A noção libertadora de educação preconizada por Paulo Freire (1987), no contexto da saúde corrobora com um processo de ensino e aprendizagem que desenvolva a pessoa de modo ativo, crítico e transformador, na perspectiva de transformação social, favorecendo a

qualidade de sua vida e da coletividade a sua volta. Para o alcance de seus objetivos, a educação deve transpor a noção de transferência de informação e a visão bancária de opressão do indivíduo e permitir a construção de conhecimento coletivamente. Para o autor a educação não deve ser imposta, porém deve considerar a história dos sujeitos e a relação com o mundo (FREIRE, 1987).

Verificou-se que o programa para idosos da Unifap impulsiona a transformação dos indivíduos na esfera da saúde, sendo referida a adoção de cuidados com o corpo físico e mental que promovem saúde e previnem possíveis agravos. Acredita-se que o alcance dessa modificação de hábitos de vida só foi possível devido a disposição de atividades que envolveram os discentes, respeitando a individualidade e o contexto de cada um.

Com isso, a educação que visa melhorar a saúde, oferecida pela Universidade da Maturidade por meio de suas disciplinas, permite ao idoso conhecer sobre o envelhecimento e os cuidados com seu corpo, estimulando a autonomia e independência que são essenciais para o seu bem estar e qualidade no viver, assim como uma velhice saudável. Os participantes entrevistados reconheceram o ganho dessas atividades em suas vidas, sendo uma das principais categorias que emergiram de suas falas.

5.2.3 Socialização

Uma característica marcante nos relatos dos sujeitos envolvidos na pesquisa, durante as entrevistas, foi a socialização. Observou-se que ao falar a respeito da Universidade da Maturidade e sua relação com a velhice, 71% dos entrevistados da turma A e 91% da turma B procuraram o projeto por esse motivo ou perceberam a melhora nessa área.

Denominaremos de categoria socialização os conteúdos relacionados com a troca de experiências, sentimento de pertencimento a um grupo, de estar em contato com o outro e de construção de vínculos afetivos, os quais foram diversas vezes percebidos nos relatos dos participantes do programa, tanto entre os calouros quanto os regressos, que de alguma forma mostraram sua importância para os idosos e o alcance do projeto no meio social.

A socialização neste contexto é interpretada como uma forma de reinserção da pessoa idosa na sociedade, ocorrida em virtude da perda de seus papéis sociais, os quais desencadeiam o isolamento e exclusão social.

Sabe-se que o indivíduo em todas as faixas etárias se desenvolve no meio social em que está inserido, sendo que o idoso apesar de constituir a sociedade, encontra-se à sua margem, por ter se tornado sem utilidade diante do modo de viver capitalista. O fator idade não deve ser determinante para o desempenho de papéis no meio social. A socialização dos

idosos é conduzida em uma sociedade da qual nunca estiveram ausentes, porém foram postos de lado. É importante a integração do idoso na sociedade, destacando a sua valorização e a manutenção da socialização (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012).

Para Moragas (1991), a socialização se desenvolve ao longo dos anos na vida do indivíduo, permitindo a integração à dinâmica da sociedade, ou seja, aos seus valores, costumes e cultura, demonstrando um processo de continuidade que não se encerra na velhice. O autor atribui etapas na constituição da socialização, sendo a aceitação, na qual ocorre a interiorização de valores; a acomodação, na qual há intensificação da interiorização e adequação de valores extrínsecos aos intrínsecos da pessoa; a adaptação, com uma modificação mais intensa do comportamento do sujeito; a assimilação, na qual pessoa interioriza permanentemente valores do meio social; e a integração, na qual prediz a interiorização integral de valores externos de seu comportamento.

A sociedade passa por contínuas mudanças, sendo que o mundo hoje não é mais o mesmo quando os idosos estavam nas fases da vida anteriores, precisando acompanhar a dinâmica social atual. O idoso necessita entender o mundo em sua volta e suas respectivas dimensões (cultural, política, econômica, tecnológica, entre outras) para poder integrar e interagir a sociedade de modo ativo (CACHIONI, 2002).

O idoso vive hoje em uma dinâmica social diferente de quando era mais jovem e precisa acompanhá-la, de modo a entender o mundo à sua volta e suas respectivas dimensões (cultural, política, econômica, tecnológica, entre outras) para poder integrar e interagir a sociedade de modo ativo (CACHIONI, 2002).

A UMAP da Unifap, como uma Universidade Aberta para Terceira Idade – UnATI, busca a socialização do seu participante, objetivo esse frequentemente percebidos pelos entrevistados. Um dos principais motivos, por exemplo, apontados por eles para entrarem no projeto foi a procura de uma integração e interação social, de reconhecida importância, conforme suas respostas ao serem indagados sobre os motivos que os levaram a estar na universidade.

Ter novos conhecimentos, novas amizades, socializar com os colegas. Aqui nós somos uma família, um ajudando o outro. (B6)

Entrosamento com outras pessoas e interação social. Fazer novas amizades e ter novos conhecimentos. Eu me sentia só em casa porque todo mundo de casa saía. (A10)

É por isso também que eu vim, para sair de casa, conversar, encontrar amigos, fazer amizade. Cheguei aqui fiz amizade, eu me dou com todo mundo aqui. (B2)

Evidenciou-se casos de solidão do idoso, em que a pessoa se via só em casa diante da interrupção de sua rotina de trabalho (a maioria se encontra aposentada) ou mesmo da superação da função principal materna, a de criação dos filhos e dos afazeres domésticos (prevalência feminina), devido os filhos já serem independentes e possuírem sua própria família. A vida atarefada de seus familiares acentua a situação de solidão. Assim, emergiram a relevância de estar em contato com o outro e construção de vínculos afetivos, notados nas falas dos participantes B5, B1 e A8.

Antes do programa UMAP você ficava deprimida ali dentro de casa, só com aquilo caseiro mesmo, tarefas de casa, que você fazia, não que não deixe de ser um compromisso ainda hoje. (B5)

Eu me sentia praticamente só, porque depois que a gente ficou só, exemplo, as crianças todo mundo criado, cada um no seu canto, meus pais morreram, a esposa morreu. (B1)

A gente fica parado em casa sem ter o que fazer. Aí, a minha filha deu a ideia de eu voltar a estudar pra não ficar parada. A solidão me fez vir para cá. É muito bom conhecer novas pessoas pra dialogar com os outros e trocar experiências. Na nossa idade, mesmo cercada por pessoas, a gente se sente só porque ninguém pode viver em função da gente. (A8)

A inclusão dos aposentados e donas de casa no meio social favorece a sua valorização pela sociedade, bem como o seu desenvolvimento e a introdução ao atual contexto socioeconômico em que estão inseridos (CACHIONI, 2002).

Corroborando com essa situação, os indivíduos com mais de 60 anos não querem se tornar um peso aos seus familiares e aceitam o isolamento e a solidão para não provocarem algum tipo de trabalho aos seus entes, especialmente os filhos já criados, segundo o descrito nos relatos.

Eu não posso ocupar a família deles, eles têm a vida deles pra viver e eu não vou querer meus netos comigo. (B6)

Com certeza eu me senti só de ficar em casa, porque minha filha e o marido dela trabalham, e uma hora dessas ia ficar só em casa. (B10)

Percebeu-se que a solidão além de ser oriunda da perda de sua função principal na fase adulta, em que os arranjos de trabalhos foram extintos, ocorre também em decorrência das perdas de familiares próximos, em especial o cônjuge. Dessa maneira, muitos relataram o sentimento de tristeza e até depressão em decorrência do luto vivido ou de se sentirem só, tal como exemplificado nos discursos de A11, A12, A14 e A6.

Depois que minha esposa faleceu, eu achei que era um meio de não ficar triste em casa. Ela me faz muita coisa. [...] fluir minha solidão. (A11)

Resolvi vim porque minha mãe faleceu, eu tava me sentindo sozinha com duas crianças em casa. (A12)

Eu perdi meu irmão e depois a minha mãe. Eu me sentia muito triste e sozinha a vida toda chorando, mesmo com a casa toda cheia de gente, a gente se sentia sozinha e a UMAP me ajudou. (A14)

Tendo um lugar com amigos é bom pra autoestima e tira os pensamentos ruins pra quem fica sozinha. (A6)

A solidão e o enfretamento do luto de forma inadequada podem levar a problemas mais sérios, como depressão. Nesse sentido, nota-se a contribuição deste programa para favorecer a saúde emocional e as habilidades sociais. Segundo Vellas (*apud* CACHIONI, 2002), a exclusão social é causadora de muitas patologias.

Outros fatores que emergiram foram o pertencimento de grupo e o compartilhamento de experiências. A troca de experiências entre os idosos no curso dessa universidade aberta foi amplamente citada em suas falas. Percebe-se que essa troca realizada no espaço em que ocorre a socialização contribuiu para o engajamento social, a reflexão acerca de aspectos psicológicos e de saúde.

O participante percebe que as suas lutas e sentimentos são semelhantes a de outros membros, o que pode levar a escolha de outras estratégias de enfretamento de um problema, sendo um momento de aprendizado e ensinamento. E ainda leva-o a visualizar e entender que não está só em suas lutas, que os efeitos oriundos da velhice são produto natural do envelhecimento humano e que ocorrerão com todos os indivíduos, sem distinção. Os entrevistados de ambas as turmas expressaram essa transferência de vivências entre os participantes, de acordo com trechos:

A comunicação e a amizade também. A convivência com os colegas, troca de experiência, convivência de outras pessoas mais velhas, aprendi muita coisa. A gente tem muita troca de ideia, sabedoria e aprende muita coisa. Eu aprendi convivendo e me esforçando de forma da minha vida e da convivência entre família, amigos. (B8)

Antes me sentia só, a necessidade de estar com outras pessoas, o tratamento que temos aqui é muito bom. Sobre a socialização com pessoas da nossa idade, compartilhamos nossas experiências ouvindo e sendo ouvida, as dificuldades das pessoas. Outras pessoas passaram por dificuldade e venceram e é motivante. (A5)

Eu me sentia muitas vezes sozinha assim nas tardes. Olha o que mudou, porque como eu te falei, eu sou um pouco travada para fazer amizade com as pessoas né, então isso está me ajudando a compreender mais as pessoas. Então, para isso a gente aprende aqui, porque aqui mesmo que não queira, eu vejo o depoimento das pessoas, quando chega o professor de direito, de saúde preventiva, precisa ver cada um tem uma queixa, um depoimento, então isso é muito importante. (A7)

Para Cachioni (2002), também essas atividades que permitem compartilhar as vivências de cada participante objetivam o desenvolvimento das relações interpessoal e grupal.

É inegável a contribuição da Universidade para a Terceira Idade para o fortalecimento do sentimento de pertencer a um grupo, resultando na valorização do idoso e na melhora da sua autoestima e bem estar, de acordo com o registro do entrevistado A14. Os idosos se sentiam isolados no ambiente doméstico, sem utilidade e valor, estando muitas das vezes tristes pelas perdas ocorridas em suas vidas. Integrar e pertencer a grupos como o do programa pôde resgatar um novo sentido em suas vidas, tornando-os protagonistas de sua própria vida e do meio em que vivem, afastando-os da solidão e do isolamento.

Aquí a gente se torna uma família, cada um com um sorriso, uma conversa, um testemunho, a gente vê que tem gente com coisa mais pesada que a gente, a UMAP me ajuda nisso. Há uma troca. (A14)

Nesse sentido, foram retomados ou despertados projetos de vida, revelando que o idoso não acredita mais em um cenário de finitude do seu ciclo de vida à espera da morte e que sim a velhice pode ser vivida com propósitos, experiências novas e desfrutada de forma ativa, como em outras fases anteriores. Os sujeitos envolvidos na UMAP acreditam que a educação é e foi importante para a mudança em seus hábitos e pensamentos na velhice, pois relataram que a aquisição de conhecimentos impactou a forma de viver, transformando sua perspectiva diante do novo, a velhice. Nota-se que a aquisição de conhecimento foi o principal motivo que os levaram a ingressar na universidade aberta, sendo constatado nos seguintes discursos.

Gosto muito do conhecimento, de estudar. O conhecimento nunca acaba, né? Vai sempre renovando. Como sempre digo para alguns idosos, se a gente parar, que venha pra UMAP que a gente tem muitos novos conhecimentos porque em casa não vamos conhecer nada. Ficar só na televisão e dormindo a gente adoce até morrer. A gente aprende muita coisa e se sente bem. (A2)

Parei de estudar para cuidar dos filhos. Então, como dizia, parei de estudar pra educar meus filhos e nunca eles foram trabalhar pra ninguém e como já estão todos formados agora é a minha vez. Eu me sinto realizada porque eu parei e tinha vontade (de voltar a estudar). (A3)

Grande parcela dos entrevistados almeja acessar um curso no ensino superior e acreditam que UMAP pode lhe ajudar, pois permite estimular o processo de ensino e aprendizagem. E também pelo fato de adentrarem no mundo universitário já se configurou como uma vitória para os entrevistados e os incentivou à retomada dos estudos regulares. Assim, consolida um novo significado à velhice, isto é, uma fase de aprendizado, desenvolvimento de habilidades e capacidade de atuar no espaço público, demonstrado nos trechos das entrevistas abaixo.

Eu sempre tive vontade de estudar. E eu acho que estando aqui, eu tô mais perto, se eu aprender e me esforçar mais, deu passar no vestibular. Eu gostaria de passar no vestibular. (A7)

Eu tava em casa ociosa, mas eu tinha interesse de estudar e fazer uma faculdade, tanto que fiz o EJA. (A8)

Eu sempre quis ter um curso superior. (A13)

Corroborando com essa ideia, Rozendo, Justo e Correa (2010) acreditam na simbologia presente na inserção do idoso nas Universidades Abertas para Terceira Idade, pois representa o antigo sonho de entrar na universidade. O ambiente das universidades carrega o valor da sabedoria, sendo que os idosos adentram neste mundo social novo para eles, se afastando das antigas rotinas domésticas.

A entrada na velhice, tal como descrita anteriormente, é marcada pela ampliação do tempo livre. Ressalta-se a importância de preencher esse tempo com atividades significativas e que os desenvolvam, pois o efeito da ação humana ultrapassa ocupar por ocupar, sem sentido para seus sujeitos. As atividades não devem ser apenas para ocupar o tempo, porém para lhe ressignificar a vida nesta etapa. Assim, conhecer suas particularidades, histórias de vida e permitir a participação do idoso são essenciais para oportunizar atividades humanas significativas e para o sucesso de ações públicas. O tempo livre foi apontado como um fator que levaram os idosos a procurarem a universidade voltada para terceira idade, em busca de produtividade e significado, conforme os relatos.

A UMAP ajuda a preencher o tempo. É importante porque preenche muita coisa na vida da gente. Preenche o tempo vazio. (A14)

O motivo foi sair de casa, porque ficava muito tempo dentro de casa. As vezes a gente fica em casa sem fazer nada, é melhor fazer amizade, conhece gente diferente, faz amigos. (B3)

O idoso após anos da vida dedicando o seu tempo às obrigações e ao trabalho, incluindo o doméstico, senti que neste momento pode realizar atividades mais prazerosas. Hoje o tempo livre na velhice é mais favorável quando comparado com gerações anteriores.

Na análise de De Masi (2000) na sociedade pós-industrial ocorreu a ampliação do tempo livre dos indivíduos que trabalham e também o número de sujeitos que não trabalham, como estudantes, desocupados e idosos. E acrescenta a libertação do trabalho como expressão de obrigação e que a sociedade caminha para a direção de uma relação de prazer e de alegria do trabalho e o tempo livre.

A maioria dos participantes sentiu referiu a vontade de estar com seus pares, sendo que a motivação para adentrar na UMAP ultrapassa apenas a noção da busca pelo

estudo. Acredita-se que, como em todas as fases da vida, a relação com outras pessoas é uma necessidade que se intensifica na velhice por fatores relacionados a solidão vivenciada.

Em sua pesquisa Menezes e Frota (2012, p. 497) concluíram que:

A inserção do velho no grupo possibilita-lhe, portanto, outro olhar ao mundo, na medida em que abre oportunidades ao novo. O fato de conhecer novas pessoas – mais do que isso, de identificar-se com elas – traz o sentimento de pertença e, com isso, surgem os elos de amizade, fundamentais no processo de autonomia e construção de novos projetos de vida. Ao adentrar ao grupo, o velho passa a se interessar mais por si mesmo, a interagir com outras pessoas, a ser mais curioso pelo outro e por novas informações. Esses aprendizados representam uma forma de renovar a vitalidade e de viver mais e melhor.

Considerando a delimitação do aparecimento da velhice proposta por Frias (1999), como caracterizada pela falta de trabalho e propósitos para uma vida futura, somada a situação de solidão, perdas dos entes próximos e saídas dos filhos de casa; a UMAP lança mão de práticas que minimizam tais aspectos negativos comumente presentes na velhice, de modo a dar outro tom ao seu significado tanto para os que a estão vivenciando quanto para comunidade em sua volta, tendo impacto nas esferas mais pessoais e individuais e também nas familiares e sociais.

Os idosos participantes constroem um grupo de indivíduos vivenciando uma etapa da vida semelhante por meio do estabelecimento de vínculos mútuos e isso possibilita o favorecimento da confiança interpessoal, bem como dos objetivos do projeto de extensão, como a inclusão social e o resgate de um papel ativo na comunidade, configurando um bom desempenho dos atores envolvidos e institucional.

Analisando a relação de grupos de idosos com a ideia do capital social postulada por Putman, o qual se entende como um facilitador da cooperação voluntária, contribuindo para a construção de círculos virtuosos para o bom desempenho institucional, e ainda que o capital social utiliza a confiança interpessoal como meio gerador de resultados no desempenho institucional, tendo como característica o desenvolvimento de um bem público (PUTMAN, 2006), pode-se sugerir o desenvolvimento de capital social na experiência dos participantes da UMAP.

Nesse sentido, para Putman (1993, p. 35-36) o capital social é entendido como as “características de organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a ação e a cooperação com vista a um mútuo benefício”.

O projeto de extensão pode ser comparado às instituições citadas por Putman, apesar de se tratar de uma estrutura mais simples do que as instituições públicas complexas

existentes. Dessa forma, o projeto em questão desvela uma fonte de capital social. Para o bom desempenho do projeto é necessário a cooperação de todos os sujeitos envolvidos, desde a equipe de colaboradores aos participantes, a fim de se favorecer a construção de uma comunidade cívica, ou seja, uma produtora de capital social.

Percebe-se que essa associação de idosos resulta em um bem público para a sociedade, sendo um espaço que pode ser desfrutados por todos e oportuniza a efetivação das políticas públicas voltadas aos idosos, como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.

Outro assunto fortemente vinculado ao grupo de idosos é a Mudança Cultural vivenciada por eles. O capitalismo marcado pela produtividade, lucratividade e avanço tecnológico repercutiu nas relações humanas e a redefinição de papéis dentro da sociedade contemporânea. A valorização da ciência e do trabalho resultou em um olhar estigmatizado para pessoa idosa, vista assim, como sem utilidade para o mercado e impotente frente à rapidez dos acontecimentos no mundo tecnológico. As transformações culturais oriundas da tecnologia foram notadamente percebidas no papel do idoso na sociedade, o qual antes era valorizado pela sua sabedoria, experiência e tradição.

Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico acarretou também o avanço da ciência, em especial na área da saúde, proporcionando o prolongamento da vida do ser humano, bem como maior número de instrumentos de apoio para geração e manutenção de uma velhice autônoma e independente, refletindo na qualidade do viver. Este cenário, somado a diminuição de fertilidade, impactou na composição da população mundial e do Brasil, sendo crescente a quantidade de idosos e reduzido o número de jovens.

Nesse contexto, surgiram diversas iniciativas e práticas para a reconstrução do papel da pessoa idosa dentro dessa nova era digital, culminando em políticas públicas voltadas a esta demanda, como a Universidade da Maturidade. Os conhecimentos na área da computação, oferecidos no programa, permitem ao idoso manipular os meios digitais a fim de integrar as novas formas de relações pessoais e sociais nos dias de hoje, atualizando-os frente à dinâmica vigente na sociedade. Espaços que possibilitem a inclusão social, sociabilidade, aprendizado, troca de experiências, lazer, entre outros foram necessários para contribuir na ressignificação do envelhecer e da velhice.

“A mudança cultural provocou a troca de valores de sobrevivência para valores de auto expressão” (INGLEHART; WELZEL, 2009), nesse sentido a figura de muitos idosos como o indivíduo aposentado, que está fora do mercado de trabalho e vive isolado dentro de casa, lidando apenas dos afazeres domésticos se enquadraria nos valores de sobrevivência. E

os grupos de idosos, como o programa em estudo, são espaços que oportunizariam valores ligados a auto expressão, criatividade, autonomia, independência e participação.

A socialização apresenta-se como um dos objetivos da UMAP e que possui impacto direto nos seus participantes, os quais buscam locais para se integrar a seus pares e comunidade. Averiguou-se que a socialização é um importante fator que levou os idosos a procurar o projeto e que também é um efetivamente aspecto desenvolvido, resultando na melhor satisfação com a vida, pois se sentiram valorizados e engajados socialmente.

Foi percebida entre os calouros e regressos esta categoria de modo semelhante, por isso os registros são de ambas as turmas. Foi percebida sua relevância e uma busca a ser galgada pelos entrevistados, por conta da dificuldade enfrentada na velhice ao se deparar com as perdas de cunho social em suas vidas.

Com isso, a Universidade para Terceira Idade oportuniza o desenvolvimento da socialização, estabelecendo um novo cenário social para os idosos, que lhe assegurem os respeito a suas especificidades, o exercício da cidadania e o desempenho de papéis, fortalecendo a identidade do idoso na sociedade como membro necessário para o seu bom andamento.

5.2.4 Emancipação

Foi perceptível a contribuição da Universidade da Maturidade para a emancipação dos seus alunos, estando presentes esses aspectos no conteúdo das falas de 64% dos calouros e 73% dos regressos. O conjunto de disciplinas desenvolvidas nas áreas de Ciências da Saúde, Artes, Ciências Humanas e Tecnologia, permitiram aos idosos refletirem sobre sua função ativa na comunidade, reconhecendo a sua condição e valor como essencial para a estruturação da sociedade.

Entende-se a concepção de Paulo Freire sobre uma educação voltada para emancipação, ou seja, “como ação cultural para a libertação, pode se constituir em instrumento valioso em projetos e ações direcionados ao empoderamento dos sujeitos” (Baquero, 2012, p. 184).

O autoconhecimento da pessoa idosa oriundo do empoderamento repercute no estabelecimento de sua representatividade no meio social, respeitando a heterogeneidade existente na velhice e em suas formas de viver. E ainda encoraja a luta por conquistas e efetivação de direitos e sua atuação nos espaços públicos, favorecendo uma velhice com bem estar, participação e cidadania.

Conforme abordado por Meirelles e Ingrassia (2006), o empoderamento é a tomada de consciência do indivíduo de sua realidade no contexto social, possibilitando o poder ter controle sobre o curso de sua vida.

O processo de empoderamento se dá por meio da conscientização, sendo esta entendida como um conhecimento desenvolvido na conexão entre o homem e o mundo (na práxis), conduzindo o sujeito à consciência crítica da realidade e detenção do real, não se construindo dentro de um vazio, nem pelo repasse de um conhecimento para que o outro obtenha como seu. A educação libertadora opera na transformação do entendimento da realidade, porém não na mudança efetiva da realidade, a qual precisa de ação política para ocorrer a transformação social (FREIRE, 1979).

Para Baquero (2012, p. 182) “A tomada de consciência não se dá de forma isolada, mas através das relações que os homens estabelecem entre si, mediados pelo mundo”.

O conhecimento possibilitou a conscientização dos idosos quanto à sua realidade, envolvendo seu autoconhecimento e a compreensão do mundo ao seu redor. O programa despertou a reflexão sobre a identidade das pessoas com mais idade nos espaços coletivos, oportunizando a tomada de poder pelos idosos sob suas próprias vidas e contribuindo para sua integração social. Aflora um novo significado na vida dos participantes, que enxergam possibilidades de vivenciar a velhice respeitando suas especificidades, retratada pela fala dos seguintes entrevistados:

A UMAP me ajuda, me ensinando a ver coisas que eu não via. Eu dizia que por ter 60 anos eu não aprenderia mais nada, mas era uma coisa totalmente diferente. A UMAP estimula a gente a querer aprender e viver mais. (A1)
 Então, a UMAP traz esse conhecimento e evolui a pessoa. (A2)
 Mas eu achei que eu me acordei depois que voltei a estudar aqui. (A7)
 Através desse curso a gente teve um aprendizado melhor. As pessoas idosas tem capacidade de aprender, desenvolver. Hoje tenho uma nova visão da vida. (B6)
 Progressiva, na parte do aprendizado. Muita coisa eu não sabia e hoje em dia eu sei. (B8)

A aquisição de conhecimentos acerca da legislação e políticas públicas específicas para o idoso foi notadamente indicada pelos participantes como importante para o sua emancipação e autonomia, segundo a fala dos participantes a seguir:

A partir do momento que você passa a conhecer os seus direitos, pois quando você não sabe uma coisa a gente passa por cada decepção na vida da gente. Quando você aprende você passa a exigir. Descobri meus direitos aqui na UMAP porque lá fora ninguém fala. (A1)
 Estou aprendendo muita coisa sobre o direito do idoso. Conhecimento é poder. Se você conhece pode exigir. (A3)

Hoje já consigo expressar meus direitos [...]. Mas hoje, com os estudos, tenho mais argumentos e me sinto mais a par para exigir os meus direitos. (A9)

A importância é que quando a gente passou a estudar Direito passamos a conhecer nossos próprios direitos e isso é importante. (B4)

Hoje eu conheço todos os meus direitos e antes eu não conhecia. (B6)

Antes do UMAP, é aquela coisa, eu não conhecimento, não sabia quase nada sobre meus direitos. E hoje não, qualquer lugar que eu chegue e veja qualquer coisa diferente, eu digo isso aí não é por aí. (B7)

No direito da gente, que eu não sabia que tinha direito disso, disso e daquilo, e agora eu sei que eu tenho. (B10)

Observa-se que apesar das leis serem direcionadas para este grupo etário, poucos participantes mostraram ter conhecimento prévio sobre elas, sugerindo o seu distanciamento no planejamento e efetividade de políticas públicas, bem como na participação social. Assim, a universidade aberta apresenta-se como um local de discussão acerca do assunto, pois permite a compreensão de seus direitos e o seu papel social e político na sociedade. Estar ciente a respeito de seus direitos é fundamental para seu acompanhamento, efetivação e proposição de melhorias, oportunizando e instrumentalizando sua participação na comunidade.

A compreensão da realidade oriunda da emancipação e autonomia envolve o acompanhamento da dinâmica atual da sociedade, entendendo a evolução histórica, social, política e cultura do mundo ao longo dos anos. Para os idosos que cresceram em uma época diferente, especialmente no que tange a era digital, é importante dominar esse meio, para que possam decidir sobre o seu uso no cotidiano, de modo a favorecer sua autonomia e independência.

Destaca-se que o domínio em alguns aspectos, principalmente nas atividades instrumentais da vida diária, como pagamento de contas e realização compras no supermercado, pode representar uma necessidade real para o idoso. Porém, em algumas circunstâncias, como uso de redes sociais, não podem ser imposta ao idoso como única forma de integração a sociedade digital; deve-se antes de tudo respeitar o poder de sua decisão diante da compreensão dos avanços tecnológicos, respeitando seus valores e as formas de integração social.

Os sujeitos B3 e B9 citam o ganho que tiveram em suas vidas após a compreensão da dinâmica social na era digital

A informática também, antes eu não sabia, graças a Deus já sei como é lidar com o computador, (...). Agora por conta da informática, faço muitas coisas só. (B3)

Pelo menos informática eu não sabia, e agora eu já sei um pouco. Mudou muito meu dia a dia, antes eu não sabia mexer no telefone agora já sei. Na informática eu não sabia mexer, não sabia nem pegar no computador e agora já sei. Eu estou

independente em tudo, porque de primeiro eu chamava minha filha para ir ao banco comigo, porque não sabia digitar minha senha, agora eu vou só. (B9)

Ressalta-se que as atividades desenvolvidas na UMAP carregam sentido aos seus participantes, não sendo um mero ocupar de tempo ocioso. Maioli e Cunha (2014) indicam que a educação destinada à pessoa com mais idade deve ultrapassar a noção de ocupação de tempo livre, e oportunizar atividades intencionais para que compreenda o contexto social, político e econômico à sua volta e assim garantir os seus direitos. Os idosos entram em contato com conhecimentos em diferentes áreas que contribuem para compreender o momento da vida que estão vivendo, ou seja, a sua realidade presente, enfatizado pelos entrevistados A3, B4 e A11.

[...] eu tô aqui pra aprender e não só pra passar o tempo. (A3)
 Não estou aqui só para passar o tempo, eu quero uma formação. (B4)
 Aqui eu vi que não, ainda tenho um tempo pra aproveitar. (A11)

O entendimento da realidade oriundo do processo de emancipação e autonomia tem papel na promoção ou resgate da autoestima dos idosos, percebidas por meio das falas:

Mas a gente recebe um diplomazinho no encerramento. Aquilo fortalece, fortifica a gente. Só o fato de estar ali com aquela turma tudinho, fortifica a gente. (B5)
 Voltar pra uma sala de aula me deixou muito feliz. (A9)
 A UMAP influenciou muito este meu sentir bem, porque eu era muito fechada, não conseguia me comunicar com as pessoas, e hoje não, eu tenho facilidade de conversar com qualquer pessoa. (B10)

Verificou-se que o favorecimento da autoestima se deu também pela relação entre os participantes, no sentido do cuidado com a própria imagem despertado pelo contato social, como A7 pondera: “Porque se eu venho para cá, eu não quero ser a velhinha mais feia, eu quero ser a mais bonita, entendeu? Então, é na roupa, no cabelo e na aparência”. (A7)

Acredita-se que a aquisição de habilidades na comunicação maximizou o ato de empoderar dos alunos. A história de muitas alunas foi marcada por isolamento doméstico, restrição de sua expressividade e em casos mais graves a violência contra mulher. A partir dos saberes e interação no grupo foi estimulada a capacidade de se expressar e dialogar com outros sujeitos, estabelecendo uma nova forma interagir que repercutiria na sua afirmação diante de situações individuais e sociais, como constatado pelas discentes B10 e B3.

Eu aprendi a me comunicar, porque vamos dizer se você chego agora, dizendo: “oi dona (seu nome)!”. Eu ia ficar te olhando. Eu era desconfiada, eu não conseguia (falar). Não sei se era por causa que eu tinha um marido que me trancava na casa, aí eu não conseguia me expressar, passava o dia todo trancada [...]. Eu venho para cá,

porque aqui eu aprendo as coisas boas, as matérias, o modo de me comunicar com as pessoas. A minha autoestima foi a coisa melhor que teve, tanto prova que hoje eu posso conversar com você, brincando, tendo liberdade que antigamente eu não tinha. (B10)

O meu modo de se expressar com as pessoas, eu era muito parada, calada. (B3)

O projeto em questão oportunizou aos participantes pensar a velhice com um novo olhar, apreendendo sobre as modificações próprias desta fase e refletindo sobre as perspectivas futuras, revelando um novo significado para vivê-la. O debate crítico a respeito do envelhecimento e do idoso favorece sua integração na sociedade, a qual ao mesmo tempo em que se realiza, conquista a sua representatividade e o protagonismo na dinâmica social. As transcrições abaixo trazem conteúdos que revelam a ressignificação da velhice.

Muitas coisas que eu não conhecia que eu tô conhecendo nesses estudos. Tudo pra mim é novo, mas agora eu tô conhecendo. As aulas diferentes das escolas que a gente estudou. (A6)

Estamos estudando coisas para nós mesmo, pra aprendermos a lidar com a nossa idade. Tudo que aprendo lá (é) pro meu bem-estar, pra minha qualidade de vida melhor. (A9)

Eu consegui enxergar outras possibilidades. (A11)

Aí depois eu vim saber que eu não sou velho, velho é o que a gente pensa. Quando digo que hoje eu não me sinto mais só é porque eu me vejo comigo mesmo. Eu não posso me acomodar e tenho que ir até o fim. (B4)

Para Oliveira e Oliveira (2011) o direito à educação é essencial para que se atinja a cidadania. Os discentes da universidade aberta por meio da educação são estimulados a construir ou fortalecer seu exercício de cidadania. Para que se tenha a efetividade dessas atividades é fundamental a participação do idoso, para atender a demanda específica do grupo e favorecer o seu engajamento, o que certamente refletirá no sucesso do programa. Dessa maneira, o “distanciamento entre a elaboração de um programa e a realidade vivenciada pelo idoso promoverá uma política deficiente, que não atende às necessidades da terceira idade”. (CUNHA; MAIOLI, 2014, p. 491)

Uma função importante realizada por grupos de idosos é proporcionar a participação destes indivíduos em atividades que permitam a troca de experiência e a expressão de seus anseios e obstáculos, contribuindo para compreender o universo do idoso, sua família e o contexto no qual está inserido, o que certamente subsidiará práticas e políticas públicas mais adequadas à realidade vivida por esse segmento etário. Esses espaços possibilitam a construção de conhecimento e emancipação do sujeito, estimulando uma participação ativa e de qualidade.

A participação dos idosos pode ser relacionada com o conteúdo de Democracia Deliberativa, no texto de Held (2006), o qual acreditava que por meio de encontros sociais era possível serem testados os pontos de vista individuais. Nos grupos de idosos percebe-se a troca de vivências, dificuldades, desejos e conhecimento, em que cada pessoa relata a sua forma de ser e ver o mundo, permitindo a construção de um ponto de vista comum para atingir os objetivos do grupo.

Para Rozendo (2010) as Universidades para Terceira Idade permitem fortalecer a pessoa idosa e apreender como um ator político na sociedade. Assim, o empoderar do idoso favorecido pelo projeto repercute na esfera política e contribui para repensar seu papel com mínimo de dignidade e de bem-estar no cenário capitalista permeado de desafios, principalmente para os mais pobres.

A Universidade da Maturidade também coopera para inserção do idoso no espaço público, ao lhe possibilitar a saída da esfera individual e familiar, ambientes os quais muitas vezes são os únicos responsáveis para lidar com os dilemas da velhice. Assim, oportuniza um canal de participação em ações públicas, construindo sua representativa e ressignificação na sociedade.

Conforme Maioli e Cunha (2014), por meio UNATI é possível inserir o idoso na educação, tendo como consequências sua integração social e exercício da cidadania. Cachioni (2002) acrescenta que esses programas objetivam resgatar a cidadania e a dignidade que são comprometidas pelo processo histórico social do mundo capitalista.

A UMAP, enquanto uma ação extensionista fundamentada nas políticas públicas para idosos, mostra-se como um espaço de ressignificação da velhice frente aos fatores positivos e negativos existentes no mundo contemporâneo, especialmente advindos da ciência e tecnologia, sendo um canal para a inclusão social, participação, emancipação e autonomia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Universidades Abertas para Terceira Idade se oportunizaram do fenômeno do envelhecimento populacional no Brasil, apoiada por legislações específicas para idosos, as quais têm o propósito de proporcionar-lhes condições mínimas de vida e bem estar. O projeto Universidade da Maturidade (UMAP) lança mão da educação e da inserção no ambiente acadêmico para ressignificar a velhice das pessoas em Macapá, considerando suas particularidades regionais e aproximando a universidade da sociedade, por meio da extensão.

Por meio deste estudo foi possível entender como se desenvolve o envelhecimento humano e as principais legislações existentes, as quais foram oriundas da crescente demanda de políticas públicas para os idosos e também fundamentam muitas ações públicas para estes indivíduos hoje. A universidade aberta para Terceira Idade da Unifap surgiu como produto da luta e da constituição de leis e práticas voltadas para promover uma velhice bem sucedida. Assim, concebeu-se que o projeto se desenvolve como expressão das conquistas do segmento da população com mais idade.

No primeiro capítulo teórico denominado de ‘Processo de Envelhecimento Humano’ dedicou-se a compreender desde o conceito de geração, o qual se relaciona com a categoria velhice, até a concepção de pessoa idosa, sendo esses os sujeitos do estudo, saindo de uma noção mais geral para uma mais restrita. Notou-se que o debate acerca da velhice surgiu após a ampliação da população idosa e repercutiu como um problema social das sociedades modernas.

Na sessão ‘Geração e a Velhice’, evidenciou-se como a definição de geração considerando a pluralidade do ser humano inserido em um contexto com múltiplas dimensões contribui para a compreensão de que os idosos do projeto influenciam e sofrem influência em suas vidas das diferentes variáveis que os cercam, como classe, sexo, ocupação, cor, renda, entre outros. Consolidou uma ideia de geração que ultrapassa os limites cronológicos, reforçando a singularidade de percepção do tempo para cada pessoa, como o idoso. Os seus referenciais teóricos contribuíram para construir o perfil sociodemográfico, o qual interage com diversas categorias.

A sessão ‘A pessoa idosa’ desvelou que além dos aspectos biológicos natural do corpo humano que envelhece, as condições sociais, culturais e econômicas são essenciais para conceber o idoso na sociedade capitalista, arraigada de preconceitos. Dessa forma, não se pode falar de políticas públicas voltadas para o idoso sem conhecer seu sujeito foco da ação.

O segundo capítulo teórico ‘Ações Universitárias para Pessoas Idosas’ tratou do objeto de estudo, porém para tanto foi fundamental apreender a respeito das políticas públicas, legislações direcionadas ao sujeito desta pesquisa, composto por duas sessões ‘Políticas Públicas Para Idosos’ e ‘Legislação específica para pessoa idosa no Brasil’.

Evidenciou-se o percurso de luta para se estabelecer a velhice como um interesse público que precisa ser garantida pelo poder público para a sociedade, revelando as principais leis que foram conquistadas e que subsidiam muitas ações para essa demanda. No entanto, ainda há muito para ser conquistado e consolidado, como o cumprimento da legislação já existente; e também a elaboração de uma legislação específica na área da educação que disponha da inclusão da temática da velhice e do sujeito idoso.

Ainda neste capítulo, tem-se a sessão ‘Universidades Abertas para os Idosos’, que descreveu como esse modelo de educação foi desenvolvido ao longo dos anos nos cenários mundial e brasileiro, o que foi importante para conhecer os modelos existentes que influenciam o projeto da Unifap. Tratou, ainda, das universidades abertas para os idosos propriamente dita, demonstrando a organização, estruturação, finalidades e modalidades presentes no Brasil.

Por último neste capítulo, foi exposta a proposta local da Unifap como uma ação destinada aos idosos amapaenses, ancoradas nas legislações e inspiradas nas iniciativas já existentes. Foi possível conhecer como se estrutura e é disponibilizado o curso, sendo que se aproxima da modalidade 5 empregada pelas Universidade da Terceira Idade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (U3I/PUCCAMP) e Universidade da Terceira Idade da Universidade Metodista de Piracicaba (U3I/UNIMEP), com influência do modelo francês.

Notou-se que a educação se dá de modo não formal e agregam grandes áreas do conhecimento, sendo importantes para compreender seus objetivos e as atividades, que posteriormente foram relacionadas e analisadas com as falas dos participantes e subsidiaram a constituição de suas percepções, com o fim de averiguar o efeito desse projeto na vida de cada um de seus participantes.

O quarto capítulo ocupou-se do caminho metodológico da pesquisa, com a delimitação do sujeito do estudo e os métodos traçados para atingir os objetivos. O último capítulo destinou-se a construção do perfil sociodemográfico e da análise de conteúdos das entrevistas, o que permitiu verificar a percepção dos participantes do programa.

Foi revelado o perfil sociodemográfico dos participantes do edital 2018 do programa, bem como especificamente dos entrevistados. A partir da delimitação desse perfil foi possível visualizar quem são e como vivem a parcela da população com mais idade na

cidade de Macapá. Reconhecendo suas particularidades e características regionais, será possível planejar, propor e efetivar políticas públicas para melhor atendê-los.

Foi notória a presença maciça feminina no programa, reforçando como em outros projetos semelhantes o seu importante papel na luta por uma velhice digna. A mulher idosa tornou-se símbolo na conquista de direitos e espaços que oportunizem a participação e a valorização da pessoa idosa. Os idosos tidos como mais jovens, na faixa entre 60 e 69 anos, foram a maioria neste programa, e como o projeto possibilita a prevenção e promoção da saúde, contribuirá para o prolongamento da vida e para uma velhice com mais qualidade quando atingirem um idade mais avançada.

Os conteúdos das entrevistas desvelaram como os participantes percebem sua vida, a Universidade da Maturidade e sua interferência, sobressaindo quatro categorias de análise que indicaram a ressignificação da velhice, sendo elas: condição da pessoa idosa, educação em saúde, socialização e emancipação. Nesse sentido, é um programa que de fato contribui para vida dos idosos, permite a troca entre as gerações e gera a reflexão quanto a temática do envelhecimento e a velhice, projetando o sujeito idoso na comunidade local. A UMAP é uma política pública que procura garantir os direitos da população idosa, promovendo a cidadania e uma velhice digna, tendo sua efetividade verificada pelas falas de seus participantes.

Constatou-se o poder de transformação da educação na velhice, no sentido de mudar a forma de compreender a si mesma e o mundo à sua volta, notadamente trazendo benefícios ao cotidiano dos idosos, que relataram a superação de estigmas atrelados ao sujeito “velho”, o que afastou o pensamento comum de “que se está velho demais para aprender”, e também favoreceu sua inserção social, autonomia, independência e emancipação e fortaleceu sua participação nos espaços públicos, no caso a instituição de ensino superior mantenedora do projeto.

O efeito da universidade aberta nos aspectos sociais e de saúde foi percebido. Os participantes mostraram que a partir dela foi possível compreender o envelhecimento humano e a velhice; favorecer a atitude do autocuidado do corpo, da prevenção e da promoção da saúde, bem como a socialização e a emancipação da pessoa idosa. Percebendo o impacto na saúde e no social dos idosos demonstrado nas categorias é possível verificar a eficiência e efetividade da UMAP como um espaço público de acesso livre à pessoa idosa, importante para o elevado perfil de idosos pobres e com poucas condições de vida.

Programas como esse podem configurar um refúgio e a principal opção para o idoso de baixa renda. Um convite para saírem do isolamento dos seus lares, entrem no

espaço público, serem notados na comunidade e impulsionar para descoberta de um novo mundo. Os participantes representam o retrato da situação dos idosos macapaenses com poucos recursos, uma minoria que busca espaços públicos nas políticas públicas que favorecem uma velhice digna.

O presente estudo mostrou a existência de um real impacto da UMAP na vida dos seus participantes, destacando a contribuição da educação para se vivenciar da melhor forma possível a velhice. Notaram-se experiências bem sucedidas de encarar a velhice, mesmo diante de muitos desafios envolta da questão, como a precariedade no acesso a serviços de saúde, os poucos recursos financeiros, a desvalorização e um histórico de direitos fundamentais negados (educação, saúde, trabalho, etc), que são barreiras encontradas pelos idosos para usufruir de uma vida digna.

Dessa forma, pesquisar o caso da Universidade da Maturidade é importante para o desenvolvimento do debate sobre a temática na região. Apesar de no Amapá não se encontrar o maior número de idosos, até por conta da sua tardia formação socioeconômica, faz-se necessário agir diante do fenômeno do envelhecimento o quanto antes, sendo que os dados de trabalhos com este podem subsidiar o entendimento e o planejamento de políticas públicas específicas para o idoso amapaense.

Cabe reafirmar a importância da efetivação de políticas públicas, como esta universidade, sendo instrumento de transformação de vidas dos sujeitos idosos, especialmente os em vulnerabilidade, afastando um teor de caridade e sim de assunção de responsabilidade do poder público em garantir uma velhice digna, como um direito fundamental. Diante dos retrocessos iminentes do cenário político, como a extinção de Conselho Nacional dos Direitos em da Pessoa Idosa, por meio do decreto nº 9.759, de 11 de Abril de 2019, é válido ressaltar a efetividade dessas ações.

A UMAP, além de ser um projeto de extensão, é um campo vasto para a pesquisa acadêmica e também para o ensino de muitos componentes curriculares dos cursos existentes na Unifap. Somado a isto, sugere-se que este programa amplie sua oferta de cursos e atividades para serem destinadas a um maior número de idosos, como por exemplo, um modelo que acrescente mini cursos e oficinas disponíveis semestralmente aos interessados, já aplicados em outras experiências de Universidades para Terceira Idade descritos na sessão 3.2.

E também se propõe o estabelecimento de parcerias com os cursos de graduação, de modo a oportunizar a matrícula dos idosos em disciplinas como aluno especial, para promover a interação entre as gerações e sua inserção na academia, conforme já vivenciado

em outras universidades para terceira idade. A participação dos idosos na formulação e organização do projeto deve ser estimulada, para que melhor atenda seus anseios e valorize sua experiência de vida, sendo importante incorporar no debate acadêmico da Unifap a temática sobre velhice, como forma de dar voz ao idoso amapaense.

Recomenda-se que a equipe da universidade voltada para pessoa idosa da Unifap deva ser composta por profissionais qualificados em diferentes áreas do conhecimento, como pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, para propor, realizar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo projeto sob um olhar interdisciplinar, o qual entende-se que melhor contribuirá para o alcance e sucesso do programa.

Isto posto, foi enriquecedor a realização desta pesquisa, pois mostrou como uma política pública é fundamental para a população, em especial aos idosos que histórica e culturalmente estão as margens do processo decisório da sociedade e que necessitam de ações que garantam direitos básicos de existência. Em se tratando de políticas públicas para idosos, verificou-se a realidade enfrentada por esta parcela da população, que muitas das vezes têm seus direitos negados ao longo da vida e chega nesta etapa em situação de marginalização e excluída das formas sociais presentes no sistema capitalista. Então, verificou-se que a UMAP é uma ação que traz benefícios para vida da pessoa idosa de Macapá, sendo um espaço acolhedor e que promove uma velhice com cidadania.

REFERÊNCIAS

- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em revisão. **Revista Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, jul./dez. 2015.
- AMAPÁ. Lei nº 0325, de 30 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a política estadual do idoso, cria o Conselho Estadual do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Amapá, 30 dez. 1996. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=675>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- _____. Lei Complementar Estadual do Amapá nº 21 de 2003. Institui a Região Metropolitana do Município de Macapá, Estado do Amapá, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Amapá, 10 out.2003. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=17537>. Acesso em: 06 mar. 2019.
- ARRUDA, Ivan Eduardo de Abreu. Reflexões sobre o idoso e o programa Universidade da Terceira Idade. **RBCEH**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 94-113, jul./dez. 2007.
- ASSIS, Marcella Guimarães; DIAS, Rosângela Corrêa; NECHA, Ruth Myssior. A universidade para a terceira idade na construção da cidadania da pessoa idosa. In: Alcântara, Alexandre de Oliveira; Camarano, Ana Amélia; Giacomini, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, abr. 2012.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **Redes – Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 77-93, mai/ago. 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUMAN, Zygmunt. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l’intersectionnalité. **Diogenes**, Paris, v.4, n. 225, p 70-88, jan/mar. 2009.
- BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Rio Grande do Sul: UNIJUI, 2006.
- BORTOLAZZO, Sandro Faccin. De Comte a Bauman: algumas aproximações entre os conceitos de geração e identidade. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 22, p. 121-144. 2016.
- BOURDIEU, Pierre. A ‘Juventude’ é apenas uma palavra, **Questões de sociologia**, Rio de Janeiro, v.7, n.8, p. 112-121, out.1983.

BRAGA, Sonia Faria Mendes. *et al.* As Políticas Públicas para os Idosos no Brasil: A Cidadania no Envelhecimento. **Diálogos Interdisciplinares**, Mogi das Cruzes, v. 5, n. 3, p.94-112, out. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, 2006. Disponível em: <

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html>. Acesso em: 06 mar. 2019.

_____. Lei nº 8842 de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 4 jan. 1994. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm >. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. Lei nº 10741, de 3 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 3 out. 2003.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BUSS, P. M. **Saúde, Sociedade e qualidade de vida**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

Disponível em:

<<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=8&infolid=34&tpl=printerview>>. Acesso em: 05 set. 2010.

CACHIONI, Meire. **Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade, para a Terceira Idade**: a experiência dos alunos da Universidade São Francisco. 1998. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1998.

CACHIONI, Meire. **Formação profissional, motivos e crenças relativas à velhice e ao desenvolvimento pessoal entre professores de Universidades da Terceira Idade**. 2002.

235f. Tese (Doutorado em Gerontologia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CACHIONI, Meire. Universidade da terceira idade: história e pesquisa. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 15, n. 7, p. 1-8, dez. 2012.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O Envelhecimento Populacional na agenda das Políticas Públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos sessenta?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CENEVIVA, Walter. Estatuto do Idoso, Constituição e Código Civil: A Terceira Idade nas Alternativas da Lei, **Revista A Terceira Idade**, São Paulo, v.15, n. 30, p. 7-23, maio. 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, E. F. A.; PEREIRA, S. R. M. Meu corpo está mudando o que fazer? In: PACHECO, J. L. et. al. **Tempo rio que arrebat**a. Holambra: Setembro, 2005.

COSTA, Maria Fernanda Lima; VERAS, Renato. Saúde pública e envelhecimento. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n.3, jun, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000300001>. Acesso em: 06 mar. 2019.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**: entrevista a Maria Serena Palieri. Tradução de Lea Manzi. 3 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Fapesp, 2012.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares. Envelhecimento Humano e Qualidade de Vida: responsabilidade da universidade neste século XXI. In: VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MONTEIRO, Maria Inês. (Org.). **Qualidade de Vida**: evolução dos conceitos e práticas no século XXI. Campinas, SP: Ipes, 2010.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. EnglewoodCliffs, N.J.: Prentice Hall, 1984.

FARINATTI, Paulo de Tarso Veras. **Envelhecimento, promoção da saúde e exercício**: bases teóricas e metodológicas. Barueri, SP: Manole, 2008.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre a juventude. **Sociedade& Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p.12-18, maio/ago. 2010.

FERREIRA, Ana Paula; TEIXEIRA, Solange Maria. Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 6, n.1, p. 160-173, jan./jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRIAS, Sandra Rabello de. Aposentadoria, tempo livre, lazer e a descoberta do trabalho voluntário. In: VERAS, Renato Peixoto. **Terceira idade**: alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Elcha Britto de Oliveira. A legislação do idoso: direitos cumpridos e descumpridos. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 15, n. 4, p.83-97, dez. 2012.

GOMES, Lucy; LOURES, Marta Carvalho; ALENCAR, Josélia. Universidades abertas da terceira idade. **Revista Dialogos**, Brasília, v. 4, n.2, p. 84-94, jun. 2004. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/issue/view/114/showToc>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 2017.

HELD, David. **Modelsofdemocracy**. 3. ed. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, v.2, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Características gerais dos domicílios e dos moradores: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

_____. Agência IBGE notícias, Estatísticas sociais. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. IBGE, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Projeções da população por sexo e idade Brasil e Unidades da Federação 2010-2060**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/78b962ace2419a967d57add41377397.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. **Tabela: população residente**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christopher. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

JAEGER, Hans. Generations in History: Reflections on a Controversial Concept. **History and Theory**, v. 24, n. 3, p.273-292, 1985.

JONES, R. L. ‘Older people’ talking as if they are not older people: positioning theory as an explanation. **Journal of Aging Studies**, v. 20, n.5, p. 79-91, 2006.

LEMIEUX, André. The university of the third age: role of senior citizens. **Educational Gerontology**, v. 21, n.4, p. 337-344, 1995.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LÉON, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.2, p. 191-206, maio/ago. 2000.

LOPES, A. **Os desafios da gerontologia no Brasil**. Campinas: Alínea, 2000.

MACHADO, Mariane Christina Campos. **Escrita de Mulheres Idosas: identidade e empoderamento**. 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

MAIOLI, Patrícia Lopes; CUNHA, H. D. O. Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI): Política Pública de Promoção e Defesa do Direito Fundamental à Educação do Idoso. In: Strapazzon, Carlos Luiz; RECH, Adir Ubaldo, PRUX, Oscar Ivan. **Direitos Sociais e Políticas Públicas III**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

MALLMANN, Danielli Gavião; GALINDO NETO, Nelson Miguel; SOUSA, Josueida de Carvalho; VASCONCELOS, Eliane Maria Ribeiro de. Educação em saúde como principal alternativa para promover a saúde do idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1763-1772, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n6/1413-8123-csc-20-06-1763.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

MARCH, Claudia; KOIFMAN, Lilian; XAVIER, Alex da Silva. Formação em saúde para o SUS. In: ALVES JUNIOR, Eduardo de D. **Envelhecimento e vida saudável**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. Tradução de Maria da Graça Barbedo, in idem, **Sociologia do conhecimento**. Porto: RES, 1928.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS DE SÁ, JeaneteLiasch. **Dos fundamentos educacionais, filosóficos epistemológicos à configuração do nível de totalidade de um currículo inovador: a universidade da terceira idade**. Campinas: PUCAMP, 1996.

MARTINS DE SÁ, JeaneteLiasch. Extensão universitária na área da gerontologia - produção das instituições brasileiras de ensino superior. **Gerontologia SBGG-SP**, v. 8, n. 2, p. 48-55. 2000. São Paulo. 2000.

MEIRELLES, Mauro; INGRASSIA, Thiago. Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social. **Revista Eletrônica Fórum Paulo Freire**, São Paulo, v. 2, n.2, p.1-9, ago. 2006.

MENEZES, Kelly Maria Gomes; FROTA, Maria Helena de Paula. O lazer enquanto expressão de vitalidade na velhice: a experiência de um centro de convivência de idosos em Fortaleza-CE. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 11, n. 32, p. 486-501, ago. 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes universidade aberta à terceira idade**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/universidade-aberta-a-terceira-idade/>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MORAES, Edgar Nunes. **Atenção à saúde do Idoso: aspectos conceituais**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

MORAGAS, Ricardo Moragas. **Gerontología social: envejecimiento y calidad de vida**. Barcelona: Herder, 1991.

MOTTA, Alda Brito da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**. v. 25, n. 2, p. 225-250, maio/ago. 2010.

_____. Viúvas: o mistério da ausência. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 7, n.6, p. 7-24, 2005.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.3, n.13, p. 191-221, 1999.

_____. “Não tá Morto quem Peleia”: A pedagogia inesperada nos grupos de idosos. 1999.200f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2005.

NERI, Anita Liberalesso; FREIRE, S. A. **E por falar em boa velhice**. Campinas: Papyrus, 2000.

NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999.

NETTO, Francisco Luiz de Marchi. Aspectos biológicos e fisiológicos do envelhecimento humano e suas implicações na saúde do idoso. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v. 7, n. 1, p.33-39, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/67/2956>>. Acesso em: 26 out. 2018.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. SCORTEGAGNA, Paola Andressa. OLIVEIRA, Flávia da Silva. Universidades Abertas a Terceira Idade: delineando um novo espaço educacional para o idoso. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 15, n. 64, p. 343-358, set, 2015.

PACHECO, Jaime Lisandro. As universidades abertas á terceira idade como espaço de convivência entre gerações. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

PALMA, Lucia Terezinha Saccomori. **Educação permanente e qualidade de vida: indicativos para uma velhice bem-sucedida**. Passo Fundo (RS): EdUPF, 2000.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PAZ, M. H. D. da; SILVA, R. M. da. Ações educativas em saúde: uma proposta da Terapia Ocupacional para pessoas portadoras de dermatoses. **Revista Brasileira de Promoção em saúde**, Fortaleza, v. 17, n. 2, p. 72-78, 2004.

PEREIRA, A. L. Educação em Saúde. In: FIGUEIREDO, N. M. A. de. **Ensinando a cuidar em saúde pública**. 2 ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2008.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. The prosperous community: social capital and public life, **The American Prospect**, v. 13, n.6, p.35-42, 1993.

ROZENDO, Adriano da Silva. **Construção social do envelhecimento e experiências da velhice**. 2010. 156f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

ROZENDO, Adriano da Silva; JUSTO, José Sterza; CORREA, Mariele Rodrigues. Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 35-52, jun. 2010.

_____. Protagonismo político e social na velhice: cenários, potências e problemáticas. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 35-52, jun. 2010.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n.4, p. 585-593, out/dez. 2008.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Idoso: um novo ator social**. Caxias do Sul:[s.n], 2012.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, Flora Moritz da; SILVA, André Tiago Dias da; ROCHA, Rudimar Antunes da. **Onde estão as UnTI Das Universidades Públicas Federais do Brasil**. Mar del Plata:[s.n], 2017.

SOARES, Pedro P. da Silva; FARINATTI, Paulo de T. V.; MONTEIRO, Wallace D. Aspectos fisiológicos do exercício no envelhecimento. In: ALVES JUNIOR, Eduardo de D. (Org.). **Envelhecimento e vida saudável**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

SWINDELL, Richard; THOMPSON, Jean. An International Perspective on the University of the Third Age. **Educational Gerontology**, v. 21, n.4, p. 429-447, 1995.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

UNIVERSIDADE DA MATURIDADE. **Universidade Federal do Amapá**. Macapá, 2017. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/umap/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Projeto Pedagógico da Universidade da Maturidade do Amapá**. Macapá:[s.n], 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Edital nº 52/2018**. Macapá: UNIFAP, 2018.

VERAS, Renato Peixoto, CARMARGO J.R. Idosos e Universidades: parcerias ara a qualidade de vida. In: VERAS, Renato Peixoto. (org). **Terceira Idade: um envelhecimento digno para cidadão do futuro**. Rio de Janeiro: relume-Dumará, UNATI, 1997.

VERAS, Renato Peixoto; CALDAS, Célia Pereira. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 423-432, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20396.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n.2, p. 205-224, maio/ago. 2010.

WHO, World Health Organization. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS: a percepção dos participantes da Universidade da Maturidade”. O objetivo deste trabalho é investigar a percepção das pessoas idosas sobre o projeto de extensão UMAP como política pública. Para realizar o estudo será necessário que o(a) Sr.(a) se disponibilize a participar de entrevistas, previamente agendadas a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para desenvolver um olhar crítico sobre a condição do idoso, contribuindo para reflexão e análise diante das práticas de atenção à população idosa. O risco da sua participação nesta pesquisa é a revelação de sua identidade, entretanto a pesquisadora se compromete a preservar o sigilo da identidade do mesmo durante toda a realização do trabalho, em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa são compreender o universo dos indivíduos participantes, de modo a identificar suas características e percepção acerca do envelhecimento e do projeto de extensão UMAP, a fim de estimular ações que atendam as especificidades deste público; e gerar reflexões de como promover uma velhice saudável e ativa, bem como estimular a criação de políticas públicas e a efetivação das já existentes para este segmento da sociedade.

O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através do telefone: (____) _____ - _____ (celular). O senhor (a) também poderá entrar em contato com, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

Eu _____(nome por extenso) declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS: a percepção dos participantes da Universidade da Maturidade”.

Macapá, ____ de _____ de 2019.

Lorena dos Santos Almeida
Mestranda da Universidade Estadual do Ceará.
Cel: (____) _____ - _____
e-mail: _____

Assinatura do(a) participante

APÊNDICE B – Termo de consentimento gravação, uso de imagem e/ou depoimento

TERMO DE CONSENTIMENTO GRAVAÇÃO, USO DE IMAGEM E/OU DEPOIMENTO

Eu _____, CPF _____, RG _____, Depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, por meio do presente termo, a pesquisadora Lorena dos Santos Almeida autora da pesquisa intitulada “POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS: a percepção dos participantes da Universidade da Maturidade” a gravar áudio da entrevista que faz se necessária para colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização desta entrevista e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003).

Macapá, ____ de _____ de 2019.

Participante da Pesquisa

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semi dirigida

Data: ____/____/____

Dados de Identificação:

Turma: _____

Ano de início (no caso da turma de regressos): _____

Nome: _____

Sexo: () M () F

Idade: _____

Data de nascimento: _____

Nacionalidade: _____

Naturalidade: _____

Identidade étnico-racial: _____

Tempo de moradia na cidade: _____

Escolaridade: _____

Ocupação: _____

Religião: _____

Estado Civil: _____

Tempo: _____

Idade do cônjuge: _____

Número de filhos: _____

Número total de pessoas com quem mora: _____ Quem são: _____

Renda Familiar: _____

Perguntas:

1. Como o (a) Sr.(a) soube da existência do projeto UMAP? E o que o(a) Sr.(a) sabe sobre o projeto?
2. Quais os motivos o (a) levaram a participar do projeto UMAP?
3. Quais as atividades que o (a) Sr. (a) realiza no projeto UMAP? O que aprendeu com o projeto UMAP?
4. O que o (a) Sr. (a) esperava do projeto UMAP? Qual o impacto teve na sua vida (se mudou alguma coisa na sua vida ou que agregou)?

Dimensões:

- 4.1. Saúde e bem estar: Você acha que melhorou sua autonomia, independência, autoestima, bem estar, qualidade de vida, e possui planos para vida?
- 4.2. Socioeconômica: O projeto UMAP influenciou sua vida profissional, econômica, atividades de vida diária e socialização?
5. Qual a importância do projeto UMAP para a pessoa idosa?
6. Como o (a) Sr.(a) se sente em relação à sua vida em geral?
7. Como o (a) Sr. (a) sente a condição de pessoa idosa na sua vida? Ocorreram mudanças na sua saúde e aspectos sociais? Quais?

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do código de ética da UNIFAP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS: a percepção dos participantes da Universidade da Maturidade.

Pesquisador: LORENA DOS SANTOS ALMEIDA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 07364419.4.0000.0003

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.171.545

Apresentação do Projeto:

presente projeto de pesquisa propõe-se investigar a relevância para as pessoas idosas sobre o projeto de extensão Universidade da Maturidade -

UMAP como política pública, tendo como objetivos específicos: averiguar como se desenvolve o projeto de extensão UMAP; identificar a percepção

dos idosos participantes do projeto de extensão UMAP nas dimensões de saúde, social e econômica; comparar a percepção dos idosos

participantes ingressantes e concluintes na UMAP; e observar o efeito na dimensão social dos participantes da universidade da maturidade como

política pública existente. A UMAP é um projeto de extensão que oportuniza aos idosos participantes uma educação permanente, objetivando o

desenvolvimento pessoal, social e político, por meio de atividades educativas, de saúde e integração na vida acadêmica. A pesquisa é exploratória e

descritiva, com abordagem ao problema ocorrendo de forma quantitativa e qualitativa do tipo estudo de caso, uma vez que estes métodos são mais

adequados para atender os seus objetivos em relação à análise da percepção dos participantes idosos do projeto de extensão UMAP/Unifap. Para

tanto serão selecionados 20 participantes, sendo 10 ingressantes e 10 egressos do curso desenvolvido pela UMAP, e que estejam de acordo com o

Endereço: Rodovia Juscelino Kubistcheck de Oliveira - Km.02
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 3.171.545

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa de campo com os atores fins será desenvolvida em três etapas. Na primeira, será realizada a coleta de dados. Na etapa seguinte, será aplicada uma entrevista semi dirigida de roteiro com perguntas abertas, composta de dados de identificação e de 7 perguntas relacionadas à percepção do sujeito sobre o envelhecimento e o projeto UMAP. Para registro, será utilizada gravação em áudio das entrevistas, que, posteriormente, serão transcritas na íntegra. Na terceira etapa, os dados serão organizados, analisados e interpretados por meio da análise de conteúdo. Nesse sentido, torna-se relevante uma vez que proporcionará compreender o perfil da população idosa e gerar reflexões de como promover uma velhice saudável e ativa, bem como estimular a criação de políticas públicas e a efetivação das já existentes para este segmento da sociedade. E também é fundamental para o avanço da temática no nosso Estado, favorecendo o conhecimento e a produção científica. Desse modo, proporcionará a ampliação do conhecimento teórico e prático dentro da comunidade acadêmica, científica e profissional em relação a práticas de atenção à população idosa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar a percepção das pessoas idosas sobre o projeto de extensão UMAP como política pública.

Objetivo Secundário:

- Averiguar como se desenvolve o projeto de extensão UMAP;
- Identificar a percepção dos idosos participantes do projeto de extensão UMAP nas dimensões de saúde, social e econômica;
- Comparar a percepção dos idosos participantes ingressantes e concluintes na UMAP;
- Observar o efeito na dimensão social dos participantes da Universidade da Maturidade como política pública existente.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Durante a pesquisa, serão respeitadas as Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Resolução CNS nº466/12 e complementares) do Conselho Nacional de Saúde, após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Universidade Federal do Amapá (Unifap), autorizado pela coordenação do Projeto de Extensão Universidade da Maturidade da Unifap (UMAP) (APÊNDICE A) e pelos participantes por meio de termo de consentimento livre e

| | | | |
|--|---------------------------|------------------------------|--|
| Endereço: Rodovia Juscelino Kubistcheck de Oliveira - Km.02 | | | |
| Bairro: Bairro Universidade | CEP: 68.902-280 | | |
| UF: AP | Município: MACAPA | | |
| Telefone: (96)4009-2805 | Fax: (96)4009-2804 | E-mail: cep@unifap.br | |

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 3.171.545

esclarecido (APÊNDICE B).

Os procedimentos propostos na pesquisa não expõem os participantes a danos pessoais. Vale ressaltar que é garantida aos participantes a liberdade de deixar de participar do estudo, em qualquer momento sem prejuízo. • Para os Sujeitos da Pesquisa:- O risco para os sujeitos da pesquisa é a revelação de sua identidade, entretanto as pesquisadoras se comprometem a preservar o sigilo da identidade dos mesmos durante toda a realização do trabalho e na apresentação dos dados coletados.- A pesquisa trará benefício ao passo que proporcionará compreender o perfil da população idosa e gerar reflexões de como promover uma velhice saudável e ativa, bem como estimular a criação de políticas públicas e a efetivação das já existentes para este segmento da sociedade. • Para a comunidade Científica:- O risco para a comunidade científica é a análise inadequada dos dados. Para evitar esse risco, as pesquisadoras se comprometem a ter cautela e precisão na análise e discussão do caso. - Como benefício para a comunidade científica é a ampliação do conhecimento teórico e prático dentro da comunidade acadêmica, científica e profissional em relação a práticas de atenção à população idosa.

Benefícios:

• Para os Sujeitos da Pesquisa:- A pesquisa trará benefício ao passo que proporcionará compreender o perfil da população idosa e gerar reflexões de como promover uma velhice saudável e ativa, bem como estimular a criação de políticas públicas e a efetivação das já existentes para este segmento da sociedade. • Para a comunidade Científica:- Como benefício para a comunidade científica é a ampliação do conhecimento teórico e prático dentro da comunidade acadêmica, científica e profissional em relação a práticas de atenção à população idosa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos apresentados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pesquisa relevante e exequível

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|----------------|---------|----------|-------|----------|
|----------------|---------|----------|-------|----------|

Endereço: Rodovia Juscelino Kubistcheck de Oliveira - Km.02
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP**



Continuação do Parecer: 3.171.545

| | | | | |
|---|---|------------------------|---------------------------|--------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1292352.pdf | 05/02/2019 17:01:12 | | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_de_Pesquisa_Lorena_dos_Santos.docx | 05/02/2019 16:59:58 | LORENA DOS SANTOS ALMEIDA | Aceito |
| Folha de Rosto | Folha_de_Rosto_assinada.PDF | 05/02/2019 16:56:53 | LORENA DOS SANTOS ALMEIDA | Aceito |
| Outros | Roteiro_de_entrevista.docx | 05/02/2019 11:07:28 | LORENA DOS SANTOS ALMEIDA | Aceito |
| Outros | Anuencia_para_autorizacao_da_pesquisa.PDF | 05/02/2019 11:07:06 | LORENA DOS SANTOS ALMEIDA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | tcle.doc | 05/02/2019 10:50:08 | LORENA DOS SANTOS ALMEIDA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 26 de Fevereiro de 2019

**Assinado por:
RAPHAELLE SOUSA BORGES
(Coordenador(a))**

Endereço: Rodovia Juscelino Kubistcheck de Oliveira - Km.02
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

ANEXO B – Autorização da UMAP para realização da pesquisa



Governo do Estado do Ceará
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas - MPPPP



APÊNDICE - A - CARTA DE ANUÊNCIA PARA A AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

Fundação Universidade Federal do Amapá.

Prezada senhor

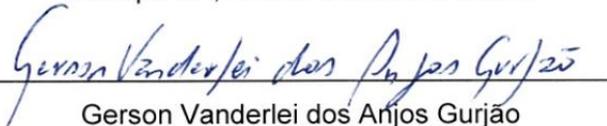
Gerson Vanderlei dos Anjos Gurjão

Coordenador Geral do Projeto Universidade da Maturidade - UMAP

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora LORENA DOS SANTOS ALMEIDA a desenvolver o seu projeto de pesquisa intitulado "POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS: A PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE" cujo objetivo investigar a percepção das pessoas idosas sobre o projeto de extensão UMAP como política pública. O pesquisador, na instituição de ensino ou fora, poderá: ter acesso aos documentos oficiais de interesse da pesquisa; a circulação na instituição; a aplicação de entrevistas com os sujeitos da pesquisa, conforme estipulado no projeto.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução 466/12 que dispõem sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo.

Macapá-AP, 01 de Fevereiro de 2019



Gerson Vanderlei dos Anjos Gurjão
 Coordenador Geral do Projeto Universidade da Maturidade

Gerson Vanderlei dos Anjos Gurjão
 Coordenador Geral do Projeto UMAP
 Portaria n. 012/2019/PROPGPq/UECE

ANEXO C – Formulário de inscrição do projeto de Extensão Universidade Aberta à Terceira Idade



Universidade Federal do Amapá
Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias - PROEAC
Departamento de Extensão – DEX

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO
UNIVERSIDADE ABERTA A TERCEIRA IDADE**

| DADOS PESSOAIS | | | |
|---|---------|---|----------------------|
| NOME: | | | SEXO: |
| DATA DE NASCIMENTO: | IDADE: | CPF: | RG: |
| NATURALIDADE: | UF: | ESTADO CIVIL: () Solteiro(a) () Casado(a) () União Estável () Viúvo(a) () Divorciado(a)/Separado(a) Outros _____ | |
| ENDEREÇO: | | | Nº |
| BAIRRO: | CIDADE: | Ramal/Localidade/Km/Assentamento | |
| TELEFONE 1: | | TELEFONE 2: | |
| MORA COM QUEM? | | COM QUE TIPO DE TRANSPORTE IRÁ PARA UNIFAP NOS DIAS DE AULA? | |
| NECESSITA DE ATENDIMENTO ESPECIAL: SE SIM, QUE TIPO? | | | |
| INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS | | | |
| GRAU DE INSTRUÇÃO | | ANO DE CONCLUSÃO: | |
| | | | |
| COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO | | | |
| NOME DO(A) CANDIDATO(A): | | | NÚMERO DE INSCRIÇÃO: |
| NOME DO RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO: | | | |